



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**GRASIELA GROSSELLI**

**CIBERDEMOCRACIA: (Re)pensar a Democracia Representativa  
a partir das Redes Sociais Virtuais**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Florianópolis/SC  
2012**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Grasiela Grosselli

**CIBERDEMOCRACIA: (Re)pensar a Democracia  
Representativa a partir das Redes Sociais Virtuais**

Dissertação submetida a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Orides Mezzaroba.

Área de concentração: Direito, Estado e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Democracia, Cidadania e Direitos Humanos.

Florianópolis/SC  
2012

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

G878c      Grosselli, Grasiela  
              Ciberdemocracia [dissertação] : (re)pensar a democracia  
representativa a partir das redes sociais virtuais / Grasiela  
Grosselli ; orientador, Orides Mezzaroba. - Florianópolis, SC,  
2012.  
              209 p.: tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-  
Graduação em Direito.

Inclui referências

1. Direito. 2. Democracia. 3. Cidadania. 4. Internet  
(Redes de computadores). 5. Redes sociais on-line. I.  
Mezzaroba, Orides. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

CDU 34



**Programa de Pós-Graduação em Direito**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Ciências Jurídicas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
Telefone: (48) 3721-9287 / Fax: (48) 3721-9733  
E-mail: [seccpgd@ccj.ufsc.br](mailto:seccpgd@ccj.ufsc.br)  
Site: <http://www.ppgd.ufsc.br/>

**“Ciberdemocracia: (Re)pensar a democracia representativa a partir das redes sociais virtuais”**

**Grasiela Grosselli**

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Orides Mezzaroba  
Orientador

Prof. Dr. Aires José Rover  
Membro

Prof. Dr. Ailton José Ruschel  
Membro

Prof. Dr. Maria Luiza Alencar  
Feitosa  
Membro

FLORIANÓPOLIS, (SC) 23 MAIO DE 2012.



Dedico a minha família, que  
sempre esteve presente em todos os  
momentos de minha vida,  
expressando palavras de incentivo  
e coragem para que eu conseguisse  
trilhar esta difícil jornada em  
busca do conhecimento.  
A vocês todo o meu amor.





## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço profundamente meus pais, Craucir Francisco Grosselli e Edite Trevisan Grosselli, a quem tanto amo e admiro, por sempre terem promovido e incentivado os filhos na árdua e fascinante busca pelo conhecimento.

Aos meus dindos, Antônio Mattiello e Amélia Mattiello, pelo carinho e dedicação em toda a minha vida.

Aos meus irmãos, Lilian e Júnior, pelo estímulo contínuo e por acreditarem que tudo é possível.

Ao meu namorado Rafael por estar sempre ao meu lado me dando apoio e incentivo em continuar, apesar dos obstáculos.

Aos meus amigos, pela convivência inspiradora ao longo dessa e de outras jornadas.

A Deus, Mestre dos Mestres, por sempre estar ao meu lado guiando os meus passos, dando-me coragem e confiança na longa jornada da existência terrena.



Se as pessoas forem esclarecidas,  
atuantes e se comunicarem em todo  
o mundo; se as empresas  
assumirem sua responsabilidade  
social; se os meios de comunicação  
se tornarem mensageiros, e não  
apenas mensagem; se os atores  
políticos reagirem contra a  
descrença e restaurarem a fé na  
democracia; se a cultura for  
reconstruída a partir de  
experiências; se a humanidade  
sentir a solidariedade da espécie  
em todo o globo; se consolidarmos  
a solidariedade intergeracional,  
vivendo em harmonia com a  
natureza; se partirmos para  
exploração de nosso ser interior,  
tendo feito as pazes com nós  
mesmos... Se tudo isso for  
possibilitado por nossa decisão  
bem informada, consciente e  
compartilhada enquanto ainda há  
tempo, então, talvez, finalmente  
possamos ser capazes de viver,  
amar e ser amado.

(A era da Informação, 1999)  
(Manuel Castells)



## RESUMO

GROSSELLI, Grasiela (2012). *Ciberdemocracia: (re)pensar a democracia representativa a partir das redes sociais virtuais*. 209 p. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Em época de crise da democracia representativa e um crescente déficit na participação política surgem inúmeras questões quanto ao caminho a ser seguido em busca de mecanismos que possibilitem a aproximação do cidadão com seus representantes. Mas não só isso, também mecanismos nos quais os cidadãos estejam inseridos e possam efetivamente estar presentes nas discussões de interesse público. Assim, o presente trabalho busca analisar os principais conceitos de democracia desde a sua origem até o moderno modelo representativo e os problemas por ela enfrentados na atualidade. Além disso, estuda o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação e a organização da sociedade da informação que gerou as chamadas redes sociais mediadas por computador, facilitando a aproximação das pessoas, eis que tempo e espaço já não são mais obstáculos àqueles que usufruem dos mecanismos da internet. Por fim, será estudada a construção da ciberdemocracia, ou seja, a democracia que se serve dos instrumentos disponibilizados pela internet que, apesar dos problemas da exclusão e do analfabetismo digital, pode ser, através das redes sociais virtuais, o caminho para a participação e a inserção dos cidadãos na dinâmica da política. O estudo se deu pelo método dedutivo, através de pesquisa bibliográfica e procedimental, com o objetivo de descobrir se as redes sociais virtuais podem servir de instrumento para a inclusão política e o desenvolvimento de uma cidadania participativa.

**Palavras-chave:** democracia. cidadania. Participação. Internet. redes sociais.



## ABSTRACT

In times of crisis of the representative democracy and of a growing deficit in political participation, many questions are brought up concerning the way to be followed in search of mechanisms that enable the approach of the citizens with their representatives. But not only that, also mechanisms in which citizens are inserted and can effectively be present to discuss issues of public interest. Thus, this dissertation analyzes the major concepts of democracy from its origins to the modern representative democracy and the problems it faces today. Furthermore, it addresses the emergence of information technology and communication and the organization of the information society that generated computer-mediated social networks, helping to bring people together, for time and space are no longer obstacles to those who use the mechanisms of the internet. Finally, the construction of cyberdemocracy will be studied, that is, the democracy which uses the tools available on the internet that despite the problems of digital exclusion and illiteracy, can be through social networking, the path to participation and inclusion of citizens in political dynamics. The method of studying the matter was the deductive one through bibliographical and procedural research, in order to find out whether social networking is able or not to serve as an instrument for political inclusion and development of a participatory citizenship.

**Keywords:** democracy. Citizenship. Participation. Internet. social networks.





## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação de sites mais visitados.....	158
Tabela 2: Relação e-mails Câmara e Senado Mercosul .....	160
Tabela 3: Segunda relação e-mails Câmara e Senado Mercosul .....	161
Tabela 4: Pesquisa exemplificativa, utilização do e-mail.....	162
Tabela 5: Relação redes sociais/deputados SC.....	163
Tabela 6: Interação com o eleitor, deputados federais. ....	164
Tabela 7: Tipo de informações divulgadas, deputados federais. ....	165
Tabela 8: Canais mais usados, deputados federais. ....	165
Tabela 9: Interação com o eleitor, senadores. ....	166
Tabela 10: Tipo de informações divulgadas, senadores. ....	166
Tabela 11: Canais mais usados, senadores. ....	167
Tabela 12: Redes Sociais Assembleias Legislativas.. ....	170



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Lista de deputados.....	168
Figura 2: Contato eletrônico de deputados.....	168
Figura 3: Formulário para contato.....	169
Figura 4: Portal Transparência.....	169
Figura 5: Busca projetos/proposições.....	170
Figura 6: Opinar projetos/proposições.....	170



## LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

AIM	– <i>AOL Instant Messenger</i>
API	– <i>Application Programming Interface</i> (ou Interface de Programação de Aplicativos)
ARPA	– Agência de Pesquisas Avançadas
ARPANET	– <i>Advanced Research and Projects Agency Network</i>
BBSes	– <i>Bulletin Board Systems e Newsgroups da Usenet</i>
CETIC	– Centro de Estudos sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação
CF	– Constituição Federal
CMCs	– Comunicações Mediadas por Computador
FUST	– Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
ISP	– <i>International Service Providers</i>
NCP	– <i>Network Control Protocol</i>
NTICs	– Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OCDE	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	– Organização das Nações Unidas
SENAC	– Serviço Nacional do Comércio
SESC	– Serviço Social do Comércio
TCP-IP	– <i>Transport, Control, Protocol/Internet protocol</i>
TICs	– Tecnologias de Informação e Comunicação
WWW	– <i>World Wide Web</i>



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	23
<b>1 AS TRANSFORMAÇÕES DA DEMOCRACIA</b>	29
1.1 O HOMEM É UM SER SOCIAL E POLÍTICO	29
1.2 A DEMOCRACIA, FORMA CONSTITUCIONAL DA CIDADE-ESTADO	32
1.3 DEMOCRACIA ANTIGA E MODERNA	34
1.3.1 Democracia antiga	34
1.3.2 Construção da democracia moderna	37
1.3.3 Tipos de democracia	40
1.4 O PROBLEMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA	50
1.5 DEMOCRACIA, CULTURA E COMPORTAMENTO POLÍTICO	53
1.6 A DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	57
1.7 UM POUCO DA HISTÓRIA DA CIDADANIA	61
1.7.1 Cidadania política	64
1.7.2 Cidadania como sinônimo de participação	70
1.7.3 Por uma cultura política de participação	72
<b>2 REDES SOCIAIS VIRTUAIS</b>	75
2.1 A EMERGÊNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS	75
2.1.1 O nascimento da rede mundial de computadores	80
2.1.2 Aspectos técnicos da Internet	84
2.2 WEB 2.0: OS NOVOS CAMINHOS DA INTERNET	86
2.3 CIBERESPAÇO: O CAMINHO PARA A REALIDADE VIRTUAL	88
2.4 UMA NOVA CONFIGURAÇÃO ATRAVÉS DAS REDES	92
2.4.1 Redes sociais mediadas por computador	94
2.4.2 Redes Sociais na internet: organização, estrutura e dinâmica	98
2.4.2.1 Organização: A Interação em Redes Sociais na Internet	100
2.4.2.2 Estrutura: Laços e Capital Social no Ciberespaço	101
2.4.3.3 A dinâmica da rede social	103
2.5 DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO EM REDES SOCIAIS	105
2.5.1 Relacionamentos sociais no ciberespaço	107
2.5.2 As Comunidades Virtuais	109
2.5.3 Redes Sociais Virtuais: Twitter e Facebook	114
2.7 INTERNET: A GERAÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO ANTROPOLÓGICO	120

<b>3 REDES SOCIAIS, INTERAÇÃO E CIBERDEMOCRACIA ...</b>	125
3.1 EM BUSCA DE NOVAS FORMAS DEMOCRÁTICAS .....	125
<b>3.1.1 A opção pela Ciberdemocracia .....</b>	127
<b>3.1.2 Ciberdemocracia: novos rumos da democracia .....</b>	130
<b>3.1.3 Participação popular: ciberdemocracia como alternativa ...</b>	132
3.2 SOCIEDADE E ESTADO: NOVAS PERSPECTIVAS .....	135
3.3 REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DA CIBERDEMOCRACIA .....	139
<b>3.3.1 A tecnologia como instrumento de interação política .....</b>	142
<b>3.3.2 Interação nas eleições brasileiras.....</b>	144
3.4 TECNOLOGIA E EXCLUSÃO: IDEIAS EM TORNO DA INCLUSÃO DIGITAL .....	146
<b>3.4.1 O problema persiste: analfabetismo digital .....</b>	149
<b>3.4.2 Algumas experiências de inclusão digital.....</b>	151
3.5 A POPULARIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS.....	155
<b>3.5.1 As redes sociais virtuais e a democratização da participação social.....</b>	158
<b>3.5.2 O poder legislativo e o uso de redes sociais virtuais.....</b>	167
3.6 REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO POLÍTICA .....	171
<b>3.6.1 Participação política online .....</b>	172
<b>CONCLUSÃO .....</b>	179
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	186



## INTRODUÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) assumem papel relevante na vida societária, merecedoras de investigação, a fim de se perceber sua influência e incorporação no processo político. Seu poder multiplicador de aplicabilidade às tarefas humanas, desde o lar, indústria e comércio, até a pesquisa e a política, contribuíram, de forma significativa, para a constituição do pensamento de que as tecnologias são essenciais à vida moderna. Contudo, os aparatos tecnológicos devem ser discutidos com base em princípios morais e éticos, em que o ser humano utilize as tecnologias para facilitar sua vida e a dos semelhantes.

A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que as utilizam. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação (TICs) são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia. Os impactos produzidos nos últimos tempos na sociedade através dos meios de comunicação altamente sofisticados têm provocado uma profunda modificação no estilo de conduta, atitudes, costumes e tendências das populações.

No cenário político, a introdução dos novos meios de informação e comunicação ocorreu mais lentamente que em outras áreas (na economia e na comunicação, por exemplo), por motivos que podem partir da ideia da política tradicional em que o candidato não está acostumado a ter contato com o eleitor a não ser em época de campanha eleitoral, ou então porque a geração que ocupa os cargos políticos ainda não conseguiu se adaptar às novas tecnologias.

No entanto, ao apontar o uso da rede (quando se fala em rede entende-se que é a Internet), como um meio privilegiado para disseminar formas de expressão política, destaca-se o cidadão como sua unidade básica, que diante desta nova exposição, revela-se como o autor de uma nova realidade. A partir disso a comunicação mediada por computador serve de suporte para a reformulação no modo como os indivíduos se organizam em torno de projetos de interesse comum.

Neste sentido, torna-se necessário mapear as mobilizações em rede no sentido de uma prática política que pode ser percebida como uma organização democrática capaz de proporcionar ao indivíduo a experiência de manifestar-se para o mundo. Cidadãos conectados no mundo inteiro praticam a troca de conhecimento e informação por meio

das diversas ferramentas disponibilizadas na rede, caracterizando, assim, um espaço de livre expressão.

O reflexo da ascensão desta atual forma de comunicação, através da internet, é um novo modelo de mobilização política que se configura como uma organização mais decisiva, numa clara ruptura com as tradicionais formas de organização partidária e política. A rede - Internet tem uma relação direta com a atividade política organizada, com os partidos políticos e com os governos (nacional, local) e ela pode ser um importante instrumento de interação, de participação cidadã, de informação da classe política, dos cidadãos, dos governos e dos partidos políticos.

Contudo, deve se ter em mente a tecnologia como condição necessária, mas não suficiente, para a emergência de uma nova forma de organização social. A tecnologia possibilita aos cidadãos poderes, intelectual, social, comercial e político, mas para aproveitar este poder latente é necessário ter uma população informada sobre o poder e capaz de utilizá-lo de uma forma deliberada e inteligente.

A política é normalmente uma escolha estratégica para se lidar com a incerteza ou com a realidade vivida pelas populações ou países. Atualmente, fazer política tornou-se cada vez mais importante e ao mesmo tempo mais difícil. Com as tecnologias de informação e comunicação a política ganhou novos contornos, e o desafio atual é transformar a sociedade apática do modelo de representatividade em uma sociedade ativa, através de um modelo de democracia efetivamente participativa.

As redes de tecnologias digitais permitem a existência de redes que ultrapassem os seus limites históricos. E podem, ao mesmo tempo, ser flexíveis e adaptáveis graças à sua capacidade de descentralizar a sua utilização ao longo de uma rede de componentes autônomos, enquanto se mantêm capazes de coordenar toda esta atividade descentralizada com a possibilidade de partilhar a tomada de decisões em todos os setores, principalmente na arena política.

Além disso, a comunicação em rede transcende fronteiras, a sua lógica chega a países de todo o planeta. Porém, como as redes são seletivas de acordo com os seus programas específicos, difunde-se por todo o mundo, mas não inclui todas as pessoas. De fato ela exclui grande parte da humanidade, embora toda a humanidade seja afetada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social.

A questão é reconhecer os contornos do mundo em que se vive, só então será possível identificar os meios através dos quais as

sociedades podem atingir os seus objetivos e realizar os seus valores, fazendo uso das novas oportunidades geradas pela mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade, que é capaz de transformar a comunicação e que fornece as ferramentas para transformar toda uma estrutura democrática em um modelo efetivamente participativo.

O objetivo geral desta pesquisa é verificar se as redes sociais virtuais podem servir de instrumento para a inclusão política, a partir do estudo das modificações do sistema democrático e da crescente insatisfação com o modelo atual de representatividade, além do surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação e a organização da sociedade da informação. A partir disso, descobrir se com a implementação da ciberdemocracia as possibilidades de participação através do meio virtual poderá ser alcançado um maior grau de inclusão política. Tudo isso com respaldo na compreensão de como acontecem as relações sociais, o problema da exclusão e do analfabetismo digital, para se chegar à utilização das redes sociais virtuais pelos políticos, que devem estar em constante contato com os cidadãos.

Assim sendo, é destacado neste estudo que um indivíduo livre, com autonomia é aquele que reconhece nas leis da sociedade as suas próprias leis e o seu próprio poder. Para tanto é necessário, que o indivíduo assuma a responsabilidade da construção das bases de uma sociedade autônoma, que possa ajudá-lo a atingir a inclusão política.

O método empregado foi o dedutivo, desenvolvido através da pesquisa descritiva e de técnica essencialmente bibliográfica. Por objetivo principal da pesquisa tem-se a elucidação das diferenças conceituais entre autores e a inserção de cada teoria nas tecnologias da informação e comunicação trazidas pelo Governo Eletrônico. Visando tal objetivo, o trabalho é dividido em três capítulos, baseado principalmente no surgimento de um novo espaço democrático construído pelas redes sociais virtuais e sua utilização dentro do cenário político.

No primeiro capítulo, se faz um estudo sobre o desenvolvimento da democracia, englobando a democracia direta praticada na Grécia Antiga e o modelo atual de democracia representativa. Em seguida é feito uma abordagem sobre os aspectos que indicam problemas no modelo de representatividade, do qual se abstrai a necessidade da proposição de alternativas para a superação do atual sistema. Além disso, se desenvolve o tema cidadania e participação política, com vistas ao desenvolvimento de um comportamento político ativo e de uma cultura política participativa.

No segundo capítulo, são expostas ideias sobre as tecnologias de informação e comunicação, a história dos primeiros computadores e como se deu o surgimento da internet e sua expansão pelo mundo. E ainda, são apresentados os principais conceitos que levam a definição da atual sociedade como a sociedade da informação e o desenvolvimento das redes sociais. Além disso, são tecidas observações em relação aos avanços na disponibilização de serviços online, que é denominado web 2.0, do qual se extrai o desenvolvimento das redes sociais virtuais, ou seja, aquelas redes sociais que agora são mediadas pelo computador. Em seguida, é feita uma abordagem sobre a difusão de informações por meio da rede mundial de computadores, como ocorrem os relacionamentos sociais no ciberespaço e como se organizam as comunidades virtuais. Por fim, trabalha-se com duas redes sociais virtuais, a saber, *twitter* e *facebook*, dadas serem as redes mais utilizadas, apresentando-se os seus conceitos e funcionalidades, terminando-se por apresentar a internet como um novo espaço antropológico.

No terceiro e último capítulo, se trabalha com a necessidade de se encontrar novas formas democráticas, na qual é apresentada a ciberdemocracia como uma opção para o desenvolvimento de um modelo democrático de participação e inclusão política. E ainda, são apresentados os conceitos de governo eletrônico e governo aberto. Em seguida, parte-se para a abordagem específica de redes sociais virtuais como ferramentas para a construção da ciberdemocracia, abrangendo a utilização das redes sociais nas principais revoluções ocorridas atualmente, como por exemplo, as que ocorreram no Egito e na Tunísia, bem como, na campanha presidencial de Barack Obama, terminando-se com as campanhas eleitorais brasileiras. Além disso, se apresenta a discussão em torno da exclusão digital, como elemento da exclusão social, o analfabetismo digital e exemplos de políticas de inclusão que estão sendo realizadas. Por fim, se demonstra a popularização das redes sociais virtuais e sua utilização pelas casas legislativas e seus representantes através da realização de pesquisa exemplificativa. Finalizando com a ideia de fomentar a participação política online justamente pela utilização das redes sociais virtuais em busca da superação do problema da exclusão digital e social, e com vistas em recuperar a cidadania participativa dentro de um espaço democrático digno e igualitário.

Cada tópico permite aliar a peça fundamental presente nas democracias indiretas (o representante) com as novas tecnologias inseridas no século XXI, aliando maior transparência e proximidade

entre governantes e cidadãos na tentativa de suplantar a crescente insatisfação com o atual modelo de representatividade.

A introdução de novas tecnologias no campo político aumentou as possibilidades de comunicação, de intercâmbio de informações e conquistas democráticas. À medida que, busca analisar as dificuldades que enfrentam os indivíduos para alcançar uma efetiva inclusão política, este trabalho justifica-se integralmente, visto que evidencia problemas como a falta de interesse por questões políticas e a superação de uma cultura política ainda fortemente presa aos modelos tradicionais, sem a superação dos quais, está inviabilizada uma possível inserção social.

No momento em que mais a sociedade idealiza um indivíduo criativo, capaz de decidir, com versatilidade de conhecimentos, parece óbvio que este perfil exigido, como mostra esta abordagem, somente tornar-se-á realidade com a conquista de uma autonomia individual que conduzirá à participação política.



## 1 AS TRANSFORMAÇÕES DA DEMOCRACIA

De origem grega a democracia é um sistema em que as pessoas participam de forma direta ou indireta na vida política de seu país. Dentre as características de uma democracia, pode-se citar aquela em que as pessoas possuem liberdade de expressão e de manifestação de suas opiniões.

### 1.1 O HOMEM É UM SER SOCIAL E POLÍTICO

Para que haja um maior entendimento sobre a democracia, é necessário verificar a natureza do homem e a sua disponibilidade, ou melhor, sua suscetibilidade para viver em sociedade, principalmente em uma sociedade política.

Não se levantará aqui a discussão quanto ao motivo principal que leva o homem a viver em sociedade, eis que somente este assunto poderia ser fruto de um trabalho completo. Seja a sociedade oriunda de uma predisposição biológica<sup>1</sup> ou de um contrato social<sup>2</sup>, o importante, neste caso, é dizer que o homem é um ser social.

Não se tem a pretensão aqui de alcançar um conceito único, ou, ditado em última instância como essência geral daquilo que é, ou ainda, que pode ser a sociedade. Mesmo porque, tal conceito pode encontrar variações, pois, estará sempre exposto ao subjetivismo inerente à pessoa humana.

No entanto, a título de curiosidade transcreve-se o conceito simples, mas que pode ser substancial, de Linton (1971, p. 107; 123-124) para quem a “sociedade é todo grupo de pessoas que vivem e trabalham juntas durante um período de tempo suficientemente longo para se organizarem e para se considerarem como formando uma unidade social, com limites bem definidos”. E ainda, “a sociedade é um grupo de indivíduos, biologicamente distintos e autônomos, que pelas suas acomodações psicológicas e de comportamento se tornaram necessários uns aos outros, sem eliminar sua individualidade. Toda vida

---

<sup>1</sup> O homem é reconhecido como um animal social, qualquer um que não consegue lidar com a vida comum ou é totalmente autossuficiente que não necessita e não toma parte da sociedade, é um bicho ou um deus (Aristóteles, 2006).

<sup>2</sup> Na transição para a vida em sociedade, Rousseau (1978, p. 36) é claro em escrever que: “O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto aventura e pode alcançar. O que com ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui.”

em sociedade é um compromisso e tem a indeterminação e a instabilidade própria das situações desta natureza”.

Diante disso, pode-se observar que as relações sociais são oriundas da interação e reciprocidade entre os homens e destes com o seu meio. Duguit (1996, p. 25-26) também faz suas ponderações sobre o assunto.

O homem vive em sociedade e só pode assim viver; a sociedade mantém-se apenas pela solidariedade que une seus indivíduos. Assim uma regra de conduta impõe-se ao homem social pelas próprias contingências contextuais, e esta regra pode formular-se do seguinte modo: Não praticar nada que possa atentar contra a solidariedade social sob qualquer das suas formas e, a par com isso, realizar toda atividade propícia a desenvolvê-la organicamente. O direito objetivo resume-se nesta fórmula, e a lei positiva, para ser legítima, deve ser a expressão e o desenvolvimento deste princípio. (...) A regra de direito é social pelo seu fundamento, no sentido de que só existe porque os homens vivem em sociedade.

Por estes aspectos, o homem, reconhecidamente social, é incapaz de viver ou existir dentro de um contexto alheio ou isolado da sociedade à qual pertença. E, esta vivência comum, exige de cada um, o cumprimento de deveres e obrigações, e, numa justa proporção o usufruto de direitos.

Mas além de ser um ser social, que vive em uma determinada sociedade o homem também é um ser político e suas ações podem ser designadas de ações também políticas. Nesse sentido Aristóteles (2006) designa a ação humana como ação política. De sorte que ele definiu o homem como um animal político. Porém, isso não representa que o social e o político sejam simplesmente idênticos. É claro que, de algum modo, o conceito de sociabilidade está ligado ao conceito de política, mas, na acepção grega, não é a sociabilidade natural entre os homens àquilo que fundamenta a ação política.

No contexto grego, segundo Campos (2010), a capacidade de os homens se organizarem politicamente não era apenas distinta da associação natural que formava, mas se encontrava em frontal oposição a ela. E, a fundação da cidade (*pólis*) só se tornou possível com a



derrocada das sociedades fundadas com base no parentesco, máxime, a sociedade familiar.

E esta nova sociedade, a saber, a sociedade política, conforme Campos (2010) se distinguia das demais formas de sociedade entre os homens, porquanto nela somente duas atividades humanas eram o ponto nevralgico de toda atividade: a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*). São estas duas formas de atividade que constituem a sociedade política no que ela tem de específica.

Nesse sentido, Aristóteles (2006), afirma que o homem é um animal político na medida em que se realiza plenamente no âmbito da *pólis*. Segundo Aristóteles, a “cidade ou a sociedade política” é o “bem mais elevado” e por isso os homens se associam em células, da família ao pequeno burgo, e a reunião desses agrupamentos resulta na cidade e no Estado. E ainda, que o homem é um animal político, pois, na *pólis*, ele consegue orientar-se pela conduta moral mediada por leis estabelecidas pelos elementos intelectuais (adquiridos no processo de formação) e morais (lapidados pelos hábitos racionais e pela experiência vivida).

Em suma, o homem busca a *pólis* para viver a plenitude de suas potencialidades enquanto espécie, e para suprir condições que outros agrupamentos (família, aldeia) estão, quando isoladas, aquém de proporcionar. A *pólis* não exclui a dimensão da família, na qual o homem se reproduz e se abriga; na verdade, a *pólis* é a arena na qual ele faz escolhas e se relaciona por meio de regras que podem levá-lo à virtude.

Portanto, resta dizer que a sociedade é fruto da natureza do homem, aliada à participação da vontade e inteligência humana. O homem faz parte da sociedade e a sociedade faz parte do homem. Porém esta sociedade, necessita para existir, de convivência pacífica de seus membros, que só se faz possível mediante a implementação de normas sociais. Também, do estabelecimento de deveres e limites de atuação de cada cidadão.

Assim, surgem as discussões acerca da melhor forma de organização para a vida em sociedade, da qual também não se fará grandes digressões, apenas serão apontados alguns dos tipos mais conhecidos. Quem faz isso de forma resumida é Aristóteles (2006), quando distingue regimes políticos e formas ou modos de governo. O primeiro termo refere-se ao critério que separa quem governa e o número de governantes. Seriam, então, três regimes políticos: a monarquia (poder de um só), a oligarquia (poder de alguns poucos) e a democracia (poder de todos). O segundo (as formas de governo) refere-

se em vista de quê eles governam, ou seja, com qual finalidade. Sendo assim, são classificadas seis formas de governo: aquele que é um só para todos (realeza), de alguns para todos (aristocracia) e de todos para todos (regime constitucional), além da tirania, oligarquia e democracia.

Como o presente trabalho visa estudar as novas tecnologias no sistema representativo atual e sua possível influência no regime democrático, em seguida serão esboçadas as principais características da democracia, desde o seu nascimento na Grécia Antiga até a representatividade na sociedade moderna, já que é o sistema que se encontra em grande parte dos Estados atuais.

## 1.2 A DEMOCRACIA, FORMA CONSTITUCIONAL DA CIDADE-ESTADO

De um modo geral, a democracia é comemorada como o caminho que permite a todos os cidadãos uma verdadeira participação na tomada das decisões políticas. Consagrado o Princípio Democrático como forma de se garantir o melhor à sociedade que vive no Estado, o grande desafio tornou-se saber qual o modo de se desenvolver a democracia para que ela garanta os direitos difusos e coletivos, assim como, os direitos individuais e, mais do que isso, uma maneira de fazer o país crescer e se desenvolver, levando junto de si, toda sua população.

A verdade é que a democracia não é algo surgido nas sociedades contemporâneas, sua origem é mais antiga. Goyard-Fabre (2003, p. 20) expõe que a política e a filosofia despontaram juntas no berço da Grécia antiga. Com efeito, quando a aurora da filosofia ocidental raiou sobre o mundo grego, descobriu uma pluralidade de comunidades humanas mais ou menos extensas e mais ou menos organizadas nas quais, diferentemente do que ocorria na comunidade familiar, a dimensão pública da existência prevalecia sobre sua dimensão privada. “Por isso, todos concordam em reconhecer a Cidade-Estado grega (polis) como o berço da política (politeia)”.

Assim, a Grécia é tida como o berço da democracia. Em Atenas e nas outras cidades democráticas o povo exercia o poder, diretamente, na praça pública. No entanto, na cidade-estado grega de Atenas, o povo correspondia aos adultos masculinos e nativos do Estado; na antiga Atenas as mulheres, escravos e estrangeiros ficavam de fora das votações.

Segundo Goyard-Fabre (2003, p. 20) o movimento histórico-político que, tendo inicialmente transformado as pequenas realezas em governos aristocráticos, viu em seguida aparecer a democracia

ateniense, não se deu dentro de um quadro categorial estabelecido e rígido, mas por meio de transformações lentas.

A democracia de que Atenas forneceu a primeira forma ao Ocidente não significava que “todos” governam, mas que “todos os cidadãos” participam do governo. A amplitude da democracia era, portanto, limitada, pois o povo (demos), saudado como soberano não se confundia com toda a população (plêthos) da Cidade-Estado: só eram levados em consideração os “cidadãos”, o que excluía não só os escravos, que excediam em número os homens livres, mas também as mulheres, consideradas inferiores, e os metecos, que eram estrangeiros domiciliados em Atenas.

A democracia em Atenas pode ser considerada uma democracia direta, já que os cidadãos decidiam diretamente cada assunto por votação. É claro que a democracia direta tornou-se cada vez mais difícil, e necessariamente se aproxima mais da democracia representativa, quando o número de cidadãos cresce.

De qualquer forma, o conceito de democracia sempre gerou profundas discussões. Para Habermas (2003) a democracia é definida como o Estado político governado por uma legitimidade em que o princípio consiste na formação discursiva da vontade antecipando, portanto, a existência de um consenso que só pode dar sentido ao seu descanso e torna-se, assim, capaz de imaginar uma situação de comunicação ideal, exemplo de persuasão, onde se forjará um acordo sobre a ética da discussão. Ela está assentada na convicção de que o homem é livre e que se pode e deve opor a todas as tentativas ilegítimas para ferir ou limitar a sua liberdade individual.

No mesmo sentido, Gonçalves (2005) afirma que a democracia traz associada a si o combate a todo o tipo de despotismo ou totalitarismo: a rejeição em nome da consciência da liberdade dos obstáculos. Isso não significa que seja uma sociedade isenta de conflitos, mas é um regime em que os conflitos são abertos e negociáveis segundo as regras de arbitragem conhecidas. Daí que a questão da democracia seja conexas da questão da modernidade.

Segundo Goyard-Fabre (2003) não se pode afirmar que a democracia era outrora (e ainda é) uma forma de regime político claramente definida que se inseriria na trilogia dos governos tantas

vezes repetida pela doutrina: monarquia ou governo de um só; aristocracia ou governo do pequeno número de melhores; democracia ou governo de todos, as coisas foram e ainda são mais complexas. Por outro lado, seria um grave erro de apreciação acreditar que a democracia enquanto princípio constitucional de um regime político tenha uma essência imutável e eterna, cuja radicalidade inspirou todos os modos democráticos de governo dos povos: na verdade sobre princípios relativamente claros, enxertaram-se modalidades jurídicas e políticas concretas e diversas.

Percebe-se assim que a democracia originada e praticada na Grécia Antiga, principalmente em Atenas, passou por profundas transformações, assim como a sociedade se revelou ampla e complexa, não mais permitindo a prática de uma democracia direta em que os cidadãos se reúnem em praça pública para discutir as questões políticas. No entanto, apesar de modernamente a democracia se apresentar na forma de representação, ainda assim, o povo deve ser soberano e participar ativamente da vida política.

### 1.3 DEMOCRACIA ANTIGA E MODERNA

A democracia originada na Grécia, na forma de participação direta dos cidadãos, já não é mais praticável<sup>3</sup> em função da dimensão e da complexidade das sociedades modernas. A democracia moderna toma a forma da representatividade, na qual os cidadãos elegem seus representantes, que devem tomar as decisões em nome de seus representados.

#### 1.3.1 Democracia antiga

Na Grécia clássica, mais precisamente em Atenas, vigorou a democracia direta, na qual os cidadãos participavam diretamente das decisões políticas.

Segundo Finley (1988) foram os gregos que criaram a palavra democracia; a primeira parte “*demos*” possuía muitos significados entre o povo grego, dentre eles o de povo como um todo e às vezes significava gente comum ou pobre. A segunda parte “*cracia*”

---

<sup>3</sup> Há quem entenda (VELLOSO, 2008; SANTOS, 2007) que é possível atingir-se algo semelhante com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, sendo que a Internet é denominada a nova Ágora Virtual, na qual as pessoas participariam diretamente das decisões políticas, no entanto, isso será visto nos próximos capítulos.

significava poder ou governo. Diante disso, surge a denominação atribuída ao termo democracia, como sendo o poder ou governo do povo.

Para Jaguaribe (1981) a democracia grega, na sua plenitude, foi uma experiência essencialmente ateniense. Em seu sentido mais amplo, vinculado a noção de cidadania, a democracia permeava todas as cidades gregas. Em sentido menos genérico, implicando formas institucionalizadas de alguma participação popular, a democracia se manifestava de modo bastante generalizado, na Grécia clássica. Em casos como os da diarquia de Esparta ou da oligarquia de Corinto, porque havia canais de comunicação participativa entre os cidadãos e as instâncias decisórias. Em outros casos, porque formas efetivamente populares de governo foram intentadas, em determinados períodos, em geral sob a direta influência de Atenas, como ocorreu em Tebas ou em Thourioi.

É em Atenas, entretanto, que se desenvolveu, de forma estável e institucionalizada, um governo do povo pelo povo, exercido diretamente pelos cidadãos reunidos na Assembleia. Segundo Aristóteles (2006), em Atenas o povo se reunia em assembleia em praça pública, ou como era mais conhecida na Ágora, para exercer o seu poder e direito político de forma direta, ou seja, decidia-se pessoalmente sobre todas as questões públicas importantes para a nação.

Para que na polis grega os seus cidadãos pudessem dedicar-se ativamente às questões públicas fazia-se necessário uma organização social voltada para o funcionamento da democracia direta. Assim, Pinto (2003) afirma que fatores como a extensão territorial da polis, as constantes guerras e a presença de escravos favoreciam o funcionamento da democracia. Estes fatores se entrelaçam de forma tal que acabam sendo consequência uns dos outros.

Segundo Pinto (2003), as cidades-estados gregas eram muito pequenas em relação aos Estados modernos; a população de Atenas vivia em um território de cerca de mil milhas quadradas. Em decorrência da pequena extensão territorial, todos os cidadãos se conheciam e a importância política que cada um possuía era incomensurável.

Por possuírem um pequeno território, os gregos precisavam expandir suas fronteiras para obterem riquezas que garantissem as despesas da polis, assim, a constância das guerras, era a única maneira encontrada pelos gregos de proteger e preservar suas fronteiras dos ataques inimigos, que podiam ser dos bárbaros (povos não helênicos) e/ou de seus vizinhos (povos helênicos), e por meio da pilhagem, uma

forma de adquirirem riquezas que podiam ser públicas ou privadas, como terras, tributos e, principalmente, escravos. Destaca Finley (1988, p. 117) que, com a obtenção de escravos, que eram usados na agricultura e nas demais tarefas, o homem grego possuía bastante tempo livre para dedicar-se a sua paixão, os negócios públicos.

Esta organização social permitia aos atenienses manter o seu interesse pela democracia e valorizar a participação de cada um deles para moldar a vida pública. Era na cidade que girava toda a vida dos cidadãos, o que favorecia a vinculação do indivíduo na comunidade.

No mundo antigo, afirma Pinto (2003), o exercício da liberdade confundia-se com a participação ativa e direta como guia para os assuntos públicos. A liberdade para os gregos residia na participação do poder social, ou seja, a participação nas deliberações públicas; como membro da comunidade, um indivíduo exercia sua liberdade através dos direitos políticos, constituindo a vontade coletiva, e sendo por ela tolhido.

Nas *pólis*, afirma Jaguaribe (1981), se constituíam, formal ou informalmente, processos pelos quais os cidadãos comuns podiam fazer sentir sua opinião sobre as decisões públicas, por exemplo, as mulheres, naquela cultura patriarcal que reservava a vida pública exclusivamente aos homens, eram, como cidadãs, partícipes da discussão política. Não tinham voz nem voto na Assembleia, mas era relevante sua contribuição para a formação da opinião pública.

Já sobre os estrangeiros e os escravos, escreve Jaguaribe (1981) que os estrangeiros, cidadãos de outra cidade, não possuíam cidadania. Tinham direitos privados, devidamente assegurados, embora sujeitos a certas restrições quanto à propriedade fundiária, mas eram destituídos de direitos cívicos. Já os escravos eram privados de qualquer cidadania, considerados externos a comunidade e, portanto, nem formal nem informalmente capacitado a opinar sobre os negócios públicos. No entanto, o sentido profundamente humanista da cultura grega, particularmente em Atenas, conferia ao escravo, uma dignidade humana básica, socialmente protegida.

Conforme Pinto (2003), na *Ágora* os gregos deliberavam sobre a guerra e a paz; a conclusão ou não de tratados de aliança; a acusação, o julgamento, a condenação que variava entre a pena de morte ou o ostracismo, bem como a absolvição de qualquer cidadão; elegiam alguns funcionários essenciais como os generais; votavam as leis; examinavam as contas públicas etc. Podendo-se concluir que os gregos exerciam pessoalmente e plenamente as funções: legislativa, executiva e judicial.

Para os antigos, afirma Bobbio (2000), quando se falava em democracia eles pensavam em uma praça ou então em uma assembleia na qual os cidadãos eram chamados a tomar, eles mesmos, as decisões que lhes diziam respeito. Democracia significava o que a palavra designa literalmente: poder do povo.

Portanto, a democracia antiga se revela exclusivamente direta, na qual os cidadãos se reuniam em assembleia para tomar as decisões de interesse comum. A própria organização da cidade era voltada para que os cidadãos tivessem tempo disponível para dedicar-se a atividade política. Isso demonstra a importância que a participação política possuía nas cidades gregas.

### **1.3.2 Construção da democracia moderna**

Diferentemente do que ocorria na democracia antiga, em que os cidadãos participavam diretamente das discussões políticas, na democracia moderna, em face da dimensão e complexidade das sociedades, o modelo adotado foi o representativo.

A democracia moderna, segundo Pinto (2003), surgiu há mais de duzentos anos juntamente com a ratificação da Constituição norte-americana, cujo sucesso só foi possível em decorrência da capacidade dos federalistas de fazerem uso da retórica e do discurso revolucionário popular para divulgar suas ideias. Os pilares centrais do pensamento dos federalistas constituíam-se na soberania, na separação dos poderes e na existência de um governo popular representativo.

A Constituição estadunidense de 1787 foi pródiga em novidades, dentre as quais a aplicação da teoria da separação dos poderes de Montesquieu; a instituição do Senado e de uma Câmara dos Deputados como órgãos representativos; o presidencialismo e a periodicidade no exercício de cargos públicos para membros do Legislativo e para os chefes dos Executivos tanto na esfera nacional quanto na estadual (SORTO, 1996). A junção de todos estes mecanismos, juntamente com a previsão de garantias dos direitos individuais na Carta Magna propiciou o surgimento da democracia moderna (PINTO, 2003).

Assim, a democracia moderna tende a ser representativa, ou seja, “aquela na qual o povo, fonte primária do poder, não podendo dirigir os negócios do Estado diretamente, [...] outorga as funções de governo aos seus representantes, que elege periodicamente” (SILVA, 2002, p. 140).

A base da democracia moderna, segundo Pinto (2003) é sem dúvida o instituto da representação e o seu adequado governo representativo, organizado em decorrência do amplo exercício das

liberdades individuais. Ou seja, o instituto da representação consiste na delegação de poderes pelo povo a um grupo de homens chamados políticos, por meio de eleições diretas, que são escolhidos para representarem os seus interesses e realizarem o bem comum. Este mandato apresenta algumas características em relação aos representantes, sendo o mandato de caráter livre, geral e irrevogável.

Diz Pinto (2003), que o mandato é livre porque o representante goza de certa liberdade para agir em nome de seus representados, não estando vinculado aos seus eleitores; esta liberdade é decorrente da confiança depositada pelos cidadãos em seus representantes para defesa de seus interesses. É geral porque o eleito não representa apenas os interesses daqueles que o elegeram, ele deve defender os interesses gerais dos representados. E finalmente, é irrevogável porque o representante tem o direito de exercer seu mandato por um período determinado.

O moderno conceito de democracia está ligado à ideia de liberdade individual, que se traduz no uso dos direitos individuais. Pode-se dizer, ainda, que a democracia é o regime da liberdade política – que consiste em associarem-se os cidadãos ao exercício do poder, para impor limites ao seu uso arbitrário.

Das diferenças entre a democracia moderna e a democracia antiga, Bobbio (2000) afirma que a primeira foi o efeito natural da alteração das condições históricas, a segunda, ao contrário, foi efeito de uma diferente concepção moral de mundo. A substituição da democracia direta pela democracia representativa deveu-se a uma questão de fato; o distinto juízo sobre a democracia como forma de governo implica uma questão de princípio. As condições históricas alteraram-se com a transição da cidade-estado para os grandes Estados territoriais.

Enquanto hoje a eleição é a regra e a participação direta a exceção, antigamente a regra era a participação direta, e a eleição, a exceção. Bobbio (2000) afirma que a democracia de hoje é uma democracia representativa às vezes complementada por formas de participação popular direta; a democracia dos antigos era uma democracia direta, às vezes corrigida pela eleição de algumas magistraturas.

Assim, a grande diferença entre a democracia antiga e a democracia moderna é a forma pelo qual os cidadãos participam da vida política. Na democracia antiga o modelo era o de participação direta, geralmente nas Assembleias, nas quais o povo decidia sobre os assuntos de interesse geral. Já na democracia moderna adota-se o modelo de



representação, na qual o povo escolhe seus representantes para as decisões políticas.

A democracia representa, segundo Ferreira (2001), na vastidão dos séculos um sonho acalentado pela humanidade, transmitido de geração em geração através dos tempos, e assinalando a marcha para a liberdade, a tolerância e a justiça social. O homem, livre e entusiasta, constrói a felicidade e a vida, no esplendor da convivência democrática, com um sentimento de liberdade e de alegre confiança no futuro.

A ideia de liberdade para os modernos, segundo Constant (1985), significa dizer que o indivíduo tem o direito de não se submeter senão às leis, de poder se expressar livremente, de escolher sua religião, de exercer qualquer atividade profissional, de dispor dos próprios bens, de ir e vir, bem como de reunir-se a outros e de influir na administração dos negócios públicos, seja pela nomeação de funcionários ou pela apresentação de petições, as quais as autoridades devem levar em consideração. A liberdade da qual se desfruta, consiste na liberdade individual, tendo como sua garantidora a liberdade política.

Em sua estrutura filosófica íntima, a democracia é a marcha do mundo para a liberdade e a tolerância. A democracia não é uma classe, nem uma facção, nem um privilégio; é a nação proprietária do governo, o direito de escolha dos representantes populares, o poder organizado da opinião pública (PEDRA, 2003). Não é demais trazer o alerta, com certo grau de pessimismo, do mais abalizado filósofo da democracia moderna Rousseau (2001, p. 83), para quem Governo tão perfeito não quadra aos seres humanos: “Se houvesse um governo de deuses, haveria governar-se democraticamente. Um governo tão perfeito não convém aos seres humanos” E acrescenta:

Se tomarmos o termo no rigor da aceção, nunca existiu verdadeira democracia, nem jamais existirá. É contra a ordem natural que o grande número governe e o pequeno seja governado. Não se pode imaginar que o povo permaneça constantemente reunido para ocupar-se dos negócios públicos; e vê-se facilmente que não seria possível estabelecer comissões para isso sem mudar a forma da administração.

Nesse sentido, Zancaner (1997) observa que Estados substancialmente democráticos constituem raras exceções em um mundo de obscurantismo e miséria. Estados autoritários, travestidos de

democráticos, ao reproduzirem consagradas fórmulas vigentes nos países culturalmente mais evoluídos, adotam em seus regimes constitucionais instituições teoricamente aptas a engendrar resultados democráticos. Entretanto, essas instituições e os objetivos aos quais elas se preordenam permanecem cristalizados nas constituições desses Estados, sem jamais se concretizarem.

No entanto, Pedra (2003), em defesa da democracia afirma que não é por si um valor fim, mas meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem. Sob esse aspecto, Silva (2002) afirma que a democracia não é um mero conceito político abstrato e estático, mas é um processo de afirmação do povo e de garantia dos direitos fundamentais que o povo vai conquistando no correr da história.

A democracia, na opinião de Silva (2002), repousa sobre dois princípios fundamentais ou primários, que lhe dão a essência conceitual: a) o da soberania popular, segundo o qual o povo é a única fonte do poder, que se exprime pela regra de que todo o poder emana do povo; b) a participação, direta ou indireta, do povo no poder, para que este seja efetiva expressão da vontade popular; sendo que as técnicas que a democracia usa para concretizar esses princípios têm variado, e certamente continuarão a variar.

Em suma, a democracia da Antiga Grécia, exercida de forma direta já não é mais passível de ser praticada, em face da extensão e complexidade das sociedades modernas. Assim, passou-se para uma democracia representativa, na qual são eleitos representantes que devem agir em nome da sociedade, visando sempre o interesse geral dos cidadãos. Talvez a democracia em que se vive atualmente não seja a forma ideal de governo, mas o desejo é evitar o retorno das tiranias, dos grandes impérios e das antigas ditaduras, visando sempre o bem estar, a liberdade e a dignidade humana.

### **1.3.3 Tipos de democracia**

O século XX foi o período de concretização da democracia pelo mundo ocidental, embora muitos países, entre eles os da América Latina, tenham enfrentado períodos de poder extremamente autoritário.

Esse desenvolvimento democrático propiciou o nascimento de um dogma: ser democrata. Hodiernamente, segundo Hirst (1992, p. 30), “todo mundo é democrata, sejam quais forem suas opiniões políticas, e os que têm um mínimo de preocupação com o sucesso político evitam cuidadosamente criticar a democracia, por medo do ostracismo”.

Ademais quando se afirma que alguém é democrata tem-se como pressuposto a democracia representativa. Hirst (1992, p. 30), ao analisar os limites da representação política, explica que:

A democracia é um bem inquestionável e a democracia representativa é identificada com democracia. Contestar o termo dominante parece ser suicídio político, mas tal contestação precisa ser feita, em nome da democracia. A noção dominante – a democracia representativa como democracia – serve de fato para legitimar o grande governo moderno e para livrá-lo de praticamente todo controle.

A democracia pode estar fundamentada somente na representação política, mas pode guardar um nível maior ou menor de participação popular na tomada de decisões. Conforme se apresenta a forma com que o povo participa do poder político podem se originar três tipos de democracia que podem ser classificadas em direta, indireta (ou representativa) e semidireta (ou participativa). Segundo Pedra (2003, p.6):

*A democracia direta* supõe o exercício do poder político pelo povo, reunido em assembleia plenária da coletividade. O povo exerce, por si, os poderes governamentais, fazendo leis, administrando e julgando. Atualmente esta modalidade de democracia é impraticável face à impossibilidade material de sua realização, face ao grande número de cidadãos que compõem um Estado, constituindo-se assim reminiscência histórica. *A democracia indireta* ou *representativa* é aquela em que o povo, fonte primária do poder, se governa por meio de representantes eleitos periodicamente por ele, que tomam em seu nome e no seu interesse as decisões políticas, envolvendo assim o instituto da representação. *A democracia semidireta* ou *participativa* caracteriza-se pela coexistência de mecanismos da *democracia representativa* com outros da *democracia direta* (referendo, plebiscito, revogação, iniciativa popular e etc.).

O termo democracia, segundo Maciel (1998), significou inicialmente, democracia direta, isto é, uma forma de governo em que os cidadãos tomam as decisões, diretamente, com validade para todos. Essa democracia pura, em que o povo se autogoverna, de fato, só foi praticada na antiguidade, em Atenas e Roma, mesmo assim com grandes diferenças em relação ao que hoje se entende como democracia, principalmente em razão das barreiras que a estratificação social impunha a certas classes, como a dos escravos.

Assim, a democracia direta tem seu marco inicial na Grécia Antiga quando o povo se reunia na Ágora para discutir e votar questões políticas. Possui como fundamento o exercício dos poderes governamentais pelo povo. Ou seja, o povo, direta e imediatamente, delibera sobre todas as questões de interesse do Estado (BONAT, 2004). Bonavides (2001) ensina que os cidadãos atenienses dedicavam-se inteiramente aos assuntos governamentais e tamanha dedicação só era possível devido ao regime escravocrata adotado, uma vez que aos escravos cabia trabalhar e aos cidadãos gregos competia cuidar das coisas do Estado. Até mesmo porque, somente participavam da democracia direta os cidadãos atenienses (homens atenienses, nascidos de pais atenienses), excluindo-se os escravos, as mulheres e os menores de vinte anos.

Rousseau (2001) é um dos defensores áduos da democracia direta. Para esse autor, a soberania popular é inalienável e os mecanismos de representação constituem uma fraude, uma vez que retira do cidadão a sua liberdade.

Já a democracia semidireta ou participativa, conforme Bonat (2004) é aquela que se apoia na representatividade, embora possua mecanismos capazes de permitir a participação direta do povo em algumas decisões institucionais, políticas e até mesmo jurídicas. Segundo Bonavides (2001) o povo não tem apenas a função de eleger seus representantes, mas também de participar de maneira mais efetiva, decidindo sobre matérias de sua competência.

E a democracia indireta ou representativa funda-se na representatividade política, conforme explica Bobbio (2000, p. 44):

A expressão ‘democracia representativa’ significa, genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade [...] Em

outras palavras, um estado representativo é um estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos, importando pouco se os órgãos de decisão são o parlamento, o presidente da república, o parlamento mais os conselhos regionais, etc.

Para Maciel (1998) na democracia representativa, a participação popular é indireta, periódica e formal, e se organiza mediante regras que disciplinam as técnicas de escolha dos representantes do povo. Todavia, não se trata apenas de uma questão de eleições periódicas, em que, por meio do voto, são escolhidas as autoridades governamentais. Além de designar um procedimento técnico para a escolha de pessoas para o exercício de funções governamentais e legislativas, eleição significa a expressão de preferência entre alternativas, a realização de um ato formal de decisão política.

Realmente, continua Maciel (1998), nas democracias de partido e sufrágio universal, as eleições tendem a ultrapassar a pura função designatória, configurando um instrumento por meio do qual o povo, manifesta sua aprovação a uma política governamental e confere seu consentimento e, por consequência, legitimidade às autoridades governamentais, participando na formação da vontade do governo e no processo político.

Segundo Torres (2001, p. 329), o início da democracia representativa ocorreu na Inglaterra, com a Magna Carta e com a estrutura do parlamento. Para ele, o parlamento era a “instância de representação política fundamental e decisiva do país – responsável a partir de meados do século XVIII, inclusive pela constituição do gabinete e assim do executivo – sem, por isso, deixar de reconhecer e preservar o rei como expressão simbólica da vontade nacional”. A democracia representativa surgiu nessa época, a partir da aplicação da regra processual do direito romano, através da qual era conferida ao representante grande responsabilidade no julgamento do que melhor convinha aos seus constituintes.

Bonat (2004) afirma que as pessoas, a partir de suas próprias vontades, constituem um poder, a soberania nacional, a qual seria uma e indivisível, sendo seu exercício caracterizado pela representação. Nesse sentido explica Mezzaroba (2003, p. 40):

A partir da implementação do voto censitário ficava estabelecido o limite entre os que tomavam as decisões políticas, em nome de todos os membros do país, e o povo em geral, não tinha nenhuma participação política. Logo, por justificar a limitação do sufrágio pelo voto censitário, a teoria da representação política de Sieyès foi o ponto de referência que fundamentou o modelo de Democracia representativa liberal, em seus primeiros passos.

Conforme apontado por Mezzaroba (2003), a democracia representativa surge para legitimar o Estado liberal, fundado nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Wolkmer (2000) ensina que o liberalismo surgiu de maneira revolucionária, com o objetivo de lutar contra o antigo regime absolutista, favorecendo os interesses individuais da burguesia e das classes menos favorecidas. Em seu aspecto político, Wolkmer (2000, p. 118) destaca que o liberalismo,

Refere-se fundamentalmente aos direitos políticos, ou seja, direito ao voto, direito ‘de participar e de decidir que tipo de governo eleger e que espécie de política seguir’. Os princípios básicos do liberalismo são: o consentimento individual, a representação e o governo representativo, o constitucionalismo político (o Estado de Direito, o império da lei, a supremacia constitucional, os direitos e garantias individuais), a teoria da Separação dos Poderes (descentralização administrativa e restrição da atividade do Estado) e a soberania popular.

Para Constant (1985, p. 23) o “[...] sistema representativo é uma procuração dada a um certo número de homens pela massa do povo que deseja ter seus interesses defendidos e não tem, no entanto, tempo para defende-los sozinho”. De acordo com Stuart Mill (1981, p. 31):

A forma ideal de governo é aquela em que a soberania, o poder supremo de controle, em última instância, pertence a massa reunida da comunidade; aquela em que todo o cidadão não apenas tem uma voz no exercício do poder supremo, mas também é chamado, pelo menos

ocasionalmente, a tomar parte ativa no governo pelo exercício de alguma função pública, local ou geral.

A partir disso, Stuart Mill (1981) desenvolveu uma teoria com o objetivo de tornar estável o sistema representativo. Para isso afirmava que o sufrágio deveria ser ampliado, a fim de proporcionar que as minorias também participassem, resguardando a decisão da maioria nos casos que envolvessem política em geral.

Como característica principal da democracia representativa, essa participação dos cidadãos, direta ou indiretamente, nas deliberações que em diversos níveis (local, regional, nacional) e nos mais diversos setores (escola, empresa etc.), pode ser constatada mediante o exame de seis regras básicas, estabelecidas por Bobbio (2000, p. 34):

[...] 1. todos os cidadãos que tenham alcançado a maioridade, sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo etc., devem gozar dos direitos políticos, isto é, do direito de expressar por meio do voto a própria opinião e/ou de eleger quem se expresse por ele; 2. o voto de todos os cidadãos deve ter peso igual (isto é, deve valer por um); 3. todos os cidadãos que gozam dos direitos políticos devem ser livres para votar, conforme opinião própria, formada o mais livremente possível, isto é, numa competição entre grupos políticos organizados que disputam entre si para agregar os anseios e transformá-los em deliberações coletivas; 4. os cidadãos devem ser livres, também, no sentido de possuírem alternativas reais, isto é, de poderem escolher entre várias alternativas; 5. seja por deliberações coletivas, seja por eleição de representantes, vale o princípio de maioria numérica, mesmo que possam se estabelecer diversas formas de maioria (relativa, absoluta, qualificada) em determinadas circunstâncias, previamente estabelecidas; 6. nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar os direitos da minoria, em particular o direito de tornar-se maioria em igualdade de condições.

Nesse sentido, para Mezzaroba (2003) é correto falar que foi a partir do século XIX que os países europeus abraçaram a representação, mas que foi com o sufrágio universal que a representação atingiu uma maior efetividade, devido principalmente aos partidos políticos, os quais passaram a ser reconhecidos como órgãos com função tipicamente pública, já que desenvolvem uma função de intermediação entre indivíduo e o Estado.

A ideia de que a democracia se realiza de modo mais amplo e legítimo por meio de constantes consultas populares sobre assuntos políticos, e que se exprime, no caso concreto, como exigência de que a democracia representativa seja complementada e, em alguns casos, substituída pela democracia direta, não é recente, nem se restringe ao Brasil.

Bobbio (2000) discute as relações entre democracia representativa e democracia direta e afirma que tal exigência já havia sido feita por Rousseau (2001), quando salientou que a soberania não pode ser representada e, por esse motivo, o povo inglês acredita ser livre, mas só o é durante a eleição dos membros do parlamento. Após a eleição, o povo voltava a ser escravo, dizia Rousseau (2001), acrescentando que uma verdadeira democracia jamais existiu, nem existirá, pois demanda muitas condições difíceis de serem reunidas. A primeira delas seria um estado muito pequeno, onde fosse fácil reunir o povo e onde cada cidadão pudesse facilmente conhecer todos os demais; em segundo lugar, uma grande simplicidade de costumes, de tal modo que evitasse a multiplicação dos problemas e as discussões mais difíceis. Seria necessária, também, uma igualdade de condições e fortunas.

Bobbio (2000) acrescenta ainda que a democracia sonhada por Rousseau pode se aplicar apenas numa pequena comunidade, como a do modelo clássico por excelência, a Atenas do V e do VI séculos, quando poucos milhares de pessoas formavam a assembleia dos cidadãos e podiam se reunir todas, simultaneamente, num mesmo local, para as deliberações coletivas.

Segundo Maciel (1998) atualmente, podem-se encontrar situações similares nas comunidades locais, mesmo assim com ressalva em relação ao que se entende por democracia direta. Passada a fase inicial de organização relativamente espontânea, tão logo são providenciadas a legitimação e a regulamentação da participação de base, a forma por esta assumida é a da democracia representativa. Os bairros são governados não pela assembleia dos cidadãos, mas por seus representantes.



Assim, conforme Maciel (1998) o processo de democratização, de que se fala atualmente, não consiste como erroneamente muitas vezes se diz, na passagem da democracia representativa para a democracia direta, mas na passagem da democracia política em sentido estrito para a democracia social. Essa passagem se realiza mediante a ampliação do poder ascendente, que até então se situava quase exclusivamente no campo da grande sociedade política e de associações voluntárias, para o campo da sociedade civil nas suas várias organizações, da escola à fábrica, em que se processa a maior parte da vida dos membros de uma sociedade moderna.

Para isso, são criadas algumas ferramentas que propiciam ao cidadão maior participação nas decisões políticas. Apenas para citar como exemplo, no Brasil a Constituição Federal prevê o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular.

O referendo, apontado por Bobbio (2000) como o único instituto de democracia direta de concreta aplicabilidade e de efetiva aplicação na maior parte dos estados de democracia avançada, deve ser entendido como um modo de consulta extraordinário para circunstâncias extraordinárias, o que impede a sua constante e inadvertida utilização.

Ninguém pode imaginar um estado capaz de ser governado através do contínuo apelo ao povo: levando-se em conta as leis promulgadas a cada ano na Itália, por exemplo, seria necessária uma convocação por dia. Salvo na hipótese, por ora de ficção científica, de que cada cidadão possa transmitir seu voto a um cérebro eletrônico sem sair de casa e apenas apertando um botão (BOBBIO, 2000, p. 47-48).

Essa hipótese já está mais próxima do cidadão. O avanço das comunicações e da informática reforça a ideia de que seja possível manter em funcionamento um processo permanente de consulta à população sobre pontos importantes da política. Também no processo eleitoral, Maciel (1998) afirma que, com a introdução do sistema eletrônico de votação, se está dando passos importantes no sentido de facilitar a participação do cidadão em decisões, estabelecendo pré-condições para que, num futuro não muito distante, os cidadãos possam se manifestar sem sair de casa.

Assim, para Morelli (2007) a participação da população constituiria um pressuposto decisivo para o fortalecimento das

instituições políticas e das organizações sociais, uma vez que favorece a competência cívica e a eficácia política, conceitos que se referem à capacidade do indivíduo de influenciar o processo decisório.

Ao contrário do que ocorria há alguns anos atrás, para se apontar um índice do desenvolvimento democrático, este não pode mais ser o número de pessoas que têm o direito de votar, mas o número de instâncias nas quais se exerce o direito de voto; para dar um juízo sobre o estado da democratização num dado país o critério não deve mais ser o de ‘quem’ vota, mas o do ‘onde’ se vota. Nesse sentido, Bobbio (2000, p. 61) expõe que:

A democracia dos modernos é o estado no qual a luta contra o abuso do poder é travada paralelamente em dois fronts – contra o poder que parte do alto em nome do poder que vem de baixo, e contra o poder concentrado em nome do poder distribuído. E não é difícil explicar quais são as razões objetivas que tornam necessário este ataque a partir de duas frentes. Onde a democracia direta é possível, o estado pode muito bem ser governado por um único centro de poder, por exemplo, a assembléia dos cidadãos. Onde a democracia direta, em decorrência da vastidão do território, do número de habitantes e da multiplicidade dos problemas que devem ser resolvidos, não é possível e deve-se então recorrer à democracia representativa, a garantia contra o abuso do poder não pode nascer apenas do controle a partir de baixo, que é indireto, mas deve também poder contar com o controle recíproco entre os grupos que representam interesses diversos, os quais se exprimem por sua vez através de diversos movimentos políticos que lutam entre si pela conquista temporária e pacífica do poder.

Outro ponto importante ressaltado por Bobbio (2000) é o pluralismo, que favorece uma característica fundamental da democracia moderna, a legitimidade do dissenso, a partir do princípio segundo o qual o dissenso, desde que mantido dentro de limites estabelecidos pelas regras do jogo pré-determinadas, não constitui ameaça à sociedade, mas elemento provocador de mudanças.

Na sociedade pluralista, expõe Morelli (2007), os diversos grupos formadores da sociedade estarão mutuamente fiscalizando e influenciando uns aos outros, de forma que as decisões não sejam tomadas unilateralmente. Vale frisar que, em uma sociedade plural os diversos grupos devem ter convicção e reconhecer os contrastes existentes entre eles, buscando, dentro de um sistema e ambiente democrático, soluções que levem à superação desses conflitos e, conseqüentemente, atendam aos interesses do maior número possível de pessoas.

Tudo está, portanto, em conexão, afirma Maciel (1998), refazendo o percurso em sentido contrário, a liberdade de dissentir tem necessidade de uma sociedade pluralista, uma sociedade pluralista consente uma maior distribuição do poder, uma maior distribuição do poder abre as portas para a democratização da sociedade civil e, enfim, a democratização da sociedade civil alarga e integra a democracia política. Por fim, conclui Bobbio (2000, p. 64),

Creio, assim, ter indicado, embora com as imprecisões e insuficiências de que estou perfeitamente consciente, a estrada capaz de conduzir ao alargamento da democracia sem desembocar necessariamente na democracia direta. Pessoalmente, estou convencido de que a estrada é justa, embora repleta de perigos. Porém, estou também convencido de que a atitude do bom democrático é a de não se iludir sobre o melhor e a de não se resignar com o pior.

Assim, a democracia<sup>4</sup> quer significar a efetiva participação do povo nas decisões e destinos do Estado, seja através da formação das instituições representativas, seja através do controle da atividade estatal. Em síntese, a democracia para Maciel (1998), traduz-se na ideia de que o povo é o verdadeiro titular do poder, mesmo que este seja exercido através de representantes eleitos. Nela os representantes devem se submeter à vontade popular, bem como à fiscalização de sua atividade; o povo deve viver numa sociedade livre, justa e igualitária.

---

<sup>4</sup> A democracia representa na vastidão dos séculos um sonho acalentado pela humanidade, transmitido de geração em geração através dos tempos, e assinalando a marcha para a liberdade, a tolerância e a justiça social. O homem, livre e entusiasta, constrói a felicidade e a vida, no esplendor da convivência democrática, com um sentimento de liberdade e de alegre confiança no futuro (PINTO FERREIRA, 1996, p. 76).

## 1.4 O PROBLEMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Atualmente a democracia representativa vem atravessando uma crise<sup>5</sup>, decorrente de diversos fatores ligados a desterritorialização da nação frente aos eventos trazidos pela globalização e às diversas mudanças trazidas pelo avanço das novas tecnologias, além do descompasso entre as ações dos representantes com a vontade dos representados, marca das sociedades complexas e plurais.

Romagnoli e Melo (2011) afirmam que, juntamente com a consolidação burocrática do aparelho do Estado, surgem as complicações: departamentalizações, procedimentalismos, papelórios, normatização em excesso, enfim, surge a preponderância dos especialistas e dos técnicos de governo em detrimento da participatividade dos cidadãos. A necessidade de pessoal especializado e treinado parece despontar como ponto de extrema importância, pois são estes os capazes de realizar as difíceis tarefas essenciais para que se efetivem as funções do Estado. Porém, é exatamente da necessidade por estes técnicos que aparece a falta democrática e a “ingovernabilidade”. Da “ingovernabilidade” têm-se outros desdobramentos, como perda de credibilidade, confiabilidade e até descrença na política.

Essa descrença na política se torna ainda mais evidente quando se analisa a representação política. De acordo com Stuart Mill (1981) a assembleia constitui uma miniatura do eleitorado e toda a assembleia representativa deveria ser capaz de expressar as tendências dominantes do eleitorado. Porém, não é o que se encontra na atualidade. O ressurgimento de problemas políticos e econômicos estruturais decorre

---

<sup>5</sup> Além de “crise da democracia”, pode-se encontrar na literatura recorrente pelo menos dois outros termos relacionados a este: o primeiro é “crise da representação” e o segundo é “crise da democracia representativa”. Apesar de “representação” e “democracia representativa” serem conceitualmente diferentes (MANIN, 1995; PITKIN, 1987), estas duas expressões são encontradas em boa parte das referências em teoria política contemporânea de modo praticamente intercambiável, ou seja, enquanto sinônimos. Por “crise da representação”, a maioria dos estudiosos compreende um leque de problemas encontrados na relação entre representantes políticos e esfera civil: os partidos políticos não desempenham um papel de defesa dos interesses dos cidadãos uma vez que seus quadros chegam ao poder; os cidadãos desconfiam de seus representantes; o estado não mais possui a capacidade de dar conta das demandas dos cidadãos em um cenário no qual os *players* do jogo econômico internacional exercem influência política crescente sobre domínios de difícil controle por parte das instituições políticas (HARDT; NEGRI, 1994; RIBEIRO, 1995). Mas há quem exponha receios quanto à admissão da existência de uma crise da representação. A tensão entre representação política e exercício direto do poder político é exposta, por exemplo, em Bobbio, que rechaça a ideia de que a democracia moderna (por ser representativa) esteja em crise por receio de que sua contraparte (a democracia direta) ganhe espaço (BOBBIO, 2000, p. 22-23).

exatamente da incapacidade que governos, partidos e organizações possuem de se pôr à altura de fatos e processos que têm se avolumado e tomado proporções que escapam da capacidade dos representantes.

É fato, segundo Romagnoli e Melo (2011), que a sociedade contemporânea se situa num momento histórico de grandes transformações, cuja representação política ainda mal conseguiu compreender a complexidade da situação, quanto mais oferecer respostas de governo para tais problemas.

Nogueira (2005) afirma que exemplos como a financeirização do capital, a mundialização da economia, a revolução tecnológica, os dilemas da globalização e a independência dos Estados são amostras do grau de dificuldade com que os representantes da república são obrigados a lidar, sem o devido sucesso esperado.

Além disso, Romagnoli e Melo (2011) ressaltam a questão da soberania, alicerce para a estruturação e funcionamento de um Estado que, com a globalização, informatização e a internacionalização da economia passam a tratar com uma intensa onda de expansão dos limites e trocas de culturas, tradições, interesses. Deste processo despontam poderosos grupos econômicos, munidos de considerável poder de decisão dentro desta realidade, colocando em cheque os limites territoriais e simbólicos do Estado-Nação. Complicam-se os vínculos entre democracia e território.

Geralmente, quando se pensa na crise do sistema democrático representativo, a primeira hipótese que se leva em consideração é a deficiência dos representantes frente ao ato de representar. Estes, segundo Weber (1983), seriam políticos profissionais, especializados em agir conforme a vontade do partido, o qual procuraria oferecer propostas de governo que fossem de encontro à vontade do seu eleitorado, ou, governantes patrimonialistas, que governariam a coisa pública tendo-a como para uso privado. Conhecidos como “donos do poder”, seus interesses pessoais estariam acima dos interesses da nação. A política, para eles, seria apenas um meio para atingir status e bens materiais. Sua representação seria apenas retórica, pois, no fundo, eles representariam apenas a si próprios.

Segundo Romagnoli e Melo (2011) se este raciocínio fosse o único verdadeiro, para melhorar a qualidade da democracia, bastaria apenas trocar os representantes e o problema estaria resolvido. No entanto, é possível afirmar que a incapacidade representativa dos representantes, seus partidos e organizações sociais advêm de uma realidade da sociedade contemporânea, que passa por grandes transformações.

O modelo atual de representação foi feito para uma sociedade mais simples, na qual todos os indivíduos convergiriam para o mesmo ponto, e não para esta forma societal, que se pulveriza e liquidifica. Nesse sentido expõe Bobbio (2000, p. 36):

O modelo ideal da sociedade democrática era aquele de uma sociedade centrípeta. A realidade que temos diante dos olhos é a de uma sociedade centrífuga, que não tem apenas um centro de poder (a vontade geral de Rousseau), mas muitos, merecendo por isto o nome, sobre o qual concordam os estudiosos da política, de sociedade policêntrica ou poliárquica (ou ainda, com uma expressão mais forte, mas não de tudo incorreta, policrática).

Além disso, Bonat (2004) afirma que a democracia baseada meramente na representação política encontra-se em crise pelo fato de restringir a participação popular ao exercício do voto e a possibilidade, uma vez preenchidas as condições de elegibilidade, de disputar os cargos eletivos. Uma vez realizada a eleição e escolhidos os representantes, o povo não possui mecanismos e instrumentos viáveis para a participação efetiva e para o controle dos atos dos eleitos.

Dessa forma, Romagnoli e Melo (2011) afirmam que entender como se dá a crise da democracia representativa, tomando como sua raiz as transformações sociais da sociedade contemporânea, é aferir que o representado possui, neste momento, uma visão de mundo diferente e conflitante com a estrutura regimental da instituição dos representantes (Câmara, Congresso, Senado), o que, logo, configura a discrepância dialógica desta relação, que é a crise da democracia representativa.

Para Wolkmer (2001) a crise do modelo liberal de representação encerra duas perspectivas: uma analisada através do ponto de vista interno e outra vista pelo ângulo externo. Do ponto de vista interno, ela surge como uma crise maior da própria política expressada pela perda de eficácia e confiabilidade nos partidos políticos, na administração estatal, no legislativo e no poder judiciário. Tendo em vista a realidade periférica como a dos países latino-americanos, pode-se encontrar uma primeira explicação (conjuntural) no fato de que a democracia existente não é realmente representativa, mas uma delegação engendrada e manipulada por lideranças de tradição caudilhesca. Já em relação ao ponto de vista externo, a democracia representativa passa por uma crise estrutural de “características universais”.

Delgado (1988) aponta para alguns elementos caracterizadores da crise da representação política clássica. O primeiro compreenderia o descumprimento dos programas eleitorais e a impossibilidade do cumprimento de tais atos gera na sociedade uma descrença na classe política. Alie-se a esse primeiro elemento, a corrupção existente na classe política (legislativo e executivo) e a impunidade desses atos.

Um terceiro fator, apontado por Delgado (1988) refere-se à exclusão de grande parte da população e um consequente aumento da exclusão social, sendo a classe política responsabilizada por essa situação. Como quarto aspecto colocado pelo autor está a dificuldade em dar respostas aos problemas complexos que se colocam atualmente.

Por fim, destaca-se a crise proporcionada pelos meios de comunicação, os quais, segundo Bonat (2003), a princípio seriam livres e, portanto, desvinculados dos grupos sociais. Todavia, a maioria dos meios de comunicação são instrumentos legitimadores das ações dos detentores de poder.

É nesse sentido que se busca a reestruturação da democracia representativa e não sua superação, a partir de novos mecanismos promotores de uma maior e mais efetiva participação. Nesse sentido são as afirmações de Wolkmer (2001, p. 89), para o qual “a radicalização do processo democrático para a sociedade não implica descartar o paradigma da representação, mas reconhecer sua crise e redefini-lo em função de uma nova cultura política, fundada na participação dos sujeitos coletivos emergentes, corporificadores de uma cidadania comunitária”.

Desta forma, ao se perceber os problemas enfrentados pela democracia representativa, torna-se necessário encontrar mecanismos que possam iniciar um processo de mudança no comportamento apático da sociedade, possibilitando maior participação nas questões políticas.

## 1.5 DEMOCRACIA, CULTURA E COMPORTAMENTO POLÍTICO

Como visto, o atual modelo representativo está enfrentando problemas em face da insuficiência no atendimento aos anseios da população. Diante disso, se faz necessário o desenvolvimento de mecanismos que possibilitem o fomento de uma cultura participativa, através do comportamento ativo nas decisões políticas por parte dos cidadãos.

Nesse sentido, Baquero (2001) expõe que não se pode ignorar o crescente questionamento das chamadas práticas democráticas desencadeadas pelo aumento das demandas que não podem ser

satisfeitas na dimensão técnico-instrumental, levantando dúvidas quanto à capacidade da democracia em responder a tais pressões no futuro e o impacto disto na estruturação de crenças sobre a democracia. Como o conceito existente se fundamenta na noção da representatividade, o seu fortalecimento depende da confiança depositada pelos cidadãos nos processos eleitorais e nos sistemas de construção partidária.

Pensar em mecanismos que proporcionem uma democracia social mais justa implica trazer as pessoas para a esfera pública. Tal transição depende, fundamentalmente, da capacidade do Estado e de suas instituições de aceitar e valorizar essa participação. Uma democracia social sem políticos ou cidadãos democráticos está fadada ao fracasso.

Nessa linha de análise, Krischna (2002) afirma que a mera existência de instituições democráticas criadas de cima para baixo não é suficiente para garantir a estabilidade política, e, menos ainda, a justiça social. A menos que os cidadãos tenham fé nessas instituições e envolvam-se em atividades de auto governança, a democracia enquanto conceito e enquanto prática pode tornar-se algo destituído de significado, usado para legitimar práticas autoritárias e de corrupção institucionalizada, pois a cidadania social não se faz presente.

Historicamente, afirma Baquero (2001), a ausência de uma maior participação das pessoas na política, tem mostrado que a democracia de procedimentos não tem conseguido legitimar-se por seus próprios valores, pois, presentemente, o grau de contestação é alto e a participação das pessoas em atividades convencionais (pertencer a partidos, participar de comícios, discutir política, entre outros) é reduzida. O dilema enfrentado é de que os recursos econômicos para satisfazer as demandas materiais básicas são insuficientes, levando a um processo acelerado de desagregação da vida social. A história recente tem mostrado que sociedades nessas condições dificilmente promovem o estabelecimento de culturas políticas participativas – ao contrário, caracterizam-se pela ineficiência, corrupção ou regimes despóticos.

Apesar dos avanços observáveis em diferentes áreas, bem como do desenvolvimento de novas tecnologias (robótica, cibernética e genética, entre outras), prevalece uma situação de deterioração econômica, afetando, particularmente, a classe média. Segundo Baquero (2001) constata-se, também, a erosão dos laços sociais, materializados na individualização do comportamento político em detrimento de identidades coletivas e, sobretudo, de uma dimensão de incerteza e desencanto em relação ao futuro.

Nessas circunstâncias, os estudos de cultura política tornaram-se importantes no sentido de dar visibilidade ao processo de formação de



crenças em relação à política. Para Hopenhayn (2001), torna-se necessário construir uma cultura política que transcenda o caráter meramente formal dos procedimentos e traduza a ação política em práticas de comunicação entre os diversos atores de um sistema político.

As deficiências de perspectiva institucional contemporâneas abriram um campo vasto de reflexões sobre o papel que a sociedade deveria ter no processo de construção democrática. Nesta linha se inserem os estudos de Pateman (1992) com a democracia participativa, de Habermas (2000) com a democracia deliberativa e de Chantal Mouffe (1996) com a democracia radical (BAQUERO, 2001). Em comum a todas essas perspectivas está a ideia de reinvenção da sociedade, ou seja, da incorporação do cidadão à política como um sujeito participante.

Baquero (2001) cita como exemplo a necessidade das instituições políticas (governo e partidos) se mobilizarem para mudar a imagem negativa que as pessoas têm do seu funcionamento, com práticas políticas transparentes e eficientes, com vistas a gerar credibilidade e legitimidade.

É importante também a mobilização da sociedade civil para participar no processo de construção democrática via uma nova modalidade de participação comunitária. Nesse mesmo sentido afirma Baquero (2001, p. 117), “num cenário onde aproximadamente 40% da população não consegue ter o mínimo necessário para levar uma vida com dignidade, torna-se relevante refletir sobre a necessidade de ampliar o debate a respeito da construção democrática além dos procedimentos técnicos”.

A insatisfação crônica das pessoas com o funcionamento das democracias atuais pode constituir um obstáculo ao processo de sua plena consolidação. Segundo Baquero (2001), é difícil estabelecer um sistema de legitimidade democrática quando a população apresenta predisposições de cinismo, insatisfação, alienação e desconfiança, agravadas pelo fato de que os setores sociais majoritários têm sido marginalizados das conquistas sociais obtidas ao longo da história. Segundo Ianni (2000, p. 103), “grande parte da sociedade está sendo desafiada a se reorganizar e a se movimentar de modo a sobreviver em um contexto no qual o Estado se transforma em aparelho administrativo de classes e grupos sociais, ou blocos de poder, dominantes em escala mundial”.

As implicações no campo político decorrentes dessa situação são claras para a cidadania e definidas por Baquero (2001, p. 118):

(a) desilusão com a política; (b) desconfiança em relação às instituições democráticas; (c) desencanto com seus representantes políticos e (d) obediência a um ritual político em que o processo eleitoral (voto) é visto como o ponto onde se esgota sua participação política. Esses elementos sugerem a existência de condições favoráveis à manutenção e ao desenvolvimento de uma cultura política passiva, desmobilizada e silenciosa.

Assim, é imperativo refletir sobre mecanismos que possibilitem o empoderamento dos cidadãos para participar do processo político. Não há evidência empírica que demonstre o caráter negativo de estímulos a uma participação generalizada. Nesse sentido propõe Baquero (2001, p. 119):

Para introduzir, por exemplo, uma estratégia redistributiva no país é fundamental o apoio da sociedade na sua totalidade. No entanto, essas estratégias esbarram no fato de que os grupos que seriam beneficiados por essa redistribuição geralmente são aqueles que dispõem de uma organização precária e quase inexistente, não têm coesão interna e desobedecem aos mecanismos que os capacitariam a pressionar o Estado para obter respostas as suas reivindicações. O seu empoderamento seria essencial para que essas pessoas ou grupos participassem na arena política, de tal forma que os avanços por eles conseguidos se tornassem irreversíveis.

Essa perspectiva vem ganhando adeptos, pois já se constata um encaminhamento, inclusive nas organizações supranacionais, em relação à premissa de que para promover o crescimento econômico sustentado é fundamental a redução da pobreza, a promoção da igualdade, o aperfeiçoamento das instituições e, principalmente, o aprofundamento da democracia participativa.

Uma forma de tentar resgatar o cidadão para uma participação mais consequente seria encontrar mecanismos que garantam não só a distribuição de recursos materiais, mas também de recursos simbólicos como a participação e o acesso à informação. Baquero (2001) afirma que somente por esses ingredientes de uma democracia social participacionista, que extrapola os aspectos meramente formais da

democracia, se torna possível traduzir a ação política em práticas que transcendam o individualismo e enfoquem a coletividade, gerando normas de reciprocidade e cooperação coletiva.

## 1.6 A DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Participar é uma forma de exercer direitos políticos e sociais garantidos pela Constituição. Especificamente, a participação política caracteriza-se pelas ações coletivas ou individuais, de apoio ou de pressão, que são direcionadas a selecionar governos e a influenciar as decisões tomadas por eles. Trata-se de uma participação ativa dos cidadãos nos processos políticos, sociais e comunitários e tem como objetivo influenciar as decisões que contemplem os interesses coletivos e o exercício da cidadania.

A ideia de que deveria haver maior participação dos cidadãos nas decisões governamentais surge na década de 1960, com os movimentos estudantis e comunitários que passaram a exercer pressões políticas. A questão que se coloca é como motivar os cidadãos para o envolvimento político. Pateman (1992, p. 66), argumenta que a participação mais ampla na esfera política começa necessariamente com a participação em microesferas da vida social. “As pessoas com senso de eficácia política têm mais probabilidade de participar da política do que aquelas que carecem desse sentimento”. De acordo com a autora, quanto mais os indivíduos participam, mais capacitados se tornam para fazê-lo.

A participação deve forjar cidadãos comprometidos com o processo democrático, capazes de realizar cobrança e fiscalização das ações governamentais, e maior fortalecimento e legitimidade da democracia. Assim argumenta Águila (2004, p. 82):

A participação criará melhores cidadãos e, quem sabe, simplesmente melhores indivíduos. Os obrigará a traduzir em termos públicos seus desejos e aspirações, incentivará a empatia e a solidariedade, os forçará a argumentar racionalmente ante seus iguais e a compartilhar responsabilmente as conseqüências (boas e más) das decisões. E estes efeitos benéficos da participação se conjugam com a idéia de que a democracia e suas práticas, longe de entrar em conflito com a perspectiva liberal, são o componente indispensável para o desenvolvimento da autonomia individual que

presumivelmente aquelas instituições querem proteger.

Não se pode duvidar o quão importante é, para a ideia de democracia, a participação dos cidadãos e, para isso, além de criar a consciência cidadã de participação deve também proporcionar a manutenção de cada um dos valores que a compõem.

O cidadão, segundo Marques (2008), está abrigado de eventuais abusos do estado graças a mecanismos como o constrangimento imposto pela requisição de publicidade e transparência no que se refere à administração pública e em relação ao estabelecimento de um marco jurídico regulatório (com a função de garantir proteção aos indivíduos e de evitar que o estado continuasse a gozar de um poder opressor indefinido). De acordo com o que pode ser percebido, nestes termos, cada um dos valores que fazem parte da ideia de democracia possui importância e função peculiares na montagem institucional do estado moderno.

Nas complexas sociedades contemporâneas, contempla Borba (2007), as condições para o exercício da democracia direta são bastante limitadas. As democracias contemporâneas são, em sua essência, representativas, em que a soberania se exerce por meio de representantes eleitos para desempenhar funções públicas por um determinado período de tempo.

Por mais controversa que seja a atribuição de importância e desejabilidade a alguns dos valores integrantes da ideia de democracia, Marques (2008) expõe que qualquer uma das concepções que lide com a conceituação deste regime de governo prevê um componente que confere aos cidadãos um poder fundamental na vida política das sociedades. O poder da esfera civil é a tradução do que se chama teoricamente de “soberania popular”, segundo a qual o conjunto dos cidadãos é a verdadeira e única autoridade distinta, dispensando-se e rechaçando-se a necessidade, por exemplo, de um monarca.

Soberania supõe liberdade e participação popular, alicerces da democracia. Assim, o princípio democrático impõe o respeito à soberania popular, na medida em que garante a participação de todos e de cada um dos cidadãos particularmente na vida política do país.

Essa participação da sociedade em processos de decisão que são característicos do Estado, segundo Leal (2008) se encontra na contramão das teorias elitistas do modelo de democracia representativa. Se os cidadãos comuns não se restringem mais a apenas eleger seus governantes, isso permite trazer ao debate democrático a discussão

sobre a compatibilidade entre descentralização do poder público e a representação política.

A existência de novos canais de diálogo estabelecidos entre a sociedade e o estado, não se opõe ao sistema representativo, mas amplia as possibilidades do regime democrático, indicando as limitações do modelo de democracia liberal representativo, sem que com isso seja caracterizada a sua superação. Assim, a noção de espaço público é entendida como instância de discussão da sociedade, em sua dimensão participativa e comunicativa, viabilizando a operacionalização de experiências pautadas no debate e na discussão de interesses diferenciados. Sobre isso escreve Leal (2008, p. 42):

A construção de canais de diálogo entre poder público e sociedade civil e entre esta e cidadãos não significa o declínio do sistema representativo de governo, mas a irrupção do tecido social de experiências participativas que só fortalecem qualquer regime democrático. As proposições viáveis de modelos combinados, participativos, comunicativos, dialógicos e deliberativos de democracia partem de críticas às limitações do modelo liberal representativo e não da sua superação. Na verdade, apontam para uma ampliação da democracia, prevendo uma maior inclusão do cidadão em processos decisórios, políticos e sociais arbitrados pelo Estado e suas instituições. Por isso, a noção de espaço público enquanto instância discursiva da sociedade civil, em toda sua dimensão comunicativa e participativa, é tão importante para a operacionalidade de experiências locais, nacionais e globais de democracia semidireta, as quais estão pautadas fundamentalmente em práticas comunicativas e discursivas, que se apresentam fundamentais, nos termos de Habermas (2002), para o exercício da autonomia pública conferida pela soberania popular.

O Estado precisa ser visto como um dos atores do processo de governança social e não apenas o único ator Gohn (2006) e nesse processo a alternativa que viabiliza a gestão pública é a adoção de formas colegiadas de participação, sustentadas na representatividade e

na interação dos atores envolvidos, oportunizando-se uma interação entre sociedade e estado.

A questão da intervenção política dos cidadãos vem constituindo, de fato, um dos traços definidores da própria noção de democracia, ou seja, a política contemporânea aparece como incapaz de satisfazer os requisitos da democracia em seu sentido mais próprio. E o fenômeno mais comumente identificado como em estreita relação ao déficit democrático contemporâneo é, em geral, condicionado pela participação política.

Leal (2008) afirma que a manutenção dos principais fundamentos e instituições da democracia constitui um dos grandes estorvos para se superar males como a apatia dos cidadãos (ou, em casos mais graves, a descrença nas instituições e o cinismo político) quanto à participação e ao exercício de sua voz política; a influência negativa de sondagens de opinião pública, empregando métodos polêmicos de construção do que chamam de vontade geral; a utilização de estratégias de comunicação (através dos especialistas do campo mediático) e a construção de imagens políticas que muitas vezes apelam mais para os ataques entre os candidatos do que para a defesa de projetos políticos (a chamada “campanha negativa”); e, fundamentalmente, a distância entre mandantes e mandatários.

Mas se falta participação política é porque faltam também outros requisitos da vida democrática. Segundo Gomes (2005), algumas dessas faltas são relacionadas à cultura política, na qual, faltaria aos cidadãos nas democracias contemporâneas um elementar sentido de efetividade das práticas políticas civis. Parece ausente a sensação de que há uma conexão de causa e efeito entre a ação do cidadão e o modo como as coisas referentes ao Estado se decide. Este sentimento se reforça pela impressão de que, com efeito, as indústrias da notícia, do lobby e da consultoria política têm muito maior eficácia junto à sociedade política e ao Estado de que a esfera civil. Haveria como que uma marginalização do papel dos cidadãos.

A esta convicção deve se somar a formação de uma péssima imagem pública daqueles entendidos como representantes da sociedade, vistos como indivíduos orientados exclusivamente por linhas de força iminentes ao jogo político, ou seja, acúmulo de capital político para o próprio grupo ou partido, contraposição entre governo e oposição.

Faltaria à esfera civil, segundo Gomes (2005), uma visão acurada da vida pública, um repertório suficientemente provido de informações sobre processos e conteúdos que orientam o funcionamento da

sociedade política, bem como sobre o estado das coisas e das circunstâncias concretas que constituem as conjunturas políticas.

Para Silva (2006), entre os fatores que influenciam no déficit de participação política podem ser citados: os fatores comportamentais, ou seja, aspectos psicológicos, culturais, ideológicos, peculiaridades de conduta e índole do indivíduo, gênero, idade, escolaridade, étnicos, etc.; os fatores legais, isto é, leis, decretos, legislação em geral, políticas públicas, prerrogativas constitucionais que incentivem e garantam maior porosidade do estado para participação do cidadão. Este tipo de fator está intimamente ligado à produção da decisão política no âmbito governamental: isto é, quais as possibilidades e deveres legais do Estado em criar canais de comunicação e participação.

O que resta então é a necessidade de reestruturação do funcionamento do Estado com vistas ao desenvolvimento de sistemas capazes de instigarem a participação dos cidadãos. Além disso, é importante desenvolver a educação política e através dela inserir na cultura social da população o desejo de participar efetivamente nos atos do Estado, visando sempre a consolidação dos ideais democráticos e de uma cidadania plena.

## 1.7 UM POUCO DA HISTÓRIA DA CIDADANIA

A história da cidadania confunde-se com a história dos direitos humanos, a história das lutas das gentes para a afirmação de valores éticos, como a liberdade, a dignidade e a igualdade de todos os humanos indistintamente; existe um relacionamento estreito entre cidadania e luta por justiça, por democracia e outros direitos fundamentais asseguradores de condições dignas de sobrevivência.

Expressão originária do latim, que tratava o indivíduo habitante da cidade (*civitas*), na Roma antiga indicava a situação política de uma pessoa (exceto mulheres, escravos, crianças e outros) e seus direitos em relação ao Estado Romano. No dizer de Dallari (1998, p. 14) “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”.

Em tempos recuados da História encontram-se sinais de lutas sociais que lembram bem a busca por cidadania. Conforme expõe Santana (2010), na Grécia de Platão e Aristóteles eram considerados cidadãos todos aqueles que estivessem em condições de opinar sobre os

rumos da sociedade. Entre tais condições, estava a de que fosse um homem totalmente livre, isto é, não tivesse a necessidade de trabalhar para sobreviver, uma vez que o envolvimento nos negócios públicos exigia dedicação integral. Portanto, eram excluídos, além dos homens ocupados (comerciantes, artesãos), as mulheres, os escravos e os estrangeiros. A cidadania grega era compreendida apenas por direitos políticos identificados com a participação nas decisões sobre a coletividade.

Quintão (2001) explica que, em consonância com a assertiva de que cidadania é um mecanismo de representação política que permite relacionamento pessoal entre governantes e governados e que esse paradigma assenta-se nas instituições greco-romanas e sua complexa transição para a Idade Média, demonstra que os modernos conceitos de ideais políticos, como os de justiça, liberdade, governo constitucional e respeito às leis, surgiram de conceitos de pensadores helênicos sobre as instituições da Cidade-Estado.

Na Grécia antiga, toda a sociedade da civilização apresentava a dicotomia cidadão e não-cidadão. Bernardes (1995, p. 27), ensina que:

A cidadania era para os gregos um bem inestimável. Para eles a plena realização do homem se fazia na sua participação integral na vida social e política da Cidade-Estado [...] só possuía significação se todos os cidadãos participassem integralmente da vida política e social e isso só era possível em comunidades pequenas.

Lembra Bernardes (1995) que o Estado à época de Roma e Grécia não tinha a feição que hoje lhe é conferida; era mais um prolongamento da família, pois esta era a base da sociedade. E sendo assim, o indivíduo encontrava-se completamente absorvido pelo Estado ou pela Cidade-Estado. Aos cidadãos atenienses eram reservados os direitos políticos. Os cidadãos formavam o corpo político da cidade, daí a faculdade de tomarem parte das Assembleias, exercerem a magistratura e proporcionarem a justiça.

Em Roma, também se encontra a ideia de cidadania como capacidade para exercer direitos políticos e civis e a distinção entre os que possuíam essa qualidade e os que não a possuíam. A cidadania romana era atribuída somente aos homens livres, mas nem todos os homens livres eram considerados cidadãos. Segundo Bernardes (1995),



em Roma existiam três classes sociais: os patrícios (descendentes dos fundadores), os plebeus (descendentes dos estrangeiros) e os escravos (prisioneiros de guerra e os que não saldavam suas dívidas).

Com a decadência do Império Romano, e adentrando a Idade Média, ocorrem profundas alterações nas estruturas sociais. O período medieval é marcado pela sociedade caracteristicamente estamental, com rígida hierarquia de classes sociais: clero, nobreza e servos (também os vilões e os homens livres).

Segundo Santana (2010), a Igreja cristã passou a constituir-se na instituição básica do processo de transição para o tempo medieval. As relações cidadão-Estado, antes reguladas pelo Império, passam a ser controladas pelos ditames da Igreja cristã. A doutrina cristã, ao alegar a liberdade e igualdade de todos os homens e a unidade familiar, provocou transformações radicais nas concepções de direito e de estado.

Para Quintão (2001), o desmoronamento das instituições políticas romanas e o fortalecimento do cristianismo ensejaram uma reestruturação social que foi dar-se no feudalismo, cujas peculiaridades diferiam consoante seus aspectos regionais. O feudalismo, considerado “idade das trevas”, configura-se pela forma piramidal caracterizada por específicas relações de dependência pessoal (vassalagem), abrangendo em sua cúpula rei e suserano e, em sua base, essencialmente, o campesinato.

Conforme Santana (2010), essa relação de dependência pessoal de obrigações mútuas originava-se de ato sacramental e solene e que apresentava duas vertentes: o vassalo, em troca de proteção e segurança, inclusive econômica, oferecia fidelidade, trabalho e auxílio ao suserano, que, reciprocamente, investia o vassalo no benefício, elemento real e econômico dessa relação feudal.

Na época medieval, em razão dessa índole hierarquizada das estruturas em classes sociais, dilui-se o princípio da cidadania. Conforme Santana (2010), o relacionamento entre senhores e vassalos dificultava bastante a definição desse conceito. O homem medieval, ou era vassalo, ou servo, ou suserano; jamais foi cidadão. Os princípios de cidadania e de nacionalidade dos gregos e romanos estariam “suspensos” e seriam retomados com a formação dos Estados modernos, a partir de meados do século XVII.

Com o fim do feudalismo e a ocorrência da formação dos Estados nacionais, a sociedade, ainda formada e organizada em clero, nobreza e povo, volta a ter uma centralização do poder nas mãos do rei, cuja autoridade abrangia todo o território e era reconhecida como legal pelo

povo. Língua, cultura e ideais comuns auxiliaram a formação desses Estados Nacionais.

As modernas nações, governos e instituições nacionais surgiram a partir de monarquias nacionais formadas pela centralização ocorrida no desenrolar da Idade Moderna. Segundo Bernardes (1995, p. 30) “desde o momento em que o Estado moderno começa a se organizar, surge a preocupação de definir quais são os membros deste Estado, e, dessa forma, a ideia atual de nacionalidade e de cidadania só será realmente fixada a partir da Idade Contemporânea”.

Para Santana (2010), a história da cidadania mostra bem como esse valor encontra-se em permanente construção. A cidadania constrói-se e conquista-se. É objetivo perseguido por aqueles que anseiam por liberdade, mais direitos, melhores garantias individuais e coletivas frente ao poder e a arrogância do Estado.

### 1.7.1 Cidadania política

A cidadania está, ao longo da história, associada à questão do exercício do poder, dos mecanismos de representação e dos direitos e, com o advento do Estado-nação, às identidades nacionais. Está, portanto, tradicionalmente associada aos espaços nacionais e condicionada pelas culturas nacionais, com todos os condicionalismos dos vários espaços e tempos históricos.

Como um dos princípios fundamentais dos Estados Democráticos de Direito a cidadania é fator preponderante para participação do povo na formação da vontade do Estado e por consequência do exercício da soberania (DALLARI, 2007), afinal, o poder nasce do povo, para o povo. Já não se vislumbra a cidadania como sendo apenas condição de uma comunidade que tenha a mesma origem, no sentido de nacionalidade ou o pertencer a determinada comunidade, naquele sentido Aristotélico do termo, mas sim como sendo uma forma de exercício, dentro da sociedade democrática, de direitos e deveres na construção de um ambiente que já ultrapassa os limites do Estado tomando níveis mundiais.

Segundo Carvalho (2008), no sentido etimológico da palavra, cidadão deriva da palavra *civita*, que em latim significa cidade, e que tem seu correlato grego na palavra *politikos*, aquele que habita na cidade. No sentido ateniense do termo, cidadania é o direito da pessoa participar das decisões sobre os destinos da cidade por intermédio da *Ekklesia* (reunião dos chamados de dentro para fora) na *Ágora* (praça pública, onde se organizava para deliberar sobre decisões). Dentro desta

concepção surge a democracia grega, pela qual somente pequena parte da população determinava os destinos de toda a cidade (eram excluídos os escravos, mulheres e artesãos).

Como leciona Carvalho (2008), pensar a questão democrática contemporaneamente implica inserir o debate no contexto próprio à sociedade atual – complexa e disforme, em tempos de crise das fórmulas organizacionais da modernidade, a própria ideia de democracia e, atrelada a ela, a de cidadania, precisa ser contextualizada, isto faz com que a própria noção de cidadania seja revisitada, não apenas em seus conteúdos, mas, e particularmente, em seus espaços de expressão, embora hoje prevaleça, ainda, uma noção de cidadania identificada com um elenco conhecido de liberdades civis e políticas.

Marshall (1967, p. 76) conceitua cidadania nos seguintes termos:

A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação a qual o sucesso pode ser medido e em relação a qual a aspiração pode ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do status e um aumento no número daqueles a quem é conferido o status.

No Brasil, sob o prisma constitucional, a palavra cidadania recebe de Soares (1999, p. 180) a seguinte definição:

Cidadania é o conjunto de condições jurídicas da pessoa natural, que se acha no gozo de seus direitos civis e políticos, outorgados e assegurados pela Constituição e pelas leis pertinentes à matéria (exercício do direito de voto e de ser votado; desempenho de funções públicas; atividades profissionais em geral, comerciais, empresariais, e assim por diante).

Levando-se em conta que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 delimitou quem são os portadores de direitos políticos com capacidade para o exercício da soberania popular, cidadãos nesta abordagem restringem-se aos indivíduos eleitores. Mendonça (2004) entende que não se esgotam na compreensão de ser cidadão somente aquele que participa dos negócios da cidade.

Nesse sentido, Benevides (1994) afirma que o conceito de cidadania não precisa se restringir aquela visão, pois, embora havendo uma variedade de cidadãos e uma deturpação da cidadania sempre houve na luta dos povos, a possibilidade da cidadania ativa, com vista ao aperfeiçoamento dos direitos políticos dos cidadãos. Rocha (1996, p.124), ao expor sobre direitos fundamentais e participação política, pondera:

A cidadania repensada e revivida nos dias atuais não mais se expressa na fórmula do poder apenas, 'exercício em nome do povo'. Ele é hoje cada vez mais exercido pelo próprio povo. A organização política amadurecida na cidadania participativa direta e permanente assegura o exercício do poder pelo próprio povo. Este o retoma, determina que o Estado se abra a sua presença, afirma uma imperiosa reestruturação da entidade política, pois essa passa a ser conduzida efetivamente pelo povo: o governo ou o governante que não se afeiçoar a essa condição não pode permanecer no cargo de poder, salvo pela força, que, como a história vem ensinando, tem prazo curto, pois a força não dispõe de alimento que se baste por muito tempo. A cidadania é, pois, fruto de uma mudança na raiz do conceito e do exercício do poder político.

O conceito amplo de cidadania, segundo Rozicki (2001), está conectado e conjugado, porque encontra aí seus princípios básicos estruturantes, aos conceitos de democracia e de igualdade. O princípio de igualdade disciplina todas as atividades públicas e tem aplicação direta nas relações privadas, que ocorrem entre os particulares, impondo, para torná-lo real, a proibição de discriminações e a eliminação das desigualdades fáticas nos planos social e econômico proporcionando a todos os cidadãos, igual condição de vida e mesma posição perante o Estado democrático.

Assim, continua Rozicki (2001), para a realização da cidadania, o princípio democrático torna indispensável a participação popular nas tomadas de decisão. A cidadania, no Estado democrático de direito, efetivada, oferece aos cidadãos, como iguais condições de existência, o gozo atual de direitos e a obrigação do cumprimento de deveres, que, resumidamente, podem ser assim apresentados: exercício de direitos fundamentais e participação; e, os deveres de colaboração e solidariedade.

Leal (2008) é categórico ao discorrer sobre a situação contemporânea das relações do Estado com a sociedade, que trazem à tona toda discussão sobre os caminhos e futuros do Estado, que a complexidade das demandas, a exclusão social levam a que os poderes estatais sejam tensionados a estabelecer mediações à manutenção de níveis de civilidade suportáveis junto à barbárie vivida, seja com projetos de leis que tentam retificar os erros cometidos ao longo de toda história, seja com medidas compensatórias ou com ações administrativas mais curativas que preventivas tudo com o fim de gerar esse ambiente de caos em que a cidadania se encontra.

Para Dallari (2007), cidadão é o indivíduo vinculado à ordem jurídica de um Estado sendo as determinações constitucionalmente previstas à ordem superior, que abarca os direitos e deveres de cada um e de todos ao mesmo tempo, mas difícil é exercer essa cidadania sem um conhecimento isento de influências, baseados em valores de uma ordem social justa, para que esse ator possa antes de tudo exercer sua liberdade, que diante de um cidadão apático construído após décadas de um Estado paternalista e de um cidadão-cliente fez com que se tornasse impossível o exercício da vontade de forma consciente.

Falar em cidadania, segundo Carvalho (2008), é antes de tudo pensar na forma mais antiga de expressão da vontade do ser humano. A história mostra que desde os primórdios, desde a formação das primeiras reuniões de vontades dos homens primitivos, havia uma forma de exercer e reivindicar direitos, seja por comida, pela liderança do grupo, pela fêmea mais sadia que daria descendentes igualmente sadios, etc. A evolução dos seres, e das relações, trouxe na mesma proporção a complexidade na participação da vontade dos grupos a que pertenciam, grupos esses que depois de algum tempo, e uma série das características, pode ser chamado de Estado, esse desenvolvimento progressivo desemboca na atualidade dentro de um Estado (pós)moderno.

O cidadão ainda não tem conhecimento que sua atuação no dia-a-dia da sociedade é como o trabalho de um artesão na elaboração de sua obra-prima, que se dá através da reunião da história da comunidade, que

é a principal formadora das cartas políticas que regem o Estado, então, num primeiro momento deveria ser efetivado o caminho inverso daquele que normalmente os estudos têm feito; normalmente imaginam-se situações e lançam-nas à sociedade para ver como serão aceitas e, principalmente, se estão de acordo com a necessidade, mas frente a atual configuração deveria ocorrer exatamente o caminho oposto, qual seja: dirigir-se até a sociedade para um estudo aprofundado do que essa sociedade entende por direitos e deveres para, a partir de então, analisar possíveis falhas e as possíveis soluções. Habermas (2003, p. 288) compartilha desse entendimento:

Todavia, as condições de reconhecimento, garantidas pelo direito, não se reproduzem por si mesmas, pois dependem do esforço cooperativo de uma prática cidadã, a qual não pode ser imposta através de normas jurídicas. O moderno direito impositivo não inclui os motivos, nem o modo de pensar e sentir dos destinatários, e isso por uma boa razão: qualquer norma jurídica que impusesse a aceitação ativa de direitos democráticos seria totalitária. Por isso, o *status* de cidadão juridicamente constituído depende de uma contrapartida, ou seja, de um pano de fundo concordante, que é dado pelos motivos e modos de sentir e de pensar de uma pessoa que se orienta pelo bem comum, os quais não podem ser impostos pelo direito.

Torres (2001) define a cidadania hodierna como o pertencer à comunidade, que assegura ao homem a sua constelação de direitos e o seu quadro de deveres, só a análise ética e jurídica abre a possibilidade de compreensão desse complexo *status*. Continua, lembrando que a concepção de cidadania, em suma, compreende os direitos fundamentais, os políticos, os sociais e econômicos e os difusos, em constante tensão com as ideias de liberdade, de justiça política, social e econômica, de igualdade de chances e de resultados, e de solidariedade, a que se vinculam.

Dessa forma, afirma Carvalho (2008), o que se deve buscar é a possibilidade de harmonizar esse embate entre Estado e sociedade, com fins únicos de que a cidadania, da (pós)modernidade, tenha por fundamento a união dos povos, o respeito as diferenças, a inclusão numa nítida tentativa de aproximar o Estado do cidadão e o cidadão do

Estado, com respeito e efetivação dos direitos fundamentais eleitos e inscritos na cartas constitucionais.

Miranda (1999) lembra que todos os seres humanos são livres e iguais para serem titulares de direitos políticos e, assim, interferir na definição dos rumos do Estado e da sociedade em que vivem; isso por todos serem dotados de razão e consciência. Todos chamados à participação cívica, capazes de resolver seus problemas através do confronto de idéias e sufrágio pessoal e livre. A liberdade revela-se limite e fundamento de democracia.

A busca por uma cidadania plena, participativa, comunicativa, dentro do ambiente pós-moderno é uma das propostas de Habermas (2003, p. 304):

No quadro da constituição de um Estado democrático de direito, podem coexistir, em igualdade de direitos, várias formas de vida. Elas devem, no entanto, entrelaçar-se no espaço de uma cultura política comum, a qual está aberta a impulsos oriundos de novas formas de vida. Somente uma cidadania democrática, que não se fecha num sentido particularista, pode preparar o caminho para um *status de cidadão do mundo*, que já começa a assumir contornos em comunicações políticas de nível mundial.

Dessa forma, afirma Carvalho (2008), com uma participação mais acentuada da sociedade na atuação direta das decisões do ente público atuando diretamente no campo da política (deliberativa) traria aos destinatários das políticas implementadas um maior comprometimento e principalmente um maior grau de responsabilização pelos resultados alcançados.

No entendimento de Canotilho (2000) a deliberação pressupõe uma concepção dialógica da política e a consideração desta como um processo racional de discussão dos problemas e alternativas, de forma a se obter soluções justas, boas, ou, pelo menos, razoáveis, de ordenação da vida comunitária, abandonando aquele modelo antigo conhecido por avocar todas as decisões *per si*, relegando o cidadão a mero destinatário, sem qualquer ingerência nas escolhas diretas do que é de alta relevância para a própria sociedade em que estão inseridos os atores deliberantes.

Diante dessa percepção, Carvalho (2008) ressalta o caráter de direito e dever que a cidadania atual possui, e deve ser confrontado diretamente para que sua contribuição possa trazer de forma eficaz a

reconstrução não somente na forma organizacional do Estado, mas da sociedade como um todo, buscando consensos argumentativos na rede de decisões sobre os rumos do Estado e por consequência lógica da própria comunidade seja ela a nível local ou mundial.

A cidadania hoje concebida requer maior participação dos indivíduos que compõem a cidade nas atividades do próprio Estado. Pois este, para mostrar aos cidadãos os reais interesses dos diferentes grupos da sociedade, precisa da presença de todos os membros da sociedade política.

### **1.7.2 Cidadania como sinônimo de participação**

O Estado Democrático de Direito, quando existente, precisa constantemente de vigilância e de aperfeiçoamento, pois é a forma de todos participarem do governo, bem como a extensão de igual oportunidade a todos, o que lhe confere a condição de fundamento da isonomia política.

Desse modo entendida a cidadania, é possível dizer que, todo cidadão, que integra a sociedade pluralista do Estado democrático, é senhor do exercício da cidadania, a qual, em síntese, é vocábulo que expressa um extenso conjunto de direitos e de deveres. Esta ideia, conforme Rozicki (2001), de exercício de um vasto conjunto de direitos e de deveres, consiste o conceito amplo de cidadania, cujo conteúdo, superior ao conceito estrito de cidadania, o qual é percebido unicamente como o exercício do direito e dever políticos de votar e de ser votado, só adquire pleno significado, no mundo contemporâneo, num Estado democrático de direito. E, normalmente, na atualidade, quando se faz referência à cidadania, fala-se de seu sentido ampliado.

A cidadania, vista nesta perspectiva, apela ao poder de cada indivíduo enquanto ser social, independentemente do seu estatuto social de governante ou de governado, de ser criança, jovem, adulto ou idoso, de pertencer ou não a uma maioria censitária, que consiste em dar-se poder a si próprio, de efetuar o governo de si mesmo, consiste em participar ativamente na vida da cidade, antes da evocação dos direitos de participação ou da evocação de outras vertentes da lei.

Para Schnapper (1998, p. 92) na sociedade moderna, a cidadania é ao mesmo tempo o princípio da legitimidade política e a fonte do vínculo social. A sociedade democrática moderna define-se por um projeto de inclusão, potencialmente universal, de todos os cidadãos.

Nesse sentido, a vida dos cidadãos não se resume à sua dimensão política, passa pelo social, pelas relações interpessoais. Madec e Murard



(1998) consideram que a cidadania não se pode defender como um fato objetivo isolado das suas manifestações concretas e dos constrangimentos que determinam essas manifestações e as suas manifestações concretas quotidianas são as de civilidade e civismo. As formas de vida pública não se reduzem aos envolvimento políticos nem mesmo ao exercício positivo ou negativo do direito de voto. O ser social manifesta-se igualmente no seu relacionamento com as outras instituições, com o Estado: fiscalidade, uso dos serviços públicos, da Segurança Social, comportamentos em relação à lei e à polícia, ao ambiente natural.

Sendo a cidadania uma condição de natureza e, portanto, a condição do homem na sociedade, uma das suas dimensões, extremamente importante, é a que respeita aos comportamentos e atitudes de cada pessoa no dia-a-dia, isto é, o campo das relações interpessoais entre os cidadãos no quotidiano, que traduz a maior ou menor capacidade de respeito e responsabilidade em relação ao outro. Este aspecto, que também valoriza a perspectiva ontológica da cidadania, é destacado por Madec e Murard (1998, p. 86-87):

O ser social exprime-se ainda, e talvez de um modo mais revelador, na vida de todos os dias, no espaço público, na rua, na escola, no trabalho, em férias. Pequenas discussões e pequenos gestos de cortesia, sinais de agressividade e manifestações de solidariedade, palavras de condenação murmuradas ou então gritadas, olhares de conveniência, cabeças que se voltam, sorrisos que se esboçam ou se afirmam, pequenas covardias, grandes comiserções, gestos de piedade, de caridade, impaciências, enervamentos, distância manifesta, etc.

A partir desta assunção, que coloca a pessoa no centro da vida social, criam-se condições favoráveis a práticas de relações interpessoais mais humanizadas e à criação de sentidos de inclusão, pois se sabe como o que está consagrado na lei, ainda que esta contemple a liberdade e a igualdade, tem um déficit de verificação nas práticas políticas, sociais e cívicas.

### 1.7.3 Por uma cultura política de participação

A cultura política engloba um conjunto de orientações que envolvem crenças e valores a respeito de como devem estruturar-se os atores e instituições políticas. A democracia exige alguns valores de seus cidadãos como moderação, tolerância, civilidade e participação. Para que esses valores sejam internalizados, torna-se indispensável à internalização do ideal democrático.

Nesse sentido, a cultura política ocupa um lugar central no cotidiano dos indivíduos, podendo servir tanto para regular a transmissão de valores políticos, quanto para legitimar o funcionamento das instituições políticas. A forma como se constrói e se difunde essa cultura está diretamente relacionada a como se reproduzem os comportamentos, as normas e os valores políticos de determinada comunidade.

Desse ponto de vista, a necessidade de criar uma cultura política de participação pressupõe a necessidade de caracterizar os diferentes contextos histórico-culturais que irão contribuir para a sua configuração. Assim, deve-se partir para a consolidação do pensamento democrático como sendo aquele que necessita dos cidadãos para a sua concretização e, além disso, se faz necessária a participação de cada indivíduo para a configuração de uma cidadania plena, inclusiva e participativa.

Pedro Demo (1989, p. 73) referindo-se á importância de uma cidadania participativa, pondera “não é o Estado que emancipa a comunidade. É a comunidade que se emancipando, faz do Estado instrumento de sua emancipação”. É preciso, portanto, que os cidadãos tenham convivência diária com as questões políticas, porque cada cidadão é responsável pelo seu próprio bem estar.

Comparato (1993) ao escrever sobre a participação popular na administração pública posiciona-se no sentido de que a legislação devesse admitir maior participação do povo nas questões do estado, a fim de introduzir uma linha de ação mais democrática na administração da coisa pública, principalmente, no setor que toca diretamente com a garantia das liberdades individuais.

Mas, a passagem de uma cidadania estática para uma cidadania participativa precisa do empenho dos partidos políticos, de entidades não governamentais, bem como do próprio Estado, para que o povo adquira a necessária educação política, e o exercício da soberania popular aconteça calcado nos princípios da liberdade e da igualdade.

De acordo com o que foi exposto até aqui, de fato, as sociedades modernas já não mais comportam aquele modelo de democracia

praticado na antiga Grécia. O modelo representativo foi o escolhido para atender as necessidades dos cidadãos frente a complexidade das relações sociais e políticas. No entanto, percebe-se que este modelo passa por um momento de descrença, no qual os cidadãos não acreditam mais na representação e nas instituições democráticas modernas. Assim, surge a necessidade de se reconstruir o modelo democrático representativo, a fim de revelar formas mais eficientes de participação e inserção política.

É com o surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação que esse cenário pretende sua mudança. Através das facilidades trazidas pela tecnologia a sociedade poderá desenvolver mecanismos de participação que faça o cidadão estar interligado com as instituições políticas, facilitando o desenvolvimento de uma sociedade justa e participativa.

A partir do próximo capítulo será feita uma abordagem histórica do surgimento das novas tecnologias, do nascimento do computador, até a expansão da internet, passando pelo estudo das redes sociais e o seu desenvolvimento virtual, tudo isso para demonstrar como a democracia contemporânea poderá se adequar ao modelo ciberparticipativo.



## 2 REDES SOCIAIS VIRTUAIS

Por muito tempo, a troca de experiências entre indivíduos e entre grupos era feita de forma lenta e distante, assim como a propagação de informações e conhecimento. Porém, a sociedade passou por inúmeras mudanças, principalmente pelo impacto produzido através dos meios de comunicação altamente sofisticados, com grande destaque para o avanço das tecnologias.

De acordo com o que foi visto até aqui a democracia teve sua origem na Grécia antiga, praticada de forma direta, quando os cidadãos participavam ativamente na tomada das decisões políticas. Na sociedade moderna a democracia já não pode ser exercida diretamente, motivo pelo qual, o modelo representativo passou a fazer parte do cotidiano nas sociedades democráticas.

Ocorre que a representatividade da forma como vem sendo exercida já não consegue mais atender os anseios da sociedade e enfrenta grandes desafios, principalmente pelos sucessivos escândalos em que os representantes do povo acabam envolvidos.

Assim, com o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação uma nova forma de participação, através das redes sociais virtuais, pode vir a fortalecer o sistema democrático. Portanto, parte-se, neste capítulo, a um exame do surgimento das novas TICs, da internet e da transformação da Web 2.0, como um novo espaço de comunicação.

### 2.1 A EMERGÊNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS

De acordo com Lévy (2000), os primeiros computadores (calculadoras programáveis) surgiram na Inglaterra e nos Estados Unidos em 1945, reservados aos militares, para cálculos científicos. O seu uso civil disseminou-se durante os anos seguintes.

Conforme Castells (2001), o primeiro computador eletrônico pesava 30 toneladas, foi construído sobre estruturas metálicas com 2,75 m de altura, tinha 70 mil resistores e 18 mil válvulas a vácuo e ocupava a área de um ginásio esportivo. Quando ele foi acionado, seu consumo foi tão alto que as luzes da Filadélfia piscaram.

Tecnicamente, um computador é uma montagem particular de unidades de processamento, de transmissão, de memória e de interfaces para entrada e saída de informações, por isso ele pode ser encontrado em qualquer lugar onde a informação digital seja processada automaticamente. Segundo Lévy (2000, p. 44):

Conectado ao ciberespaço um computador pode recorrer as capacidades de memória e de cálculo de outros computadores da rede (que, por sua vez, fazem o mesmo), e também a diversos aparelhos distantes de leitura e exibição de informações. Todas as funções da informática são distribuíveis e, cada vez mais, distribuídas. O computador não é mais um centro, e sim um nó, um terminal. (...) No limite, há apenas um único computador, mas é impossível traçar seus limites, definir seu contorno. É um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em lugar algum, um computador hipertextual, disperso, vivo, fervilhante, inacabado: o ciberespaço em si.

A partir de 1980 o computador passou a ser, de acordo com Lévy (2000, p. 31-32), “um instrumento de criação (de textos, de imagens, de músicas), de organização (bancos de dados, planilhas), de simulação (planilhas, ferramentas de apoio à decisão, programas para pesquisa) e de diversão (jogos)” de uma proporção crescente da população de países, que Lévy coloca como desenvolvidos.

Desde então as novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de comunicação. Segundo Coelho et al (2010), chama-se de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) as tecnologias e métodos para comunicar sendo que a imensa maioria delas se caracteriza por agilizar, horizontalizar e tornar menos palpável (fisicamente manipulável) o conteúdo da comunicação, por meio da digitalização e da comunicação em redes (mediada ou não por computadores) para a captação, transmissão e distribuição das informações (texto, imagem estática, vídeo e som).

Segundo Castells (2001), o advento das TICs é um evento histórico da mesma importância da revolução industrial do século XVIII induzindo um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura. Diferentemente de qualquer outra revolução, o cerne da transformação da revolução atual refere-se às tecnologias da informação, processamento e comunicação.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica, conforme expõe Castells (2001), não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento e/ou comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso.

Segundo Castells (2001), os usos das novas tecnologias de telecomunicações nas duas últimas décadas passaram por três estágios distintos: a automação de tarefas, as experiências de usos e a reconfiguração das aplicações. Nos dois primeiros estágios, o progresso da inovação tecnológica baseou-se em aprender usando. No terceiro estágio, os usuários aprenderam a tecnologia fazendo, o que acabou resultando na reconfiguração das redes e na descoberta de novas aplicações.

Para Reis (2007) na medida em que o diálogo usuário/computador foi se intensificando, e que o público não especializado na linguagem da informática foi criando maior intimidade com o meio, o usuário passou também a recriar o computador de acordo com seus desejos e necessidades particulares. Uma máquina que deixou de apenas calcular e organizar, mas que passou a comunicar, divertir, criar imagens, manipular cores e sons, enfim passou a ser um prolongamento das características e habilidades humanas.

Consequentemente, afirma Castells (2001) a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, na medida em que os usuários apropriam-se dela e a redefinem. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia como no caso da Internet. Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento no sistema produtivo.

As interfaces gráficas e a crescente massificação da microinformática possibilitaram, segundo Reis (2007), que um número cada vez maior de pessoas com acesso a um computador conectado pudesse inteirar-se do universo da informática e do ciberespaço. Além de ser uma ferramenta de organização, arquivamento e administração, o computador sofreu uma reapropriação que possibilitou que todo usuário possa utilizá-lo também com fins de criação, interação, comunicação e autoexpressão.

Conforme Castells (2001) foi durante a Segunda Guerra Mundial e no período seguinte que se deram as principais descobertas tecnológicas em eletrônica, o primeiro computador programável e o transistor, fonte da microeletrônica, o verdadeiro cerne da revolução da tecnologia da informação no século XX. Porém, só na década de 70 as novas tecnologias da informação difundiram-se amplamente, acelerando seu desenvolvimento sinérgico e convergindo em um novo paradigma.

Sem dúvida, desde o início da década de 70, a inovação descentralizada estimulada por uma cultura de criatividade tecnológica e por modelos tecnológicos de sucesso fazem com que as novas

tecnologias prosperem. Baseado nisso, Lojkin (2002, p. 77) afirmou que:

Uma das características da revolução tecnológica é a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual, trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir em separado. Assim, microeletrônica, as telecomunicações, a optoeletrônica e os computadores são todos integrados nos sistemas de informação.

Para Castells (2001) as descobertas básicas nas tecnologias da informação têm algo de essencial em comum – embora baseadas principalmente nos conhecimentos já existentes e desenvolvidas como uma extensão das tecnologias mais importantes, essas tecnologias representaram um salto qualitativo na difusão maciça da tecnologia em aplicações comerciais e civis, devido a sua acessibilidade a um custo cada vez menor, com qualidade cada vez maior.

Diante disso, a dimensão da revolução da tecnologia da informação destina-se a promover uma interação entre tecnologia e sociedade. Ao que tudo indica, a vida virtual em termos de informação será cada vez mais modelável pelo usuário que poderá decidir de forma personalizada o momento mais adequado para a sua interação, uma vez que novas ferramentas estão sendo criadas e disponibilizadas na web e que podem ser acessadas de qualquer lugar do mundo, bastando que o usuário disponibilize dos recursos necessários para tal tarefa.

Com o advento e difusão das novas tecnologias de informação e comunicação e a forma como passou a ser utilizada pelos governos, empresas e indivíduos, uma nova sociedade acabou surgindo, denominada sociedade da informação.

Segundo Palhares, Silva e Rosa (2011) sociedade da informação significa um estágio de desenvolvimento social caracterizado pela capacidade de seus membros (cidadãos, empresas, poder público) obter e compartilhar qualquer informação, instantaneamente, de qualquer lugar e da maneira mais adequada. A sociedade da informação designa uma forma nova de organização da economia e da sociedade.

Para Gouveia (2004) a sociedade da informação está baseada nas tecnologias de informação e comunicação que envolve a aquisição, o



armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios eletrônicos.

Castells (2001) define sociedade da informação como sendo uma sociedade e uma economia que faz o melhor uso possível das Tecnologias da Informação e Comunicação no sentido de lidar com a informação, e que toma esta, como elemento central de toda a atividade humana.

No entanto, Castells (2001, p.65), apresenta uma distinção entre os conceitos “sociedade da informação” e “sociedade informacional”, no qual:

O termo sociedade da informação enfatiza o papel da informação na sociedade. Mas afirmo que informação, em seu sentido mais amplo, por exemplo, como comunicação de conhecimentos, foi crucial a todas as sociedades, inclusive à Europa medieval que era culturalmente estruturada e, até certo ponto, unificada pelo escolasticismo, ou seja, no geral uma infra-estrutura intelectual. Ao contrário, o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico.

De qualquer modo, para Silva (2006) conhecimentos e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação. A diferença na sociedade informacional é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade.

Entretanto, é preciso atentar-se para as diversificações culturais e históricas de cada povo, o que faz com que cada sociedade sofra influências e transformações diferenciadas, gerando configurações específicas. Em um contexto globalizado, as tecnologias de informação e comunicação, na perspectiva de Guiddens (1991, p. 75) “ligam localidades distantes de tal forma, que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo à milhas de distância e vice-versa”, ou seja, pode-se dizer que tudo e todos estão conectados interferindo e

modificando seu meio social, econômico, político, cultural e institucional.

Chahin et al. (2004) afirma que a sociedade da informação se apoia no uso intensivo das novas tecnologias, particularmente, as tecnologias da informação e da comunicação e é uma forma de organização social moderna, na qual as redes de comunicações e os recursos de tecnologia de informação são altamente desenvolvidos, o acesso equitativo e onipresente às informações, o conteúdo apropriado, em formatos acessíveis e comunicação eficiente deve possibilitar que todas as pessoas alcancem o seu potencial pleno.

Todavia, é preciso ficar esclarecido que, de acordo com Castells (2001), a tecnologia não determina a sociedade, nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, visto que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo.

Nesse sentido, Silva (2011) afirma que há uma interação dialética entre a sociedade e a tecnologia, pois a tecnologia incorpora a sociedade, mas não a determina. Da mesma forma, a sociedade utiliza a inovação tecnológica, também não a determinando, deste modo, o dilema do determinismo tecnológico é um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas.

Em suma, com as novas tecnologias de informação e comunicação emergem novas formas de participação dos cidadãos, bem como se busca sensibilizar as pessoas, cada vez mais, para questionar, intervir e buscar de forma autônoma a apropriação das novas ferramentas tecnológicas. Diante disso, a dimensão da revolução da tecnologia da informação destina-se a promover uma interação entre tecnologia e sociedade.

### **2.1.1 O nascimento da rede mundial de computadores**

A ideia da internet surgiu em centros de pesquisa militares nos EUA, passou por um período de incubação em instituições acadêmicas e depois chegou ao uso cotidiano.

Segundo Ercilia e Graeff (2008) em 1962, no auge da Guerra Fria, foi lançada a semente para a formação da internet, ou seja, naquele ano começou a pesquisa para uma rede de computadores que ligasse pontos considerados de interesse estratégico para o país, como bases militares, centros de tecnologia e instituições acadêmicas. Os estudos

foram conduzidos pela *Rand Corporation*<sup>6</sup>, uma organização ligada ao governo norte-americano. Uma das premissas da rede era não possuir um comando centralizado, de modo que a perda de uma parte da rede não impactaria o funcionamento dos pontos não atingidos diretamente pelo problema. Todos os pontos teriam a mesma importância e os dados poderiam trafegar por vários caminhos para chegar a seu destino. Era uma forma de garantir a manutenção das comunicações mesmo em situações extremas, como uma guerra.

Siqueira (2008) expõe que em 1969 foi inaugurada a primeira versão da rede, a Arpanet (de *Advanced Research Projects Agency Network*, ou Rede de Agência de Projetos de Pesquisa Avançada). De acordo com Lima (2000), este projeto surgiu como resposta do governo americano ao lançamento do *Sputnik* pela ex-União Soviética.

Segundo Cidral (2008) ela foi criada com o objetivo de possibilitar a existência de vários computadores interconectados globalmente, no qual todos poderiam acessar dados e programas de qualquer local rapidamente, e logo teve sua ideia incorporada aos projetos da Agência de Pesquisas Avançadas (ARPA), nos Estados Unidos da América. Esta, por sua vez, desenvolveu em consórcio com as principais universidades e centros de pesquisas, a Arpanet (*Advanced Research and Projects Agency Network*), uma rede de longa distância que tinha como objetivo específico averiguar a utilidade desta para fins militares. A Arpanet é conhecida como a mãe da Internet atual e foi financiada pelo governo Norte-Americano durante o período da Guerra Fria, pois na época havia receio de um ataque soviético.

Pensando em desenvolver uma rede de comunicações mais segura, Cidral (2008) ensina que foi usado um esquema de ligações subterrâneas, que conectava militares e pesquisadores sem ter um centro definido ou mesmo uma rota única para as informações, deixando assim mais protegidas as informações.

Conforme Siqueira (2008) sua implantação visava à preservação dos maiores bancos de dados e do próprio conhecimento científico acumulado e armazenado nas maiores universidades, laboratórios e centros de pesquisas dos Estados Unidos, ameaçados de destruição total na hipótese de um conflito nuclear com a antiga União Soviética.

No entanto, continua Siqueira (2008), a incompatibilidade na comunicação entre computadores de diferentes marcas e arquiteturas se mostrou uma grande dificuldade para o avanço da internet. No final dos

---

<sup>6</sup> Informações sobre a organização estão disponíveis em: <http://www.rand.org/>.

anos 70, a rede havia crescido muito e o seu protocolo de comunicação original, chamado de *Network Control Protocol* (NCP), já não suportava tanto tráfego de informações. Em 1973, quando Vinton Cerf e Robert Kahn criaram o protocolo TCP-IP (de *transport, control, protocol/internet protocol*), a comunicação entre computadores de arquiteturas diferentes tornou-se possível.

Para Ercilia e Graeff (2008) esse protocolo é uma coleção de instruções que diz aos computadores conectados à Internet como as informações devem ser trocadas para que os outros computadores possam “entendê-las”. É como se fosse a língua falada por todos os computadores que fazem parte da rede.

Na prática, os protocolos são responsáveis pela transmissão das informações aos diversos usuários da rede e como explica Baddini (2003, p. 29):

Em qualquer comunicação, é necessário que os envolvidos conheçam uma linguagem comum, seja um idioma ou uma linguagem de sinais; algum tipo de padrão deve existir para que a comunicação ocorra. O protocolo exerce exatamente esse papel na comunicação de dados. Ele é o “idioma” da comunicação de dados, um padrão bem definido, detalhando os bits e bytes trocados entre dois computadores, sempre com o objetivo de trocar informação digital.

No caso do novo protocolo que passou a ser utilizado, Campos et al (2003, p. 17) explica que:

O protocolo TCP/IP (*Transmission Control Protocol/Internet Protocol*) é o programa básico da internet. O *Transmission Control Protocol* gerencia o empacotamento de dados dentro dos pacotes que são enviados de diferentes caminhos sobre a internet e reunidos nos seus destinos. O protocolo da internet manuseia a parte do endereço de cada pacote de dados de forma tal que ele é encaminhado à destinação correta.

Na realização das comunicações entre computadores, Cidral (2008) explica que a ordem de chegada dos pacotes ao destino nem sempre segue a sequência na qual a informação foi dividida, podendo

ocorrer que esses pacotes cheguem ao destino, sem qualquer ordem, muitos inclusive, com erros ou até mesmo nem chegando. Para solucionar este problema, o protocolo TCP/IP faz a enumeração dos pacotes. A forma de transmissão dos pacotes é explicada por Campos et al. (2003, p. 18):

Para transmitir dados por meio do TCP/IP, os dados devem ser divididos em unidades de menor tamanho. Isto proporciona uma série de vantagens no manuseio dos dados transferidos e, por outro lado, é algo comum em qualquer protocolo de comunicações. No TCP/IP cada uma destas unidades recebe o nome de “pacote” e são conjuntos de dados enviados como mensagens independentes. Ao executar esta tarefa, o TCP inclui algumas informações, em forma de cabeçalho, em cada pacote.

Conforme Ercilia e Graeff (2008) na internet as informações são trocadas através da chamada “comutação de pacotes”. Cada mensagem é dividida em pequenos pedaços, ou pacotes, que recebem um endereço de origem e um endereço de destino. Os pacotes podem tomar vários caminhos, sendo enviados de um computador para outro, mais ou menos na direção do seu destino. Se uma rota está bloqueada, eles tomam outra. Quando os pacotes chegam ao destino, a mensagem é remontada. Um mesmo ponto de rede pode receber, enviar e redirecionar pacotes de outros pontos. Na internet, uma conexão pode seguir várias rotas possíveis e tomar aquela que estiver menos congestionada no momento. São computadores especializados, equipamentos chamados “roteadores”, que tomam a decisão de dirigir os “pacotes” para rotas alternativas se a mais direta não está disponível.

Para Campos et al. (2003) durante a década de setenta, com a revisão das limitações dos programas utilizados nos computadores em rede, o e-mail (*eletronic mail*) tornou-se o primeiro uso da Internet entre os pesquisadores, porque possibilitava que a comunicação entre eles fosse facilmente acessível, e também para trocar informações dentro das universidades. As aplicações comerciais da Internet começaram a acontecer nos anos oitenta com os primeiros provedores de serviço da Internet (ISP – *International Service Providers*) possibilitando ao usuário comum a conexão com a Rede Mundial de Computadores, de dentro de sua casa.

A Arpanet passou a ser usada para a comunicação, troca de informações e não para compartilhar recursos dos computadores, como era sua finalidade inicial. Era o primeiro indício de que a rede começava a tomar vida própria, que nada tinha a ver com a concepção original de seus criadores.

Para Ercilia e Graeff (2008) o que realmente determinaria o sucesso da internet seria um acontecimento que passou quase despercebido em 1991; a criação da *World Wide Web* (Teia de Alcance Mundial), um sistema de hipertexto<sup>7</sup> que tornaria fácil navegar pela superfície até então árida da internet. O *www* (*World Wide Web*) foi lançado, aumentando consideravelmente o número de servidores conectados ao sistema. Com tal expansão, a Internet ganhou milhares de usuários ao redor do mundo, que podiam, a partir de então, buscar, sem sair de suas casas, novas informações, antes inacessíveis, através de pesquisas online, além de conhecer pessoas neste novo lugar chamado ciberespaço.

Portanto, a Internet nada mais é do que a junção de milhões de redes locais interconectadas as redes globais, formando um grande emaranhado de conexões e possibilidades, trazendo incorporada a ideia principal de rede de arquitetura aberta. Com isso, a escolha de tecnologia de uma rede individual, por exemplo, não é ditada por nenhuma arquitetura de rede particular e sim escolhida livremente pelo provedor, tornando possível que esta entre em rede com outras redes.

### **2.1.2 Aspectos técnicos da Internet**

A internet revolucionou o funcionamento tradicional das sociedades modernas como fizeram, há seu tempo, a imprensa, a máquina a vapor, a eletricidade ou a telegrafia sem fio (rádio). De acordo com Willig (1997) a internet é uma rede mundial, não regulamentada, de sistema de computadores conectados por comunicações de fio de alta velocidade e compartilhando um protocolo<sup>8</sup> comum que lhes permite comunicar-se.

---

<sup>7</sup> O termo hipertexto foi criado por Theodore Nelson, na década de sessenta, para denominar a forma de escrita/leitura não linear na informática. Sua característica é a capilaridade, ou melhor, uma forma de organização em rede. Ao acessar um ponto determinado de um hipertexto, consequentemente, outros que estão interligados também são acessados, no grau de interatividade que se necessita (LÉVY, 2000).

<sup>8</sup> Uma designação formal dos formatos de mensagens e de regras de dois computadores que precisam ser seguidos para que possa haver troca de mensagens.

Dyson (1998) entende a internet como um ambiente vivo, um lugar onde as sociedades, as comunidades e as instituições possam crescer, no qual a estrutura emerge das ações individuais em vez de originar-se de alguma autoridade ou governo central. Esse conceito não se preocupa com a parte técnica, mas sim com toda uma gama de relações vertentes de sua existência.

Correa (2010), por sua vez, afirma que a internet é um sistema global de rede de computadores que possibilita a comunicação e a transferência de arquivos de uma máquina a qualquer outra máquina conectada na rede, possibilitando, assim, um intercâmbio de informações sem precedentes na história, de maneira rápida, eficiente e sem a limitação de fronteiras, culminando na criação de novos mecanismos de relacionamento.

Para Campos et al. (2003), toda essa infraestrutura da internet permite que as pessoas discutam tópicos de interesse, comuniquem-se, compartilhem informação e busquem apoio para a solução de seus problemas. Com a mediação da internet, é possível trocar informações de forma rápida, obter atualizações constantes sobre tópicos de interesse, disponibilizar dados pessoais ou institucionais para um enorme público, formar equipes para trabalhar em conjunto independentemente de distâncias geográficas e ter acesso a vários repositórios de informações.

No dia 24 de outubro de 1995, o *Federal Networking Council* norte-americano aprovou por unanimidade uma resolução definindo o termo Internet. Esta definição foi desenvolvida em consulta com membros da Internet e comunidades de direitos da propriedade intelectual e, pela tradução de Pereira (1999) diz o seguinte:

Internet se refere ao sistema de informação global que -- (i) é logicamente ligado por um endereço único global baseado no *Internet Protocol* (IP) ou suas subseqüentes extensões; (ii) é capaz de suportar comunicações usando o *Transmission Control Protocol/Internet Protocol* (TCP/IP) ou suas subseqüentes extensões e/ou outros protocolos compatíveis ao IP; e (iii) provê, usa ou torna acessível, tanto publicamente como privadamente, serviços de mais alto nível produzidos na infra-estrutura descrita.

Enfim, para Cidral (2008) a Internet representa uma coleção de comunidades e tecnologias e seu sucesso tem ligação direta com a utilização e colaboração por parte das comunidades na expansão da sua infraestrutura. Ela desenvolveu-se e cresceu muito além de suas raízes iniciais de pesquisa, passando a incluir inúmeras comunidades de aprendizagem e produção cooperativa e atividades comerciais cada vez maiores.

Segundo Castells (2001), a internet não é uma simples tecnologia de comunicação, mas o epicentro de muitas áreas da atividade social, econômica e política. Por este motivo, a internet converte-se num grande instrumento de exclusão social, reforçando o hiato entre pobres e ricos, existente na maior parte do mundo. Mas por outro lado, a internet, funciona como uma ágora global, onde as pessoas podem expressar e partilhar as suas preocupações e esperanças.

Através da conexão de milhões de computadores espalhados pelo mundo, ela é o maior repositório de informações acessíveis a qualquer pessoa que se conecte de qualquer lugar do planeta.

## 2.2 WEB 2.0: OS NOVOS CAMINHOS DA INTERNET

A Web 2.0<sup>9</sup> é a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. Tem repercussões sociais importantes, que potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações<sup>10</sup>, de construção social e de conhecimento apoiada pela informática.

Segundo Primo (2007), o termo Web 2.0 foi utilizado pela primeira vez pela empresa norte americana O'Reilly Media e não se refere a uma estrutura diferente da própria internet ou a mudanças de ordem técnica, e sim a forma como ela é encarada pelos usuários. A proposta da Web 2.0 é o compartilhamento e a criação de novos conhecimentos através de redes sociais e de conteúdo colaborativo.

Segundo O'Reilly (2005), não há como demarcar precisamente as fronteiras da Web 2.0. Trata-se de um núcleo ao redor

---

<sup>9</sup> O termo, que faz um trocadilho com o tipo de notação em informática que indica a versão de um software, foi popularizado pela O'Reilly Media e pela MediaLive International como denominação de uma série de conferências que tiveram início em outubro de 2004 (O'Reilly, 2005).

<sup>10</sup> O que seria chamado por Hardt e Negri (2005) de trabalho imaterial ou uma produção biopolítica.



do qual gravitam princípios e práticas que aproximam diversos sites. Um desses princípios fundamentais é trabalhar a Web como uma plataforma, isto é, viabilizando funções online que antes só poderiam ser conduzidas por programas instalados em um computador. Porém, mais do que o aperfeiçoamento da “usabilidade”, o autor enfatiza o desenvolvimento do que chama de “arquitetura de participação”, o sistema informático incorpora recursos de interconexão e compartilhamento.

Primo (2007) expõe que Web 2.0 é o nome dado à nova fase da Internet, baseada em inteligência coletiva, isto é, na construção coletiva do conhecimento. Através da interação, ou seja, comunidades criadas em torno de interesses específicos poderão apoiar uma causa, pressionar uma empresa ou mudar a opinião pública sobre qualquer assunto. E afirma que instituições, governos e empresas já estão incorporando esta cultura para gerar riqueza e conhecimento.

O que os teóricos das Tecnologias de Informação e Comunicação, como Lévy (2000), perceberam é que as ferramentas de hoje permitem uma interação maior, em um modelo de “muitos para muitos”, só que sem as fronteiras físicas.

Castells (2001) reforça este pensamento dizendo que a formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas ganhou vida nova, transformando-se em redes eletrônicas de informação energizadas pela Internet, que podem envolver pessoas de dentro e de fora da empresa na troca de experiências e na busca de novas abordagens para problemas comuns.

Portanto, a Web 2.0 é a evolução de toda uma rede para uma enorme plataforma que opera, comunica e partilha conteúdos e serviços. A Web 2.0 tem um forte componente social e é usada na descrição e interação dos utilizadores. A forma mais comum de socializar é usada para quebrar distâncias físicas através de conferências por *webcam* ou na partilha de imagens e fotos.

A utilização da Web como forma de comunicação tem vindo a aumentar a criação de redes sociais que permite o relacionamento das pessoas no mundo virtual. O conceito do social assenta na criação de perfis que identifiquem o indivíduo e a sua localização, analisem a sua reputação e o que os outros sentem por ele, redes de confiança e amizade, grupos de interesse e conversas sobre tópicos comuns, além de facilitar a partilha de conteúdos com os outros utilizadores.

## 2.3 CIBERESPAÇO: O CAMINHO PARA A REALIDADE VIRTUAL

O advento das tecnologias informacionais e de comunicação proporcionaram o surgimento de espaços virtuais de trabalho, de comunicação e de compartilhamento do saber, o Ciberespaço. Espaço este, como define Lévy (2000), de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores.

Segundo Viggiano (2007) é comum a referência ao termo ciberespaço vir acompanhada de expressões como realidade virtual, Internet, redes telemáticas, Comunicações Mediadas por Computador (CMC's), cibercultura e outros neologismos. Por vezes algumas delas, ciberespaço e Internet<sup>11</sup> principalmente, são tomadas como sinônimas ou correlatas. Mas a tendência da maioria dos autores é empregá-las como noções aparentadas e/ou interdependentes.

Embora o termo ciberespaço tenha surgido com a explosão da internet, ambas as palavras não são coincidentes. Lévy (2000) diz que o ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material de comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam este serviço.

O termo ciberespaço foi criado pelo escritor de ficção científica William Gibson, sendo projetado em seu livro *Neuromancer*, de 1984<sup>12</sup>. Nesse, o autor trata de um real que se constitui por meio do engendramento de um conjunto de tecnologias, enraizadas de tal forma na vida em sociedade que lhe modifica as estruturas e princípios, transformando o próprio homem, que de sujeito histórico torna-se objeto de uma realidade virtual que os conduz e determina<sup>13</sup>. Na interpretação

---

<sup>11</sup> De acordo com a conceituação de Lévy (2000) de que o ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores, seria possível identificar a internet como este novo meio e estabelecer que “internet” e “ciberespaço” são sinônimos. Mas, como se pode ver, para Lévy (2000, p. 32), existe uma fundamental diferença a ser considerada, “as tecnologias digitais surgiram, então, como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado de informação e do conhecimento”.

<sup>12</sup> Consultar: GIBSON, William. *Neuromancer*. New York: Ace Books, 1984.

<sup>13</sup> Referencia-se aqui a obra *Admirável Mundo Novo* (1941) e a série de filmes *Matrix* que, explorando a perspectiva futurista, instigam a problematizar as repercussões dos avanços tecnológico-científicos para o futuro da civilização, levando a pensar as questões que atravessam as manifestações contemporâneas referentes às tecnologias propriamente ditas e

de Sfez (1994), esse contexto encerra as condições para que os seres humanos pensem estar na expressão (na vivência das coisas), quando se encontram na representação (na simulação das coisas).

Apesar de a *www* (*Word Wide Web*) ser o principal ambiente do ciberespaço, devido a sua popularização e sua natureza de gigantesco hipertexto, o ciberespaço também pode ocorrer na relação do homem com outras tecnologias, como o celular, por exemplo. É o que demonstra Guimarães Jr. (2000, p. 141):

Ciberespaço [...] como o locus virtual criado pela junção das diferentes tecnologias de telecomunicação e telemática, em especial, mas não exclusivamente, as mediadas por computador. É importante sublinhar que essa definição não circunscreve o Ciberespaço à redes de computadores, mas sim percebe como suas instâncias diferentes aparatos de telecomunicação, desde tele-conferências analógicas, passando por redes de computadores, "pagers", comunicação entre rádio amadores e por serviços do tipo "tele-amigos". A Internet, portanto, apesar de ser a mais presente, não é a única instância de CMC, e por extensão, de suporte ao Ciberespaço. Atualmente, contudo, percebe-se uma tendência de unificação da esfera global de telecomunicações a partir de plataformas digitais, seja a partir da rede Internet "pública" ou através de redes privadas.

Na opinião de Lévy (2000, p. 47), um dos maiores expoentes do debate atual sobre a teoria do virtual, antes de definir ciberespaço, há que problematizar o que se entende por virtual, ou seja:

[...] aquilo que existe apenas em potência e não em ato, o campo de forças e de problemas que tende a resolver-se em uma atualização. O virtual encontra-se antes da concretização efetiva ou formal (a árvore está virtualmente presente no grão) [...] É virtual toda entidade 'desterritorializada', capaz de gerar diversas

manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular.

No senso comum o virtual se contrapõe ao real, não obstante, Levy (2000) chega às suas formulações sobre ciberespaço, considerando-o um espaço de interação, comunicação e socialização entre as pessoas, intermediado pela interconexão das redes de computadores, no qual as informações comunicadas são de natureza digital e as relações desembocam no virtual.

Guimarães Jr. (2000), sofisticada essa discussão, introduzindo nela novos elementos. Para ele, o ciberespaço é um fenômeno que vai além da comunicação no sentido estrito do termo. Mais do que um espaço de comunicação, oferece suporte a um espaço simbólico que desencadeia repertórios de atividades de caráter societário, tornando-se palco de práticas e representações dos diferentes grupos que o habitam.

O ciberespaço é, por excelência, um espaço altamente mutante. Segundo Jungblut (2004), nele tudo está em constante transformação: os computadores que, na busca frenética por melhor desempenho, são trocados ou aperfeiçoados; as informações que ali circulam que, pela velocidade com que se propagam, precisam constantemente ser substituídas ou atualizadas; os programas que, também, pela demanda inexorável de eficiência, ou são aposentados ou sofrem aperfeiçoamentos constantes.

Ora, para Silva (2006) o ciberespaço provoca impactos, já que institui-se como um novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e transação da informação e do conhecimento.

Essas mudanças, em seu conjunto, produzem o que Lévy (2000, p.17) denomina de cibercultura “o conjunto de técnicas materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”.

Em sua dissertação de mestrado Lima (2003) investiga a interação no ciberespaço (enquanto uma nova modalidade de espaço virtual), buscando identificar a existência do fascínio pela virtualidade, suas causas e implicações subjetivas. A partir da problematização e análise de dados coletados entre usuários da Internet e jovens em interação com jogos eletrônicos, conclui que o contato intenso dos sujeitos com a virtualidade da TIC tem produzido novas subjetividades. Conforme afirma, no ciberespaço circulam leis, normas, procedimentos e discursos que, em seu conjunto, acabam construindo uma cultura do

virtual (cibercultura), que é introjetada pelos internautas, os quais vivenciam uma experiência de fascínio frente às inúmeras possibilidades que esse tipo de espaço lhes oferece.

Lima (2003) chega à conclusão que a utilização do espaço virtual, com suas atrações e promessas, pode também levar a uma posição de alienação, se o sujeito se vê preso ao fascínio das imagens eletrônicas. O que pode se traduzir, por exemplo, na situação extrema daqueles que só conseguem se relacionar ou construir vínculos afetivos via interações virtuais; ou se sentem de tal forma “viciados” em jogos eletrônicos e nas diversas modalidades de incursões no ciberespaço que transportam para o cotidiano de suas vidas a lógica da virtualidade.

Castells (2001) considera que a Internet, em geral, e o ciberespaço, em específico, constituem-se como um “poderoso” instrumento de socialização entre tramas que já existiam no ambiente presencial. Advoga que o mundo virtual tem sido utilizado para estreitar as relações existentes e, para fomentar relações pontuais.

Para Lévy (2000), a virtualização sempre esteve presente na sociedade, um exemplo seria a escrita. Ao escrever virtualiza-se a fala. Ao comparar o ciberespaço com a revolução e os avanços tecnológicos propiciados por esta virtualidade, conclui que esta nova tecnologia modificará as bases de construção do sujeito humano e de sua relação com o mundo que o cerca.

Historicamente, a formação humana pauta-se, dentre outras dimensões, pela sociabilidade, historicidade da informação e registro de sua memória. Na malha da rede, imagem criada por Costa (2008), não é principalmente por seu nome, sua posição geográfica ou social que as pessoas se encontram, mas segundo centros de interesses, numa paisagem comum do sentido ou do saber.

Para Castells (2001) a Internet e o ciberespaço surgem como um poderoso instrumento de sociabilidade, potencializando relações que já existiam no ambiente presencial e alargando as possibilidades de relações de pouco significado e de frágeis laços. De uma maneira geral, o mundo virtual tem sido utilizado para tornar mais estreitas as relações entre familiares e para aumentar as possibilidades de relações de curta duração estabelecidas por afinidade. Não obstante, para Levy (2000), se está diante de uma nova forma de virtualização que trouxe modificações sociais tão profundas no processo de hominização quanto a escrita.

## 2.4 UMA NOVA CONFIGURAÇÃO ATRAVÉS DAS REDES

A configuração em rede é peculiar ao ser humano, ele se agrupa com seus semelhantes e vai estabelecendo relações de trabalho, de amizade, enfim relações de interesses que se desenvolvem e se modificam conforme a sua trajetória. Assim, o indivíduo vai delineando e expandindo sua rede conforme sua inserção na realidade social.

As pessoas estão inseridas na sociedade por meio das relações que desenvolvem durante toda sua vida, primeiro no âmbito familiar, em seguida na escola, na comunidade em que vivem e no trabalho; enfim, as relações que as pessoas desenvolvem e mantêm é que fortalecem a esfera social. A própria natureza humana liga as pessoas e estrutura a sociedade em rede.

Segundo Freeman (2004) a abordagem de rede, no entanto, não é nova. Um dos antecedentes mais citados, por exemplo, está nos trabalhos de Euler que deram origem à chamada teoria dos grafos (Barabási, 2003), no século XVIII. Um grafo é uma representação de um conjunto de nós conectados por arestas, formando uma rede. No entanto, o estudo sistemático das redes sociais aparece apenas na década de 30, quando Moreno (1978) iniciou os trabalhos que deram origem à abordagem sociométrica e, conjuntamente, à abordagem estrutural.

Uma rede é definida, segundo Recuero (2005) como um conjunto de nós conectados por arestas. Assim, uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos) e suas conexões, compreendendo uma estrutura de grupo.

As redes sociais, segundo Marteleto (2001, p. 72) representam “[...] um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”. A autora ressalta, ainda, que só nas últimas décadas o trabalho pessoal em redes de conexões passou a ser percebido como um instrumento organizacional, apesar de o envolvimento das pessoas em redes existir desde a história da humanidade.

A rede, que é uma estrutura não linear, descentralizada, flexível, dinâmica, sem limites definidos, e auto-organizável, estabelece-se por relações horizontais de cooperação. Costa et al. (2003, p. 73) atesta que a rede “é uma forma de organização caracterizada fundamentalmente pela sua horizontalidade, isto é, pelo modo de inter-relacionar os elementos sem hierarquia”. E esse mesmo enfoque é acentuado por Capra (2002, p. 267), quando delineia a importância das redes organizacionais:

[...] na era da informação – na qual vivemos – as funções e processos sociais organizam-se cada vez mais em torno de redes. Quer se trate das grandes empresas, do mercado financeiro, dos meios de comunicação ou das novas ONGs globais, constatamos que a organização em rede tornou-se um fenômeno social importante e uma fonte crítica de poder.

Com base em seu dinamismo, as redes, dentro do ambiente organizacional, funcionam como espaços para o compartilhamento de informação e do conhecimento. Espaços que podem ser tanto presenciais quanto virtuais, em que pessoas com os mesmos objetivos trocam experiências, criando bases e gerando informações relevantes para o setor em que atuam.

Redes, segundo Aguiar (2007), pressupõem agrupamentos, são fenômenos coletivos, sua dinâmica implica relacionamento de grupos, pessoas, organizações ou comunidades, denominados atores. Possibilitam diversos tipos de relações – de trabalho, de estudo, de amizade, entre outras –, apesar de quase sempre passarem despercebidas.

Redes, durante quase todo o tempo, são estruturas invisíveis, informais, tácitas. Elas perpassam os momentos da vida social, mas praticamente não se dão a ver – são o conjunto de ‘conexões ocultas’, como diria Capra (2002). Na prática social, cada uma das pessoas possui muitos círculos de relacionamento, mas não sabe quantos eles são ou como identificá-los.

Castells (2001, p.498) faz uma relação direta das redes com a sociedade na Era da Informação e as define como “um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos”.

Podem ser organizações de qualquer tipo, tanto formal quanto informal, tanto lícita quanto ilícita, e os nós podem também ser representados por indivíduos ou grupos de indivíduos. O contexto em que se insere desencadeia uma série de mudanças na rotina dos indivíduos, e uma delas evidencia as redes como ponto de convergência da informação e do conhecimento. Para Sodré (2002, p.14), rede é “onde as conexões e as interseções tomam o lugar do que seria antes pura linearidade”. Essas conexões e interações no âmbito das redes sociais ocorrem pelo contato direto (face a face) e pelo contato indireto

– utilizando-se um veículo mediador, como a Internet, o telefone, ou outro meio. Enfim, pode-se dizer que redes sociais envolvem um conjunto de atores que mantêm ligações entre si.

A partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, principalmente depois da Internet, as relações sociais prescindem do espaço físico e do geográfico, elas ocorrem independentes do tempo e/ou do espaço. E, mesmo assim, as relações em uma rede refletem a realidade ao seu redor e a influência.

Para Marteleto (2000) as redes sociais ultrapassaram o âmbito acadêmico/científico, conquistando e ganhando espaço em outras esferas. Esse movimento chega à Internet e conquista cada vez mais adeptos, aglutinando pessoas com objetivos específicos, ou apenas pelo prazer de trazer à tona ou desenvolver uma rede de relacionamentos. Isso é possibilitado por um *software* social que, com uma interface amigável, integra recursos além dos da tecnologia da informação. O uso desses recursos gera uma rede em que os membros convidam seus amigos, conhecidos, sócios, clientes, fornecedores e outras pessoas de seus contatos para participar de sua rede, desenvolvendo uma rede de contatos profissional e pessoal, que certamente terá pontos de contatos com outras redes. Enfim, são ambientes que possibilitam a formação de grupos de interesses que interagem por meio de relacionamentos comuns.

O espaço em que as redes sociais se constituem e se proliferam são inerentes à informação e ao conhecimento, uma vez que são eles que movimentam as redes. Nas redes sociais, cada indivíduo tem sua função e identidade cultural. Sua relação com outros indivíduos vai formando um todo coeso que representa a rede.

## 2.4.1 Redes sociais mediadas por computador

As experiências pioneiras de redes sociais online baseadas na cooperação, no intercâmbio de experiências e no compartilhamento de recursos (sobretudo software e informações especializadas) foram as comunidades de interesse temático formadas a partir das interações nos BBSes – *Bulletin Board Systems*<sup>14</sup> e *newsgroups* da Usenet<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> O BBS foi um sistema de comunicação via computador muito utilizado entre os anos 1970 e 90, através do qual, pessoas trocavam mensagens, programas e textos informativos mediante uma conexão discada gerenciada por um programa específico. Muitos BBSes funcionaram gratuitamente durante longo tempo graças ao trabalho voluntário de SysOps (operadores de sistema), que exerciam papel semelhante ao dos moderadores de grupos de discussão (AGUIAR, 2007).



Segundo Aguiar (2007), ambos propiciavam a interação entre estranhos anônimos, aproximados por interesses e necessidades afins. A lógica da generosidade e da “cultura” da dádiva fortalecia os vínculos entre os participantes mais ativos, que passavam a interagir também *offline*, em encontros presenciais periódicos (os chamados *Get Togethers*). Já os sites de relacionamentos denominados “redes sociais” fazem, de certa forma, o percurso inverso: criam uma plataforma informatizada inicialmente para encontro virtual de pessoas que se conhecem na vida real, que passam a interagir preferencialmente ou exclusivamente online.

As relações entre os indivíduos na comunicação mediada por computador funcionam através da interação social, buscando conectar pessoas e proporcionar sua comunicação. As pessoas levam em conta diversos fatores ao escolher conectar-se ou não a alguém.

Os primeiros sites (redes sociais), segundo Aguiar (2007), foram lançados nos Estados Unidos em meados dos anos 1990, tendo como referência os vínculos diretos estabelecidos entre colegas de classe e de colégio<sup>15</sup>, e as ligações indiretas entre “amigos de amigos” e “conhecidos”, sob a inspiração de duas pesquisas acadêmicas: o experimento sobre o “mundo pequeno” (*small world*), realizado em 1967 pelo sociólogo e psicólogo estadunidense Stanley Milgram, que gerou a ideia dos “seis graus de separação”; e o estudo de Mark Granovetter sobre a “força dos vínculos fracos” (sobretudo nos contatos profissionais).

Uma nova geração desses sites emergiu a partir de 2002, com o lançamento do *Friendster*, baseado no modelo de “Círculo de Amigos”, conforme explica Aguiar (2007), no qual os usuários constroem um perfil público (ou semipúblico) a partir de dados estruturados em um formulário e o associam aos perfis de amigos, amigos de amigos e conhecidos com os quais possuem algum tipo de proximidade e de identidade na vida real, mediante uma rede de *hiperlinks* que conectam as páginas individuais.

---

<sup>15</sup> A Usenet (rede de usuários) foi concebida em 1979, na Duke University (EUA), como uma rede de computadores que compartilha mensagens e artigos postados em *newsgroups* (antecessores dos grupos de discussão), armazenados em diferentes instituições espalhadas pelo mundo e organizados tematicamente, de forma hierárquica. O modelo de comunicação é o de um para todos, dentro de cada grupo (ver <http://www.usenet.net/> e [www.usenet.com](http://www.usenet.com)).

<sup>16</sup> O Classmates.com, criado em 1995, ultrapassou a marca de 40 milhões de membros ativos nos EUA e Canadá, em 2006, segundo a sua página institucional: <http://www.classmates.com/cmo/about>.

O *Friendster* alcançou uma inesperada audiência de massa (3,3 milhões de usuários) em menos de um ano, inicialmente apenas com propaganda espontânea de boca-em-boca entre técnicos do Vale do Silício, na região de São Francisco, e tribos urbanas de Nova York, sobretudo gays masculinos, a maioria entre 20 e 30 anos (BOYD, 2007). Mas os servidores da rede computacional não aguentaram a demanda<sup>17</sup>, o que abriu espaço para novos serviços do gênero, lançados entre 2003 e 2005, como *MySpace*, *Facebook* e *Orkut*<sup>18</sup>.

Para Aguiar (2007) as facilidades de criação de uma identidade virtual nesses sites, com a inserção de dados que não passam por nenhum processo de validação além do endereço de email, possibilitam a montagem de diferentes *personas* e o estabelecimento de vínculos interpessoais não obrigatoriamente baseados nos relacionamentos pré-existentes. “Rede de amigos” inclui conhecidos eventuais ou mesmo “estranhos” (ainda que sejam celebridades), visando capitalizar para o indivíduo o *status* e os atributos dos agregados. Nesse mesmo sentido expõe Rosen (2007, p. 20):

As atuais redes sociais online são uma acumulação [*congeries*] de vínculos majoritariamente fracos – ninguém que liste milhares de “amigos” no MySpace pensa nessas pessoas da mesma forma que pensa em seus parentes distantes, por exemplo. Certamente não é coincidência, então, que as atividades que os sites de redes sociais promovem são justamente aquelas que os vínculos fracos fomentam, como rumores, boatos, mexericos, busca de pessoas e a trilha dos efêmeros movimentos da cultura popular [no sentido da cultura de massa] e das modas passageiras.

Quando se trabalha com uma rede social na Internet, afirma Recuero (2003), compreende-se a estrutura dos atores e suas conexões sociais como traduzidas pelas ferramentas da comunicação mediada pelo computador. A abordagem de rede é importante porque enfatiza as conexões entre os indivíduos no ciberespaço, mostrando que a

---

<sup>17</sup> Segundo Boyd (2007), em meados de 2004, os usuários de primeira hora (*early adopters*) abandonaram o serviço, dando lugar a uma nova geração de adolescentes de Singapura, Malásia e Filipinas.

<sup>18</sup> Sites: <http://br.myspace.com/>; <http://www.facebook.com/>; <http://www.orkut.com.br>.

comunicação mediada pelo computador é capaz de produzir laços sociais.

Em suma, as redes sociais são constituídas, segundo Recuero (2009) a partir da relação entre dois elementos, quais sejam os atores e suas conexões. Pode-se dizer que uma rede social na internet é constituída a partir dos atores em interação, que trocam informações, comunicam-se por meio do uso efetivo de ambientes situados no ciberespaço e que propiciam a visualização ou a construção dessas redes.

Na internet, as redes sociais podem ser constituídas e mantidas através dos sites de redes sociais. Estes sites de redes sociais, conforme Recuero (2009) são espaços que dão suporte ao surgimento de redes sociais, mas que ao depender de como são efetivamente apropriados para que se verifique ou não a existência de redes sociais.

Diferentemente de sites voltados para discussão de temáticas específicas (como em fóruns de discussão), nos sites de redes sociais o contexto não é dado a priori; ele é construído a partir das interações realizadas entre os atores (BOYD, 2007). Em sites como *Twitter* e *Facebook*, os contextos sociais imaginados como separados coexistem como partes da rede. Assim, o ambiente se torna propício para a emergência de redes sociais distintas nas quais informações diferentes são difundidas.

Redes sociais na Internet, conforme Recuero (2003) possuem conexões constituídas através de diferentes formas de interação e trocas sociais. Na Internet, por exemplo, é possível “assinar” uma lista de discussão, ou seja, participar de um grupo social sem interagir diretamente com seus membros, mas unicamente usufruindo das informações que circulam. Também é possível interagir com um grupo de blogueiros através dos comentários e, com eles, formar uma rede social. Portanto, percebe-se que para compreender essas redes é preciso também compreender como se formam e diferenciam as conexões sociais que elas possuem.

A título de esclarecimento, optou-se por trabalhar o termo redes sociais virtuais e não mídias sociais virtuais, já que estas possuem um caráter mais abrangente, incluindo todas as formas de comunicação online e as redes sociais seriam mais restritas aos canais de relacionamento e interação.

Berro (2011) entende redes sociais (*social networking*) como rede de relacionamentos, ou seja, são grupos ou comunidades formadas por pessoas que possuem, interagem e compartilham um mesmo interesse. Já as mídias sociais (*new media*) são os meios pelos quais uma

determinada rede social utiliza para se comunicar, interagir, compartilhar interesses e trocar informações. Em suma, as mídias sociais englobam as redes sociais, pois estas fazem parte da interação nas relações, dentro de uma plataforma, a partir de um meio, que são as mídias sociais.

Se uma determinada ferramenta tem como seu objetivo principal apenas o compartilhamento de conteúdo e a criação de relacionamentos, se define como rede social. Mas se a mesma ferramenta, que permite o compartilhamento e o relacionamento, também permite a veiculação de publicidade, pode ser definida como mídia social. Ou seja, é possível que uma rede social seja uma mídia social e que uma mídia social seja uma rede social, o que vai definir se é uma ou outra, é a sua vocação, seu motivo de ser e existir.

No mesmo sentido, Cosas (2011), expõe que as redes sociais são um dos tipos de mídias sociais, já que as redes sociais também possibilitam a criação de conteúdo (texto, vídeo, foto, etc.) de forma não regulada. Para definir se um site é uma rede social ou mídia social deve ser levada em conta a atividade principal do site. Por exemplo: o Twitter é uma mídia social, mas como também é possível enviar mensagens diretamente entre pessoas, pode ser considerado como uma rede social. O importante é que as ferramentas já fazem parte do cotidiano das pessoas e podem contribuir de forma relevante para a construção e difusão de informação e de conhecimento.

#### **2.4.2 Redes Sociais na internet: organização, estrutura e dinâmica**

Maturana e Varela (2001, p. 53), no estudo dos sistemas biológicos, estabeleceram que dois elementos seriam necessários ao seu estudo: o padrão de organização e a estrutura. O padrão de organização de um sistema biológico é “a configuração das relações entre os componentes do sistema que determinam as características essenciais desse sistema”. Trata-se da observação de um padrão que envolve o “mapeamento abstrato de relações”.

Já a estrutura, segundo Maturana e Varela (2001, p. 54) envolve a “incorporação física de seu padrão de organização”, cuja descrição trata “dos componentes físicos efetivos dos sistemas”. Ela refere-se à substância, à matéria do sistema. Os termos são comuns também à tradição sociológica.

Galliano (1981, p. 170) explica que a estrutura social exprime uma “intenção globalizante”, que vai além de uma simples combinação de elementos, mas que compreende um padrão no todo, cujos

fenômenos são interconectados. “Dissemos que o conceito de estrutura social se refere às regularidades observáveis da vida social, resultando estas do fato de as ações sociais tenderem a se repetir segundo normas determinadas”.

Deste modo, a estrutura compreende necessariamente, certo “estado de equilíbrio”<sup>19</sup> de onde é possível perceber os elementos que fazem parte da rede. Já a organização social segundo Galliano (1981, p. 171) compreende “[...] o conjunto das ações sociais que se desenrolam numa determinada coletividade, num dado momento de sua existência”. Os processos que constituem a organização social seriam também as relações sociais. No entanto, Recuero (2005) afirma que a organização compreenderia todas as relações sociais, quer obedeçam e reiterem a estrutura, quer distanciem-se dela, prejudicando-a. A organização compreende a totalidade concreta de relações, sejam elas em cooperação ou em conflito. Neste sentido, a estrutura compreenderia certa sedimentação de relações sociais regulares.

Na verdade, o modelo sociológico de estrutura e organização em muito se assemelha com a proposta de Maturana e Varela (2001) e trata-se de uma forma interessante de estudo dos fenômenos. Em ambos, a estrutura é representada por uma situação fática, material; enquanto a organização é representada pelo conjunto de elementos que, abstratamente, faz parte desta situação fática. A organização constitui-se nas relações entre os indivíduos que dele fazem parte, sem sua totalidade. Essas relações constituem-se na substância do extrato social. A estrutura, ao contrário, constitui-se naquilo que uma determinada sociedade possui para que seja considerada como tal (RECUERO, 2005).

Assim como a abordagem estrutural das redes sociais, a ciência das redes também necessita ter atenção para com os processos dinâmicos da rede. Por conta disso, Primo (2007) afirma que as redes adaptam-se e modificam-se com o passar do tempo. Um modelo de rede que não leve em conta a dinâmica do sistema pode, invariavelmente, oferecer apenas uma “fotografia” de um fenômeno, estanque e parado no tempo. O conflito e a competição são frequentes e necessários nas redes sociais, gerando, coesão ou mesmo ruptura. Deste modo, não se pode analisar uma rede unicamente sob as dimensões de estrutura e

---

<sup>19</sup> Não se trata de um estado sem movimentação, mas apenas, equilibrado em seus movimentos. É necessário compreender que toda a estrutura social necessita ter uma permanência, de forma a constituir seus laços sociais no tempo. É neste sentido que nos referimos ao equilíbrio (RECUERO, 2005, p. 4).

organização, pelo simples fato de que seu pressuposto fundamental é sua mudança no tempo.

#### 2.4.2.1 Organização: A Interação em Redes Sociais na Internet

A organização constitui-se na totalidade de relações de um determinado agrupamento social. Neste sentido, pode-se dizer que a organização é composta pela interação social que constitui as relações de determinado grupo. Recuero (2005) explica que a interação representa um processo sempre comunicacional. Ela é uma série de mensagens trocadas entre pessoas e atua diretamente sobre a definição da natureza das relações entre aqueles envolvidos no sistema interacional. A interação, pois, tem sempre um caráter social perene e diretamente relacionado ao processo comunicativo.

No entanto, quando se trabalha com o ciberespaço Recuero (2005) afirma que a interação social dá-se de uma maneira muito particular. Trata-se de uma interação mediada pelo computador. Primo (2003, p.61-62) estabelece uma dicotomia para tratar especificamente da interação mediada por computador. Para ele, existem unicamente duas formas de interação neste contexto: a interação mútua e a interação reativa. Estas formas distinguem-se pelo “relacionamento mantido” entre os agentes envolvidos, sendo a interação mútua “caracterizada por relações independentes e processos de negociação”, e a interação reativa “limitada por relações determinísticas de estímulo e resposta”.

Além disso, Recuero (2003) informa que a interação pode migrar entre diversas plataformas utilizadas pelos indivíduos ou grupos, como por exemplo, em uma rede de blogs. A interação entre as pessoas que fazem parte de um determinado grupo pode acontecer em vários blogs, ou seja, em vários *virtual settlements*<sup>20</sup> e, até mesmo, em sistemas diferentes (como um canal de chat, uma rede de blogs e mesmo em

---

<sup>20</sup> Na verdade, essa observação é importante, até mesmo para diferenciar a rede social do sistema que ela utiliza para interagir. É muito como que os pesquisadores refram-se a um determinado site ou canal de chat como um grupo social. Entretanto, é fundamental saber que esses elementos são apenas o suporte através do qual um determinado conjunto de atores interage na Internet. O suporte, ou *virtual settlement* (de acordo com a classificação de Jones, 1997), é diferente da rede social que o utiliza. Portanto, um determinado canal de chat que seja muito ativo pode representar a existência de uma rede social a um estudioso inexperiente, quando, na verdade, são apenas mensagens que não se inter-relacionam (como as mensagens dos bots ou dos sistemas, por exemplo) (RECUERO, 2003).

sistemas de mensagens, como ICQ<sup>21</sup>, AIM<sup>22</sup> etc.), embora em alguns sistemas aconteça mais do que em outros.

Recuero (2005) enfatiza que é fundamental para a análise da organização de uma rede social, a compreensão da interação mediada pelo computador em todos os seus aspectos. É preciso, pois, investigar as interações de um grupo social no âmbito do espaço do seu *virtual settlement*, para que se perceba que essas interações levarão a constituição da estrutura da rede social observada, bem como sua ruptura ou transformação. Elas proporcionam, portanto, também os processos dinâmicos da rede.

#### 2.4.2.2 Estrutura: Laços e Capital Social no Ciberespaço

Como explicado por Recuero (2005), a estrutura da rede social compreende aquilo que ela possui de mais permanente, ou ainda, o resultado das interações repetidas. Trata-se de uma sedimentação dessas trocas, que pode ser observada através dos laços sociais e do capital social.

O conceito de laço social, segundo Recuero (2005) passa pela ideia de interação social, sendo denominado laço relacional, em contraposição ao laço associativo, aquele relacionado unicamente ao pertencer (a algum lugar, por exemplo)<sup>23</sup>. Os laços associativos constituem-se em meras conexões formais, que independem de ato de vontade do indivíduo, bem como de custo e investimento. Esses laços associativos podem emergir da existência dos laços sociais, constituindo-se num pretendimento relativo à existência de um grupo social mais denso, mas podem também representar apenas um mero reconhecimento formal da existência de um vínculo material entre um indivíduo e, digamos, um país. Neste sentido, não interferem na estrutura social, tratando-se, simplesmente, de uma classificação.

O laço associativo pode ser observado, por exemplo, em muitas comunidades no Orkut, no qual basta clicar para fazer parte de uma

---

<sup>21</sup> A sigla "ICQ" é um acrônimo feito com base na pronúncia das letras em inglês (*I Seek You*), em português, "Eu procuro você", porém é popularmente conhecido no Brasil como "i-cê-quê".

<sup>22</sup> AOL Instant Messenger é um mensageiro instantâneo que permite aos seus usuários registrados comunicação em tempo real por texto, voz ou vídeo pela Internet.

<sup>23</sup> Breiger (1974: 183-185), inspirado nos trabalhos de Goffman (1971), explica que o laço social pode ser constituído de outra forma: através de associação. Goffman explicava que os indivíduos eram conectados a outros indivíduos através de relações sociais. Entretanto, a conexão entre um indivíduo e uma instituição ou grupo tornava-se um laço de outra ordem, representado unicamente por um sentimento de pertencimento. Tratava-se de um laço associativo.

comunidade. Este fazer parte, segundo Recuero (2005), muitas vezes, independe de qualquer interação com os membros do mesmo grupo. Por outro lado, em outros sistemas como os blogs, onde é possível perceber as inter-relações através dos comentários, é possível aferir a presença de um laço associativo (um pertencer a um grupo, por exemplo), a partir da interação social e do laço relacional.

Através da interação, são formados os laços sociais que vão conectar os atores nas redes sociais. O conteúdo das interações auxilia a caracterizar um laço social determinado. Granovetter (1973) classifica os laços sociais como fortes e fracos. Os laços fortes seriam aqueles caracterizados pelo grande investimento de tempo, pela criação de intimidade, de confiança, e de reciprocidade. Os laços fracos, ao contrário, possuem menor quantidade desses elementos, caracterizando, relações menos profundas, não traduzindo proximidade ou intimidade, e apenas relações esparsas, com muitas trocas sociais. Um laço forte, por exemplo, seria aquele que se tem com um amigo. Um laço fraco, por outro lado, seria aquele que caracteriza um conhecido.

Os laços sociais que são formados através da comunicação mediada por computador podem ser também fracos ou fortes. Para Recuero (2003) a interação pode ser construída através das mesmas plataformas, como os comentários nos *weblogs* e *fotologs*, nos fóruns, nos *chats* e etc. Rheingold (1995) e Recuero (2002) ensinam que elementos como reciprocidade e confiança, e mesmo a construção de comunidades virtuais também são frequentemente observados em grupos construídos pela comunicação mediada por computador. Esse tipo de agrupamento é normalmente associado a laços mais fortes. Já laços que conectam indivíduos sem reciprocidade e com pouco suporte social costumam ser mais fracos.

Assim, quanto maior o número de laços, maior a densidade da rede, pois mais conectados estão os indivíduos que fazem parte dela. Deste modo, os laços sociais auxiliam a identificar e compreender a estrutura de uma determinada rede social.

Já o capital social, segundo Recuero (2005), refere-se ao conteúdo das relações sociais, que são institucionalizadas através da permanência e da repetição, de forma a constituir o “cimento” das relações sociais dentro de um grupo. Como uma relação social, que constitui a forma de produção do capital existe através de investimento e custo para os envolvidos, o capital social que transita e que é produzido através dela, também depende desses investimentos para que possa ser acumulado nos laços sociais. Sem investimento, os laços sociais tendem



a enfraquecer com o tempo, depreciando o capital social de um determinado grupo.

Uma rede social, mesmo na Internet, modifica-se em relação ao tempo. Essas modificações, segundo Recuero (2005) constituem-se também em um padrão importante para a compreensão dessa rede e devem ser levadas em conta. Essas dinâmicas são dependentes das interações totais que abarcam uma rede (organização) e podem influenciar diretamente sua estrutura.

#### *2.4.3.3 A dinâmica da rede social*

Lakatos e Marconi (1992) trazem as interações como causadoras dos processos sociais de cooperação, conflito e competição. A cooperação seria o atuar em conjunto de um grupo ou de indivíduos, para a “consecução de um objetivo comum”, sendo, deste modo, essencial para a existência das estruturas sociais. Já a competição seria resultado das diferenças entre desejos e aspirações e a capacidade de provê-los ou ainda, a inadequabilidade desses recursos para toda uma população. A competição, embora não resulte necessariamente na constituição de novas estruturas sociais, não é também necessariamente, ponto de quebra dessas estruturas. Por fim, o conflito seria diferente da competição na medida em que envolve hostilidade e pessoalidade.

Cada um desses processos, segundo Recuero (2005) tem impacto diferenciado na estrutura social. Enquanto a cooperação é essencial para a criação e a manutenção da estrutura, o conflito contribui para o desequilíbrio. A competição, por outro lado, pode agir no sentido de fortalecer a estrutura social, gerando cooperação para atingir um fim comum, proporcionar bens coletivos de modo mais rápido, ou mesmo gerar conflito e ruptura nas relações.

A adaptação também deve ser considerada como fator da dinâmica nas redes sociais e, embora a adaptação dos sistemas sociais seja compreendida por autores como Lakatos e Marconi (1992) apenas do ponto de vista individual (adaptação do indivíduo à sociedade), interessa no estudo das redes sociais, a adaptação como processo coletivo. As redes adaptam-se ao ambiente. Maturana e Varela (2001, p. 115) referenciam a adaptação como uma das características dos sistemas biológicos, definindo-as: “a manutenção dos organismos como sistemas dinâmicos em seu meio aparece como centrada em uma compatibilidade de organismo/meio. É o que chamamos de adaptação”. Essa é uma característica que implica na capacidade do sistema em autorregular-se com relação às perdas de energia para o ambiente.

Para Recuero (2005) a adaptação está relacionada ao acoplamento estrutural do organismo com o ambiente. O sistema está sempre se adaptando ao ambiente, que produz alterações neste sistema que também, por sua vez, age sobre esse ambiente. Essas alterações são causadas por perturbações recíprocas e recorrentes de um sistema sobre o meio e vice-versa. Neste fenômeno, existe uma contínua adaptação do ambiente ao sistema e do sistema ao ambiente, em uma relação circular.

O conceito de adaptação é diretamente relacionado ao de auto-organização. Capra (2000, p. 79) explica que sistema auto-organizador não apenas “importa ordem vinda de seu meio ambiente, mas também recolhe matéria rica em energia, integra-a em sua própria estrutura e, por meio disso, aumenta sua ordem interna”.

Os sistemas sociais e as redes sociais, assim, estão em constante mudança, afirma Recuero (2010). Essa mudança implica no aparecimento de novos padrões estruturais. Redes sociais, portanto, precisam ter capacidade de adaptação, pois têm um equilíbrio dinâmico, constantemente redirecionado entre caos e ordem.

Outro aspecto importante da dinâmica das redes sociais é a emergência. Segundo Recuero (2005) trata-se de uma característica dos sistemas complexos e envolve o aparecimento de padrões de comportamento em larga escala, que não são necessariamente determinados em microescala. O próprio aparecimento de redes sociais na Internet pode ser considerado um comportamento emergente e auto-organizado. Características apontadas pelos modelos de Barabási (2003), como o aparecimento de clusters muito conectados em uma rede, e Watts (1999), como o aparecimento de “atalhos” nas redes sociais, constituindo pequenos mundos, também podem ser considerados padrões emergentes.

Redes sociais na Internet, segundo Recuero (2005), apresentam comportamentos emergentes com frequência, como a propagação de *memes*<sup>24</sup>, a adaptação e a auto-organização, bem como o aparecimento de mundos pequenos e *clusters*<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Segundo Coelho (2012) o meme é um elemento cultural replicado no meio (físico ou virtual) afetando nosso comportamento e determinado a formação da cultura social. Para entender melhor, o termo meme foi criado por Richard Dawkins no seu livro “O Gene Egoísta” e é oriundo da palavra grega “mimeme” que etimologicamente significa “algo que é imitado” - levando-se em consideração essa afirmação, qualquer coisa que evolua a base da variedade, seleção e hereditariedade é um meme.

<sup>25</sup> Para Alecrim (2004) Cluster pode ser definido como um sistema onde dois ou mais computadores trabalham de maneira conjunta para realizar processamento pesado. Em outras

Além disso, a dinâmica das redes sociais traz a sincronia e a clusterização como aspectos importantes. A sincronia é apontada por Recuero (2005) como uma forma de surgimento de “ordem espontânea” em um sistema complexo. Em outras palavras, a sincronia pode ser uma das formas de comportamento emergente em um determinado grupo social. A sincronia implica em uma ordem emergente, que não é acordada entre as partes do sistema, mas que simplesmente aparece nas interações coletivas, através do surgimento de um determinado ritmo. A sincronia seria ubíqua entre as coisas vivas, encontrada com persistência entre os chamados insetos sociais e outras formas de sistemas sociais no reino animal.

A clusterização é apontada, principalmente, por Barabási (2003) que explica que há a presença de conectores em todas as redes, ou seja, indivíduos que possuiriam muito mais conexões com outras pessoas do que a média do grupo. A presença de conectores caracteriza o que se chama “clusterização” em uma determinada rede: o aparecimento de nós extremamente conectados. A presença de clusters determinaria o que ele chama de “conexão preferencial” (através da metáfora *rich get richer*), ou seja, uma tendência a que os novos nós de uma rede conectem-se preferencialmente aos nós mais conectados (que ele chama de *hubs*). Além disso, os *hubs* ou conectores teriam um papel fundamental nas redes sociais, porque seriam os responsáveis pela sua configuração como “mundo pequeno”.

A partir do estudo desses elementos, é possível encontrar estruturas sociais e classificá-las, de forma a compreender como é o funcionamento de uma rede social e que tipo de grupo social pode ser encontrado no ciberespaço.

## 2.5 DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO EM REDES SOCIAIS

Com o advento das redes sociais na Internet, através do surgimento das ferramentas de comunicação mediada por computador, novos fluxos de informação foram aparecendo. O surgimento da Internet proporcionou que as pessoas pudessem difundir as informações de forma mais rápida e mais interativa. Para Recuero (2005) tal mudança criou novos canais e, ao mesmo tempo, uma pluralidade de novas informações circulando nos grupos sociais.

---

palavras, os computadores dividem as tarefas de processamento e trabalham como se fossem um único computador. Este artigo tem por objetivo mostrar os principais conceitos envolvidos, assim como os tipos e aplicações de cluster

O aparecimento de ferramentas de publicação pessoal, tais como os *weblogs*, *fotologs*, e mesmo o Youtube<sup>26</sup>, por exemplo, deu força e alcance para esses fluxos (RECUERO, 2005), ampliando a característica de difusão das redes sociais.

Muitas dessas informações são difundidas de forma quase epidêmica, alcançando grandes proporções tanto *online* quanto *offline*. Barabási (2003) credita a difusão epidêmica de informações observada na Web como consequência da existência de conectores, ou seja, indivíduos extremamente bem conectados em uma ou várias redes sociais.

Segundo Recuero (2005) há uma grande quantidade de informação circulando dentro das redes, gerando suporte, trocas sociais e fortalecendo laços. No entanto, o capital social predominante nas redes interativas é o capital social relacional, ou seja, aquele que é decorrente da ampliação e do aprofundamento dos laços sociais através da interação mútua e do pertencimento relacional. Assim, nessas redes, o capital social que é buscado é aquele que diz respeito ao suporte social, ao apoio e confiança mútuos, que apenas podem ser compreendidos através da reciprocidade. Esse capital social pode ser institucionalizado e é também constituído de normas de interação, tacitamente aceitas pelos participantes do grupo.

As redes sociais virtuais são mediadas por computador. Assim como as relações no mundo real oferecem e difundem informações de alguma maneira, as relações tecidas no mundo virtual também são geradoras e propagadoras de informações, dos mais diversos tipos. A formação de comunidades em torno de um assunto do mesmo interesse faz com que essa rede seja no seu conjunto uma autoridade no assunto tratado.

Por esse motivo, interesses em comum, as redes sociais podem ser uma importante ferramenta para a troca de informações e experiências profissionais. Ao fazer parte de comunidades que tenham os mesmos interesses profissionais, as trocas de informações que ocorrem nestes ambientes proporcionam discussões proveitosas em torno de interesses profissionais e podem ser esclarecedoras de dúvidas rotineiras do ambiente profissional.

Amaral (2006) comenta que as redes virtuais tem um formato horizontal de comunicação, ou seja, a comunicação ocorre de uma forma descentralizada, sem nenhum tipo de subordinação, além disso, o

---

<sup>26</sup> Popular sistema de publicação de vídeos na Internet: <http://www.youtube.com>.

fluxo de informação ocorre em diversas direções, e qualquer membro da rede está apto a colocar uma informação em circulação.

Sobre a difusão e circulação de informações em redes sociais, no qual o capital social é justamente a informação, Recuero (2007, p. 12) expõe que “estar em tais redes é poder usufruir de informação que é divulgada nas mesmas e, mais do que isso, poder usufruir da informação que o pertencimento proporciona que auxiliará na construção da identidade”.

De todo modo, são informações circulando, estas informações podem ser utilizadas de forma a serem proveitosas para quem publica ou não. Sabe-se que muitas empresas têm utilizado de mecanismos das redes sociais para conhecer o perfil dos candidatos as vagas de trabalho. E cada vez mais a troca de informações através das redes sociais passa a fazer parte do cotidiano de pessoas, empresas, instituições e também poderá fazer parte da política.

### **2.5.1 Relacionamentos sociais no ciberespaço**

A sociedade em rede é a sociedade cuja estrutura social foi construída em torno de redes de informação, a partir do desenvolvimento de tecnologias microeletrônicas que resultaram no aperfeiçoamento de sistemas computacionais que, por sua vez, estruturaram redes que conectam o mundo, com destaque para a Internet.

Nesse sentido, Castells (2003, p. 287) argumenta que a Internet é muito mais que uma simples tecnologia, é o meio de comunicação que constitui a forma organizativa da sociedade.

A Internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a Internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Lemos (2002) enfatiza que o ponto de partida para compreender-se o comportamento social que marca uma determinada época é ter consciência que existe sempre uma relação simbiótica entre o homem, a natureza e a sociedade,

sendo que em cada período da história da humanidade prevalece uma cultura técnica particular.

Nesse caso, segundo Corrêa (2004) a cultura contemporânea passa a ser caracterizada pelo uso crescente de tecnologias digitais, cria-se uma nova relação entre a técnica e a vida social e, ao mesmo tempo, proporciona o surgimento de novas formas de agregação social de maneira espontânea no ambiente virtual, com práticas culturais específicas que constitui a chamada cibercultura.

Embora a sociedade esteja conectada mundialmente via redes de computador e o próprio contato ou interação social possa acontecer em intervalo de segundos, o homem cada vez mais sente a necessidade de se integrar a grupos sociais, de se envolver com pessoas que compartilhem algo em comum, há um retorno à busca de características que lhe forneçam uma identidade, uma forma de se fazer reconhecer diante dos outros. Fenômeno que, segundo Castells (2001), é uma consequência direta do tipo de sociedade, que perdeu a ilusão de poder viver num mundo mais justo e com melhores condições de vida para todos e que teve sua base estrutural completamente deslocada.

Entretanto, Lemos (2002) afirma que tal necessidade vem sendo suprida por meio da formação de comunidades virtuais, potencializadas pela existência de redes de computadores, surgida nos Estados Unidos antes mesmo da consolidação da Internet, por volta dos anos 70. É o caso da rede Usenet, considerada uma das formas eletrônicas mais populares de organização social nas redes. A Usenet é hoje um sistema telemático que permite o contato entre as pessoas e à promoção de fóruns de conversação, organizados a partir de grupos temáticos, os *newsgroups*. Outra ferramenta que se destaca é o *Bulletin Board System* (BBS), redes de computadores comunitárias e independentes de uma grande rede telemática.

Os relacionamentos sociais originados em redes de computação, segundo Lemos (2002) desenvolvem-se no ciberespaço, que pode ser compreendido como um lugar de circulação de informação, um espaço de comunicação, espaço virtual, que existe em oposição ao real.

As comunidades virtuais foram definidas inicialmente por Rheingold (1996) como agregações sociais que emergem na Internet quando uma quantidade significativa de pessoas promove discussões públicas num período de tempo suficiente, com emoções suficientes, para formar teias de relações pessoais no ciberespaço.

Lemos (2002), por sua vez, contribui para o debate ao afirmar que nem toda forma agregadora da Internet pode receber o rótulo de comunitária, pois existem certos agrupamentos sociais em que os

participantes não guardam qualquer vínculo afetivo e/ou temporal, são apenas formas de agregação eletrônica.

De qualquer modo, para Corrêa (2004) o ciberespaço potencializa o surgimento de comunidades virtuais e de agregações eletrônicas em geral que estão delineadas em torno de interesses comuns, de traços de identificação, pois ele é capaz de aproximar, de conectar indivíduos que talvez nunca tivessem oportunidade de se encontrar pessoalmente. Ambiente que ignora definitivamente a noção de tempo e espaço como barreiras.

Como há muitos mitos em torno da Internet, Corrêa (2004) afirma que é necessário esclarecer que a Internet não modifica o comportamento dos internautas, na verdade, as pessoas se apropriam da Internet e das suas potencialidades e, assim, amplificam a capacidade de se comunicar e de criar. Os comportamentos são amplificados pelos meios tecnológicos, fazendo com que indivíduos localizados em diferentes partes do globo e munidos de equipamentos adequados possam conectar ideias, crenças, valores, e emoções.

Neste aspecto, a tecnologia empregada funciona como força impulsionadora da criatividade humana, da imaginação, devido à visibilidade e à disponibilidade de material que circula na rede, permitindo que a comunicação se intensifique, ou seja, as ferramentas promovem o convívio, o contato, enfim, uma maior aproximação entre as pessoas.

## **2.5.2 As Comunidades Virtuais**

Uma série de acontecimentos marcados pelo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), pelo aperfeiçoamento da Comunicação Mediada por Computador (CMC), surgimento da rede Internet e do ambiente virtual ou ciberespaço, tem alterado significativamente a organização dos sistemas sociais, políticos e econômicos em âmbito mundial. Segundo Castells (2001) no campo cultural, o impacto tecnológico refletiu na constituição de uma nova cultura, a cibercultura, e de uma nova forma de estabelecimento de relações sociais por meio da rede, a sociabilidade.

Assim, vive-se o que Castells (2001) denominou de era da informação ou era do conhecimento, caracterizada pela mudança na maneira de comunicar da sociedade e pela valorização crescente da informação nessa nova configuração da estrutura vigente, à medida que a circulação de informações flui a velocidades e em quantidades até então inimagináveis. Nesse contexto que possibilita a comunicação mais

ágil entre os indivíduos independentemente da localização geográfica e em meio a um quadro de mudanças confusas e incontroláveis, manifesta-se uma tendência nas pessoas de se reunirem em grupos sociais visando compartilhar interesses em comum.

Para Corrêa (2004) a busca em torno da aquisição de novas identidades é necessária para o indivíduo poder delimitar seu lugar no mundo e se fazer reconhecer como diferente entre tantos outros. A possibilidade de ser reconhecido por meio de uma ou várias identidades transforma-se na fonte básica de significação social num cenário de ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições e enfraquecimento de importantes movimentos sociais, que se delineia ao longo da modernidade.

Todas essas alterações, segundo Hall (2001), atingem profundamente o indivíduo no final do século XX, quando se instaura a chamada “crise de identidade”, inserida numa conjuntura mais ampla de mudança, que desloca as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abala os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Assim, passa-se a viver uma realidade diferente, na qual as barreiras espaciais, temporais e geográficas já não são tão significativas, quando as redes globais de intercâmbios conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países sob os efeitos globalizantes provenientes da pós-modernidade e/ou modernidade tardia (HALL, 2001), ou alta modernidade (GIDDENS, 2002).

Diante desse cenário, o indivíduo desprovido de referências tradicionais sai à procura de pessoas com as quais possa compartilhar interesses em comum, ação que se repete, uma vez que é da natureza humana se relacionar socialmente. Nos últimos tempos, porém, tal prática parece ter sido intensificada com a presença das redes mundiais de computadores, que aproximam os indivíduos e possibilitam o surgimento de novas formas de relações sociais, entre as quais se destacam as comunidades virtuais.

Para discutir como a comunidade apareceria no modelo, é preciso, antes, discutir o que se entende pelo conceito. O termo “comunidade” é uma construção sociológica e evoluiu, através dela, de um sentido quase “ideal” de família, comunidade rural, passando a integrar um maior conjunto de grupos humanos com o passar do tempo. Com o advento da modernidade e da urbanização, principalmente, as comunidades rurais passaram a desaparecer, cedendo espaço para as grandes cidades (RHEINGOLD, 1996). Com isso, a ideia de “comunidade” como sendo concebida como um tipo rural, ligado por



laços de parentesco em oposição à ideia de sociedade, parece desaparecer; não da teoria, mas da prática.

Rheingold (1996) diz que através do advento da Comunicação Mediada por Computador e sua influência na sociedade e na vida cotidiana, as pessoas estariam buscando novas formas de conectar-se, estabelecer relações e formar comunidades. Por isso, a opção por definir as novas comunidades, surgidas no seio da CMC por “comunidades virtuais”.

A expressão comunidade virtual passa a ser popularizada através do trabalho do jornalista americano Rheingold (1996) e serve para designar grupos de pessoas que se relacionam no ciberespaço através de laços sociais, nos quais hajam interesses compartilhados, sentimento de comunidade e perenidade nas relações.

Do mesmo modo, Castells (2001, p.385) refere-se à comunidade virtual “como uma rede eletrônica de comunicação interativa autodefinida, organizada em torno de um interesse ou finalidade compartilhados, embora algumas vezes a própria comunicação se transforme no objetivo”. Ele afirma que o desenvolvimento tecnológico fornece um suporte apropriado para a comunicação, favorecendo a desnacionalização e desestatização da informação.

Para Recuero (2005) de acordo com essa definição, os elementos formadores da comunidade virtual seriam: as discussões públicas; as pessoas que se encontram e reencontram, ou que ainda, mantêm contato através da Internet; o tempo; e o sentimento. Esses elementos, combinados através do ciberespaço, poderiam ser formadores de redes de relações sociais, constituindo-se em comunidades. A comunidade virtual é, assim, um grupo de pessoas que estabelecem entre si relações sociais, que permaneçam um tempo suficiente para que elas possam constituir um corpo organizado, através da comunicação mediada por computador.

Hall (2001) defende a existência de comunidades virtuais como uma maneira de gerar identidades aos indivíduos participantes, com base em uma das consequências possíveis dos aspectos da globalização sobre as identidades culturais, a qual afirma que as identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades - híbridas - tomam seu lugar.

No tocante ao aspecto da hibridização, a própria constituição de comunidades virtuais segue essa tendência, pois é comum a pessoa participar de mais de uma comunidade virtual, de acordo com seu leque de interesse. Ideia reforçada pela noção de desencaixe (GIDDENS, 2002), quando indivíduos sem referência buscam se aproximar de

pessoas que tenham interesses comuns, independentemente do tempo, do espaço e da localização geográfica.

Assim, a agitação da vida moderna e a intensificação de problemas sociais como violência provocam mudanças de hábitos nas pessoas, que passam a evitar sair às ruas, diminuindo o contato social físico. Deve-se observar ainda que a principal distinção entre as sociedades “tradicionais” e as “modernas”, nas palavras de Hall (2001), é que as sociedades modernas são, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Para Rheingold (1996), esse estilo de vida proporciona o surgimento de comunidades virtuais, quando se torna possível conhecer pessoas diferentes e interessantes estando conectado à rede de alcance mundial ou *world wide web* (*www*)<sup>27</sup> de casa ou do ambiente de trabalho.

Na visão de Castells (2003, p. 274), há outro fator implicando na redução do contato social de base comunitária física tradicional e na consequente diminuição da relação social estabelecida no bairro, que é reflexo da sociabilidade atual.

A sociabilidade está se transformando através daquilo que alguns chamam de privatização da sociabilidade, que é a sociabilidade entre pessoas que constroem laços eletivos, que não são os que trabalham ou vivem em um mesmo lugar, que coincidem fisicamente. [...] Esta formação de redes pessoais é o que a Internet permite desenvolver mais fortemente.

Como consequência dessa situação, Corrêa (2004) afirma que ganha impulso a constituição de comunidades virtuais, cuja principal peculiaridade é o fato de surgir de forma espontânea, quando se estabelecem agrupamentos sociais com base em afinidades. O indivíduo não é obrigado a integrar determinada comunidade, a motivação é individual, é eletiva, subjetiva. Essa possibilidade de optar por traços de identificação é o que a diferencia do modelo tradicional de atribuição de identidades culturais, como o caso da identidade nacional, em que todo um povo era obrigado a aderir a determinados símbolos

---

<sup>27</sup> Em 1989, o pesquisador Tim Berners-Lee, do Centro Europeu de Pesquisas Nucleares, criou a *Web* que se transformou em um dos serviços mais usados na Internet. O objetivo do pesquisador era criar um sistema interno baseado em hipertexto, que disponibilizasse informações sobre as pesquisas realizadas no centro de forma organizada e prática (CORRÊA, 2004).

nacionais, como hino e bandeira, e a manter vínculos a lugares, datas comemorativas, histórias e a tradições específicas, por exemplo.

Na comunidade virtual, advoga Primo (1998), o indivíduo escolhe, elege qual comunidade quer fazer parte, sendo sua principal motivação, o seu interesse particular em um ou mais assuntos em que percebe uma identificação e encontra pessoas com quem possa compartilhar ideias e promover discussões públicas, uma vez que a interação mútua<sup>28</sup>, relação recíproca que ocorre entre as pessoas mediadas pelo computador, é fundamental para o estabelecimento e consolidação de comunidades virtuais. Nesse aspecto, Corrêa (2004) esclarece que o importante é o interesse em comum partilhado que transmite à comunidade o sentimento de pertencimento.

Para que o sentimento de comunhão se propague, Corrêa (2004) afirma que é necessário que haja compartilhamento de saberes, de conhecimento, de opiniões que podem até mesmo ser divergentes, uma vez que no interior da comunidade, os participantes podem e devem ter opiniões contraditórias e conflitantes, que é uma forma saudável de verificar o grau de tolerância entre seus membros. Além disso, a existência de ideias conflitantes pode resultar na elaboração de novos saberes, construídos a partir de debates e discussões.

Outro fator que diferencia as comunidades virtuais das comunidades tradicionais é exposto por Recuero (2009) como sendo a ausência de um território, de uma localização geográfica. A existência de uma base territorial fixa não é mais necessária, embora o ciberespaço apresente-se como um espaço público fundamental para a existência de comunidades virtuais.

Mais uma vez, Corrêa (2004) expõe a evidência de que a aproximação das pessoas no ambiente virtual se dá por meio da existência de traços comuns, pelo interesse em determinados assuntos, tanto que o participante escolhe qual grupo quer se inserir, podendo ainda fazer parte de quantas comunidades desejarem.

Lévy (2000) também destaca a característica da desterritorialização trazida pela virtualização, quando o espaço-tempo passa a ser vulgar contingente. Para o autor esta virtualidade que reestrutura as relações sociais, permite que as pessoas, através da rede, mantenham, à distância, a sua atividade familiar, de trabalho e da vida

---

<sup>28</sup> Primo (1998) define dois níveis de interação em ambientes virtuais: a mútua, que é fundamental para a constituição de comunidades virtuais, pois é a relação construída entre pessoas; e a interação reativa que é pré-determinada, como o *hiperlink* que é reativo, só leva a um lugar, a um *site* específico, interação homem-máquina.

cotidiana. Portanto, a nova lógica de sociabilidade, move-se através das comunidades virtuais, na qual as pessoas se organizam, por intermédio das novas possibilidades tecnológicas, em torno dos seus valores, afinidades, projetos e interesses específicos.

Estas comunidades virtuais que vão se formando, segundo Castells (2001) tem potencialidades ao fortalecerem movimentos sociais, que firam em torno de valores culturais, e que encontram na internet um meio de comunicação para atingirem os seus objetivos.

Nesse sentido, Lemos (2002) define as agregações eletrônicas de tipo comunitária ou, simplesmente, as chamadas comunidades virtuais como aquelas onde existe, por parte de seus membros, o sentimento expresso de uma afinidade subjetiva delimitada por um território simbólico, cujo compartilhamento de emoções e troca de experiências pessoais são fundamentais para a coesão do grupo.

Outro aspecto relevante para a formação de comunidades virtuais é a permanência temporal, para que os integrantes se sintam realmente parte de um agrupamento de tipo comunitário (LEMOS, 2002), ou seja, possam criar um laço social permanente e contínuo, porque, em caso contrário, a cada encontro se partiria do zero, de um momento inicial de apresentação. Isso não significa, porém, que as comunidades virtuais depois de iniciadas não aceitem novos membros, mas que os participantes devem manter entre si vínculos sociais.

Algumas comunidades virtuais, segundo Corrêa (2004), costumam promover encontros e eventos fora do ambiente virtual como uma maneira de reforçar o contato face-a-face, uma forma das pessoas se conhecerem pessoalmente, que, em última instância, complementaria a relação social mantida no ciberespaço.

### **2.5.3 Redes Sociais Virtuais: *Twitter* e *Facebook***

As redes sociais são consideradas como uma medida de política social que reconhece e incentiva a atuação das redes de solidariedade local no combate a pobreza e a exclusão social e na promoção do desenvolvimento local. As redes sociais são capazes de expressar ideias políticas e econômicas inovadoras com o surgimento de novos valores, pensamentos e atitudes. Esse segmento que proporciona a ampla informação a ser compartilhada por todos, sem canais reservados e fornecendo a formação de uma cultura de participação. As redes unem os indivíduos organizando-os de forma igualitária e democrática em relação aos objetivos que eles possuem em comum.

Dentre as redes sociais mais conhecidas optou-se por analisar apenas o *twitter* e o *facebook*, tendo em vista serem as redes preferidas pelas instituições, tanto econômicas como políticas.

O *twitter*<sup>29</sup> é um site popularmente denominado de um serviço de *microblogging*<sup>30</sup>. É construído enquanto *microblogging* porque permite que sejam escritos pequenos textos de até 140 caracteres a partir da pergunta “O que você está fazendo?”.

O *twitter* escreve Recuero (2009), é estruturado com seguidores e pessoas a seguir, onde cada *twitter* pode escolher quem deseja seguir e ser seguido por outros. Há também a possibilidade de enviar mensagens em modo privado para outros usuários. A janela particular de cada usuário contém, assim, todas as mensagens públicas emitidas por aqueles indivíduos a quem ele segue. Mensagens direcionadas também são possíveis, a partir do uso da “@” antes do nome do destinatário. Cada página particular pode ser personalizada pelo *twitter* através da construção de um pequeno perfil.

Segundo Recuero (2009), o *twitter*, foi fundado por Jack Dorsey, Biz Stone e Evan Williams em 2006, como um projeto da empresa Odeo. Uma das características mais importantes do sistema é que permite que sua API seja utilizada para a construção de ferramentas que utilizem o *twitter*. Isso fez da ferramenta extremamente popular, sendo utilizada em inúmeras iniciativas, como o Summize, ferramenta de busca no sistema que posteriormente foi adquirida pelo *twitter* e tornou-se sua busca “oficial”.

Uma vez criada a conta no *twitter*, é possível responder às perguntas do site: “o que está acontecendo?”. Como é permitido escrever mensagens de até 140 caracteres, é preciso ser objetivo. Porém, existe a liberdade para escrever o que quiser, desde fazer breves confissões sobre o cotidiano, até compartilhar poemas ou relatar, tal qual um repórter com câmera na mão, os fatos que testemunha em dado momento.

Já o *facebook* (originalmente, the facebook), segundo Recuero (2009) foi um sistema criado pelo americano Mark Zuckerberg enquanto este era aluno de Harvard. A ideia era focar em alunos que estavam saindo do secundário (*High School*, nos Estados Unidos) e aqueles que estavam entrando na universidade. Lançado em 2004, o

---

<sup>29</sup> Site: <http://www.twitter.com>

<sup>30</sup> Embora essa denominação seja usual, nem todos os autores concordam com ela. Apesar da estrutura semelhante aos blogs, essas ferramentas parecem ter apropriações completamente diferentes desses (RECUERO, 2009).

*facebook* é hoje um dos sistemas com maior base de usuários no mundo, não tão localizado quanto outros; como o Orkut.

O foco inicial do *facebook*, conforme Recuero (2009), era criar uma rede de contatos em um momento crucial da vida de um jovem universitário: o momento em que sai da escola e vai para a universidade, o que, nos Estados Unidos, quase sempre representa uma mudança de cidade e um espectro novo de relações sociais. O sistema, no entanto, era focado em escolas e colégios e, para entrar na rede, era preciso ser membro de alguma das instituições reconhecidas. Começou apenas disponível para os alunos de Harvard (2004), posteriormente sendo aberto para escolas secundárias (2005).

Segundo Recuero (2009) o *facebook* funciona através de perfis e comunidades. Em cada perfil é possível acrescentar módulos de aplicativos (jogos, ferramentas, etc.). O sistema é muitas vezes percebido como mais privado que outros sites de redes sociais, pois apenas usuários que fazem parte da mesma rede podem ver o perfil uns dos outros. Outra inovação significativa do *facebook* foi o fato de permitir que usuários pudessem criar aplicativos para o sistema. O uso de aplicativos é hoje uma das formas de personalizar um pouco mais os perfis.

Enfim o *facebook* é uma rede social. É um site onde cada pessoa pode ter o seu perfil, ou seja, os seus dados pessoais, as suas fotos, vídeos, links, notas etc. Os membros desta rede social interagem entre si, visitando os perfis, fazendo amigos, estabelecendo contatos, deixando comentários, enviando mensagens entre si, estimulando a comunicação e a troca de informações.

## 2.6 SOCIEDADE DOS MEIOS, CULTURA MIDIÁTICA E SOCIEDADE EM REDE

A centralidade que a esfera midiática assume na vida cotidiana e nas relações sociais vem sendo discutida como uma importante reconfiguração com implicações de diversas ordens, inclusive nas relações de tempo e espaço e nas vivências identitárias. As mídias penetram todas as instâncias da vida social, estão no foco das discussões sobre globalização, mundialização da cultura e aceleração dos fluxos informacionais, sendo apontadas como protagonistas de mudanças nas interações sociais e nas formas de reconhecimento.

Verón (1997) chama a atenção para a dimensão coletiva da mídia ao considerá-la a partir do acesso, por uma pluralidade de indivíduos, das mensagens produzidas e postas em circulação. Segundo o autor, um

meio de comunicação social é um dispositivo tecnológico de produção e reprodução de mensagens associado a determinadas condições de produção e a certas modalidades (ou práticas) de recepção dessas mensagens, em que os contextos se tornam imprescindíveis no estudo da comunicação midiática.

Silverstone (2002, p. 12) refere-se à textura da experiência através da mídia como impossibilidade de escapar à sua presença e à sua representação quando sintetiza que “passamos a depender da mídia, tanto impressa como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e, também, de quando em quando, para as intensidades da experiência”.

Mata (1999) destaca que a mídia, como instituição geradora de sentidos e dinamizadora de relações sociais, passa a ocupar espaços e a assumir funções antes pertencentes a outras instituições (política, educação, justiça, etc.). Os meios alcançam aonde a interação pessoal e a influência institucional não chegam, gestando uma cultura midiática que se constituiria por um novo modo de desenho as interações e por uma nova forma de estruturação das práticas sociais marcada pela existência dos meios. A midiatização da experiência configuraria outra circunscrição político-epistemológica da ação humana, em que os meios e tecnologias da informação e comunicação (TICs) se constituiriam em garantias da possibilidade de ser e atuar dos indivíduos.

A noção sobre o que se entende por rede, definida genericamente como um conjunto de nós interconectados, caracterizada pela flexibilidade e adaptabilidade, supõe concebê-la como produto da intervenção e interação humanas sobre a materialidade tecnológica.

Como lembra Castells (2003, p.8), a formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes redimensionaram-se a partir de três processos alavancados nas últimas décadas do século XX,

[...] as exigências da economia por flexibilidade administrativa e por globalização do capital, da produção e do comércio; as demandas da sociedade, em que os valores da liberdade individual e da comunicação aberta tornaram-se supremos; e os avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações possibilitados pela revolução microeletrônica.

A compreensão da interconexão dos mercados, das sociedades e das tecnologias é compartilhada por pesquisadores que destacam uma reconfiguração da sociedade contemporânea a partir de uma dinâmica de interações não hierárquicas, flexíveis e interdependentes. Como refere Molina (2004), a emergência do debate a respeito das redes está associada a uma sensação de interconexão que acompanha as relações contemporâneas e que não é somente próprio das redes, senão um fenômeno amplamente difundido.

Para Castells (2001), as redes configuram as lógicas da organização social contemporânea, caracterizando-se pela geração, processamento e transmissão da informação como fontes fundamentais de produtividade e poder. Os aspectos essenciais da constituição dessa organização social condicionam ou impactam de alguma forma dimensões tão diversas quanto a economia, o conhecimento, o poder, a comunicação e tecnologia, sugerindo que a sociedade em rede seria a estrutura social dominante do planeta.

Castells (2001) pensa a sociedade em rede em uma abrangência transversal, a partir da análise de aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais, ao mesmo tempo em que reconhece que a lógica de rede, embora assuma uma dimensão global, não substitui outras estruturas sociais, mais centralizadas e hierárquicas. A dinâmica não seria de substituição imediata, mas de convivência e adaptação.

Lozares (1996) fala das redes sociais como conjuntos de atores (indivíduos, grupos, organizações, comunidades) vinculados através de um conjunto de relações sociais. Em formulação similar, García (2008) trata das redes como formas de interação social, espaços de convivência e conectividade, que se definem fundamentalmente por intercâmbios dinâmicos entre os sujeitos que as formam. Assim, as redes constituem organizações sociais que permitem a potencialização de recursos e a contribuição para a resolução de problemas a partir de uma lógica de organização da sociedade em sua heterogeneidade, mediante a estruturação de vínculos entre grupos com interesses e preocupações comuns.

Cogo e Brignol (2010) partem do entendimento das redes como estratégias de interações sociais, espaços de intercâmbios flexíveis, dinâmicos e em constante movimento, que não deixam de comportar relações de poder expressas nas disputas, hierarquias e assimetrias que constituem a esfera da comunicação e da cultura. As redes manifestam uma forma de estar junto, de conectar-se e formar laços, ao mesmo tempo em que podem implicar em um modo de participação social cuja



dinâmica conduza ou não a mudanças concretas na vida dos sujeitos ou das organizações.

Entendem, ainda, Cogo e Brignol (2010) que as redes sociais configuram interações entre sujeitos, podendo apresentar-se como redes informais, configuradas por demandas subjetivas, ou podem ser organizadas formal ou institucionalmente a partir da atuação coletiva de grupos com poder de liderança, podendo, ainda, serem híbridas entre as duas configurações. Além disso, as redes contam, para sua organização e funcionamento, com a mediação das tecnologias da informação e da comunicação, especialmente a internet, ao mesmo tempo em que são dinamizadas por espécies de ‘teias invisíveis’, formadas por interações entre sujeitos não mediadas pelas tecnologias. O papel que as redes ocupam no modo de organização das relações sociais contemporâneas certamente traz consequências para a própria configuração e usos das mídias, com destaque para a internet.

Uma das faces da internet é a de um ambiente de relacionamento, que parte da ideia de que o usuário estabelece uma relação de diversos níveis de marcação de sua presença na internet. Para Fischer (2008, p. 43-44) “O que percebemos é que, com a própria evolução da web, esta vai também potencializando que o indivíduo apresente-se, identifique-se, personalize suas ações e, na medida em que o faz, parece de alguma forma ingressar; estar em relação dentro da rede das redes”. São considerados os softwares de conversação ou mensageiros, uso do e-mail, salas de bate papo ou chats, sites de redes sociais ou sites de relacionamento, como *Orkut*, *Facebook*, e *MySpace*, que se caracterizam pela criação de um perfil, criação e visitação de listas de contatos com outros usuários com os quais é possível interagir.

Nessa perspectiva, como produto e como parte da cultura contemporânea, Cogo e Brignol (2010) partem do pressuposto em que a internet é pensada, a partir de sua lógica de redes, em sua possibilidade de estabelecer conexões e dinamizar as interações sociais entre os sujeitos que a apropriam. Entretanto, paralelamente a esse movimento, observa-se que há uma multiplicação das possibilidades de produção, com a proliferação de sites pessoais, *weblogs* e sites com temáticas específicas na web, fazendo vislumbrar espaços de experimentação comunicativa por aqueles que disponham de acesso à internet com a oportunidade de publicação de conteúdo e geração de intercâmbios e sociabilidades.

Destaca-se, neste contexto, o desenvolvimento de sites que ampliam as possibilidades interativas a partir do aproveitamento da dinâmica do site de redes sociais com a inserção, personalização e

compartilhamento de conteúdo produzido ou selecionado por seus usuários, dinâmica ligada ao que se chama *web 2.0*, com a ampliação das potencialidades colaborativas da *web*.

## 2.7 INTERNET: A GERAÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO ANTROPOLÓGICO

A comunicação através das redes gerou a possibilidade de criação e desenvolvimento de um novo espaço público, ou como define Silva (1999, p. 62) uma Nova Ágora que apresenta como característica fundamental o fato de ser um fórum híbrido, em que “o sujeito vive a possibilidade de ambivalência entre o local e o global, entre o eu e o anonimato, entre o eu e o outro do pseudônimo, entre a pertença e o desenraizamento, entre o ser produtor e consumidor de conhecimentos à escala global, entre a nacionalidade e o cosmopolitismo, etc.”.

A Internet, segundo Silva (2011) é simultaneamente real e virtual (representacional), informação e contexto de interação, espaço (*site*) e tempo, mas que altera as próprias coordenadas espaços-temporais, compactando-as, ou seja, o espaço e o tempo na rede existem na medida em que são construções sociais partilhadas. Esta construção é estruturada pelos laços e valores sociopolíticos, estéticos e éticos que tipificam este novo espaço antropológico.

Este espaço, segundo Silva (2011), o mundo virtual ou mundo mediatizado, é um suporte aos processos cognitivos, sociais e afetivos, os quais efetuam a transmutação da rede de tecnologia eletrônica e telecomunicações em espaço social povoado por seres que (re)constróem as suas identidades e os seus laços sociais nesse novo contexto comunicacional. Geram uma teia de novas sociabilidades que suscitam novos valores. Estes novos valores, por sua vez, reforçam as novas sociabilidades. Esta dialética é geradora de novas práticas culturais.

Trata-se de um novo tipo de organização sócio técnica que, segundo Rheingold (1996), facilita a mobilidade no e do conhecimento, as trocas de saberes, a construção coletiva do sentido, em que a identidade sofre uma expansão do eu baseada na diluição da corporeidade, ou seja, o que se perde em corpo ganha-se em rapidez e capacidade de disseminar o eu no espaço-tempo. Assiste-se, assim, a uma aceleração do metabolismo social. Geram-se as chamadas comunidades virtuais que, conforme Soares (1999) se sustentam na partilha intelectual e na convergência da pluralidade e riqueza dos conhecimentos que emanam dos sujeitos.

Nestes novos espaços sociais, expõe Lévy (2000), geram-se novas solidariedades, novos excluídos, novos mecanismos de participação, novas formas de democracia, de negociação, de decisão, de cooperação, de afetividade, de intimidade, de sociabilidade que potenciam a emergência de sujeitos coletivos ou de inteligências coletivas conectivas.

Aparentemente, afirma Silva (2011) a comunicação no espaço público tradicional está doente, as pessoas queixam-se da falta de comunicação entre os elementos da família e da comunidade, vive-se num regime de solidão organizada no qual a comunicação e as trocas simbólicas parecem estar enfraquecidas e, com elas, a ideia de comunidade também se encontra bastante fragilizada.

Talvez até a ideia de comunidade, segundo Silva (2011) não esteja enfraquecida e apenas passa por uma fase transitória em que essa ideia, e respectivo sentimento associado, estejam sofrendo um processo de metamorfose. E nessa metamorfose coabitem modos tradicionais de comunidades e novas formas emergentes do cenário tecnológico da comunicação. É neste cenário que as trocas simbólicas no âmbito dos serviços em rede parecem recriar a comunicação onde ela parece estar moribunda, ou seja, a nível interpessoal e em nível da geração de laços sociais potenciadores do surgimento do sentimento de comunidade.

Soares (1999) afirma que as comunidades virtuais são feitas de pessoas e do que elas realmente querem; daquilo que realmente lhes interessa, sem constrangimentos prévios ou póstumos. As novas tecnologias dão a cada um, poder sem precedentes de construir o próprio mundo de referência, de encontrar as pessoas que realmente interessam, estejam onde estiverem; de aprender e ensinar sobre aquilo que realmente querem que faça parte da vida.

A informática, enquanto suporte de comunicação, permitiu ampliar o leque de linguagens, a escrita deixou de ser a única linguagem, para se passar a construir uma orquestra semiótica mais vasta que engloba imagem, som, movimento, simulação, etc. permitindo gerar ambientes infocomunicacionais alternativos que estão ao serviço da virtualização.

Para Silva (2011) a Internet passa a ser concebida pelos seus utilizadores como espaço de pesquisa de informação, de encontro e de partilha, ou seja, a Internet gera uma espacialidade inteiramente abstrata que é reforçada pelas metáforas de navegação e de *site* (lugar). Gera-se uma proximidade que nada tem a ver com a proximidade geográfica, mas sim com a proximidade representacional que promove a ideia de comunidade.

A Internet é um espaço no qual o público e o privado, o local e o global, o material e o virtual coabitam, o que conduz à geração de novas sociabilidades e reorganização das sociabilidades tradicionais. A Internet tem uma forma de existência própria, fruto da possibilidade de fusão do audiovisual, das telecomunicações e da informática o que lhe dá a especificidade baseada na convergência e na interoperabilidade, envolvendo novas linguagens, novos comportamentos e novos simbolismos.

No contexto mediático em que se vive, os *media* têm grande importância na expansão do saber, daí que se possam falar de tecnologias da inteligência (LÉVY, 2000). Assiste-se assim a um processo intensivo de mediação dos conhecimentos através dos *media*, mas também dos museus, das exposições, dos livros, dos CD-ROM e da Internet.

Todos os saberes assim adquiridos são saberes informais, mas é a partir deles que a maior parte dos cidadãos pensa e toma decisões. Logo, depara-se com uma cultura mediática e de mosaico porque é a partir dos fragmentos mediatizados que se forma uma representação da realidade social em que se está inserido.

Lévy (2000) defende que as redes e serviços telemáticos permitem gerar uma nova era, um novo espaço que é designado por Espaço do Saber<sup>31</sup>, baseado na convergência das inteligências, o que permitirá segundo o autor gerar uma inteligência coletiva.

O saber partilhado e mutuamente construído, suportado nas redes, é o ingrediente de gestação de um novo espaço antropológico, que é o espaço do saber. É segundo Lévy (2000) um sistema de proximidade (espaço) próprio do mundo humano (antropológico) e, portanto, dependente das técnicas, dos significados, da linguagem, da cultura, das convenções, das representações e das emoções humanas.

Mas então, por que chamar “Espaço do saber” ao novo horizonte da civilização? Segundo Lévy (2000) a novidade, neste domínio, é pelo menos tripla, está relacionada com a velocidade de evolução dos saberes, com a massa das pessoas chamadas a adquirir e a produzir novos conhecimentos e, por fim, com o aparecimento de novos instrumentos (os do ciberespaço) capazes de fazer surgir, no nevoeiro da

---

<sup>31</sup> Segundo Lévy (2000, p. 176) Espaço do Saber é o plano de composição, de recomposição, de comunicação, de singularização e de impulsionamento processual dos pensamentos. Cenário de dissolução das separações, o Espaço do saber é habitado, animado por intelectos coletivos - imaginários coletivos - em reconfiguração dinâmica permanente.

informação, paisagens inéditas e distintas, identidades singulares, próprias deste espaço, novas figuras sócio-históricas.

A tecnologia propõe mudanças, mas é a sociedade que vai fazer uso dessas tecnologias que decidirá ou não pela mudança, logo, não se deve ter uma expectativa demasiado elevada quanto à mudança porque a velocidade da mudança social é substancialmente mais lenta que a mudança tecnológica. A mudança social não acontece, constrói-se.

Como foi visto o homem é um ser social e costuma criar redes sociais nas quais busca reunir-se com seus semelhantes em torno de ideias ou objetivos em comum. Com as novas tecnologias de informação e comunicação, mas precisamente com a introdução da internet foi possível a organização destas redes sociais através do computador. Uma realidade virtual que aproxima cidadãos, que possibilita a discussão de temas diversos, a troca de informações e experiências.

Entretanto, a dúvida persiste, em saber se essas redes sociais virtuais serão capazes de aproximar o cidadão com o tema político. Em fazer com que esse mesmo cidadão participe ativamente das discussões e da tomada de decisão política. Isso é que será estudado no próximo capítulo; o desenvolvimento da ciberdemocracia e a inserção política através das redes sociais, a despeito dos grandes entraves ainda enfrentados pela exclusão digital e social.



### 3 REDES SOCIAIS, INTERAÇÃO E CIBERDEMOCRACIA

Com a revolução tecnológica e a inserção das novas tecnologias de comunicação e informação (TICs) ao cotidiano de milhares de pessoas, a troca de informações ficou mais fácil e, a partir do desenvolvimento da web 2.0, com a disseminação das redes sociais, praticamente todas as áreas de envolvimento humano foram atingidas.

Através das redes sociais virtuais, os cidadãos passaram a formar grupos de discussão a partir de interesses em comum. Nesse sentido, o campo da política também acabou sendo atingido pelos debates online. Essa realidade virtual possibilita a aproximação dos cidadãos e facilita a discussão de temas que dizem respeito ao interesse geral.

A partir deste capítulo será feita uma abordagem da ciberdemocracia e as possibilidades que começam a surgir com a criação deste espaço virtual de debate democrático. Também será feito um relato do que se entende por governo eletrônico e como avançar para um governo aberto em que a população possa participar efetivamente das decisões políticas.

Apesar do grande número de excluídos digitais, muitos programas estão sendo desenvolvidos para que as pessoas tenham acesso ao mundo virtual e possam efetivamente participar e sentirem-se incluídas digital e socialmente.

Também será demonstrado que o uso de redes sociais já é feito por um número expressivo de pessoas, inclusive por aqueles que fazem parte do setor político.

#### 3.1 EM BUSCA DE NOVAS FORMAS DEMOCRÁTICAS

Uma vez constatada a crise da democracia representativa, vários são os caminhos para sua reestruturação. Mezzaroba (2003) propõe a superação dessa crise a partir da Democracia de partidos ou Estado de Partidos.

Segundo essa teoria, a vontade estatal passaria a ser construída no interior dos partidos políticos, ficando o órgão de representação, no caso o Legislativo, relegado a segundo plano. Com isso as discussões seriam realizadas no interior dos partidos e as eleições passariam a funcionar como plebiscitos, através dos quais os eleitores confirmariam sua confiança ao partido e não a determinadas pessoas. “O princípio básico do Estado de partidos é o de proporcionar, na medida do possível, que cada partido se preocupe em tornar hegemônicas suas ideias e

concepção de mundo, tendo sempre por base, por sua vez, os princípios da democracia e da disciplina intrapartidária” (MEZZAROBÀ, 2003, p.34).

Para Jacobi (2000) a democracia também deveria possuir um grau mais elevado de participação. Essa seria possível a partir de uma descentralização do poder e, conseqüentemente, da tomada de decisões. Isso porque a centralização distancia os cidadãos dos centros decisórios, desprestigiando a representação e ocasionando o tratamento benéfico a determinados grupos devido à burocracia existente.

A descentralização democrática continua Jacobi (2000), auxiliaria no desenvolvimento de uma cidadania participativa a ser exercitada em âmbito local, ou seja, nos municípios. Com a descentralização seriam produzidas relações mais estreitas entre o poder central e o local, criando e desenvolvendo uma maior aproximação da sociedade civil e das esferas político-administrativas. Além disso, o poder central estaria mais protegido com a descentralização, uma vez que muitas das responsabilidades seriam repassadas para o governo local, isentando-o das omissões ou das condutas que desagradem o povo.

A descentralização democrática desenvolve uma pluralidade de formas de participação, entre elas, Wolkmer (1997, p. 228) destaca:

[...] movimentos sociais, associações voluntárias em geral, corpos intermediários, comitês de fábricas, conselhos comunitários e municipais, juntas distritais, comunidades religiosas de base, órgãos colegiados e instituições culturais, etc. É nessa nova forma de se fazer política que se institui a cidadania coletiva. Uma cidadania que nasce com a participação democrática dos diversos setores da sociedade na tomada de decisões e na solução dos problemas pela descentralização de competências, recursos e riquezas e pela criação de mecanismos de controle sobre o Estado.

Para que a descentralização democrática e a cidadania comunitária desenvolvam-se de forma plena Bonat (2004) afirma que se faz necessário a existência de organizações populares presentes em nível local e que os cargos políticos sejam preenchidos por partidos políticos e pessoas favoráveis a esse processo.

A busca por novos mecanismos de participação torna-se mais concreta quando próxima aos acontecimentos cotidianos. Contudo,



afirma Bonat (2004) ela é um processo a ser desenvolvido em diversos âmbitos e promovendo discussões sobre sua viabilidade e possibilidade em determinado país e momento histórico.

A reestruturação da democracia representativa a partir de novos mecanismos de participação é o grande desafio que se coloca aos estudiosos contemporâneos. A busca por novas formas de inclusão do povo no processo decisório de um país, fornecendo-lhe outros instrumentos de participação, diferentes do direito ao voto existente em um processo eleitoral é o ponto inicial de um longo caminho a ser percorrido.

### **3.1.1 A opção pela Ciberdemocracia**

Com o surgimento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação, mais destacadamente a internet, aumenta a discussão sobre a revitalização da democracia. Entre as possibilidades presentes encontra-se a ciberdemocracia, democracia online ou democracia digital que, apesar das nomenclaturas diversas, o sentido é o mesmo, qual seja a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação para a revitalização da democracia. Neste texto, entretanto, optou-se pelo termo ciberdemocracia.

A ciberdemocracia pode ser definida como “uma espécie de aprofundamento e de generalização [...], de uma diversidade livre em espaços abertos de comunicação e de cooperação” (LÉVY, 2003, p. 31). Seguindo os pressupostos básicos da democracia que busca garantir a ideia de liberdade e da vontade coletiva, o ciberespaço se apresenta como importante ferramenta que busca garantir o espaço democrático de liberdade de expressão e de opinião. Esta conjugação de interesses entre democracia e ciberespaço, na opinião de Mezzaroba (2010), pode possibilitar o surgimento de novos espaços de autocriação em todas as áreas do conhecimento, bem como a ampliação da perspectiva de construção de modelos de governança que estejam cada vez mais afinadas com os princípios democráticos.

Para Mezzaroba (2010) com o surgimento do ciberespaço ampliou-se o significado da expressão liberdade, tanto no plano individual como no coletivo, por sua vez as comunicações e a interdependência entre as pessoas ficaram mais amplas e acessíveis. Os indivíduos, passaram a dispor de tecnologias sofisticadas e ágeis para exporem suas ideias e se comunicarem com o mundo virtual. Essa troca de informações no mundo globalizado possibilitou que se formassem

infinitas comunidades virtuais que passaram a interagir de acordo com suas afinidades de pensamento e sonhos de mundo.

De fato, Lévy (2003, p. 135) afirma que “o menor acontecimento é filmado, retransmitido em todos os continentes, comentados por especialistas e políticos, de todas as nacionalidades, que se citam uns aos outros ou se contradizem. A opinião pública torna-se cada vez mais global”.

O fenômeno mais notável se dá na produção descentralizada de informações e movimentos sociais, traduzidos nos milhares de *blogs*<sup>32</sup>, *smart mobs*<sup>33</sup> e sistemas de gerenciamento de conteúdos que interligam grupos e trocam informações em todo o planeta, muitas vezes impondo aos meios de comunicação de massa (rádio, TVs e jornais) notícias advindas dos *blogs*.

Obviamente, diz Lévy (2003, p. 136), que a opinião pública global, não significa um consenso planetário, muito pelo contrário. A opinião pública está, por definição, “dividida entre os ‘pró’ e os ‘contra’, os partidários e os oponentes. A sua dinâmica conflitual é que faz dela uma opinião pública viva”.

Segundo Lopes e Freire (2010) a possibilidade de se internacionalizar a informação e discuti-la, democraticamente, talvez seja a grande novidade trazida pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Tal novidade reside na possibilidade de se reunirem e se organizarem, em escala planetária e em tempo real, os movimentos de oposição e organizações ativistas, o que geraria uma “Cidadania Democrática Mundial”.

Cruz (2009) entende a internacionalização da Democracia e, a partir dela, a internacionalização do Estado a partir de uma nova construção político-jurídica. O Estado Constitucional Moderno construído teoricamente para existir soberano no seu interior e para se relacionar conflitivamente com o seu exterior deve sair de cena, ser

---

<sup>32</sup> Segundo Ganhão (2004), o Blog é uma abreviatura simpática que os internautas criaram para o termo inglês “weblog”. Trata-se de uma página web atualizada frequentemente, composta por pequenos parágrafos apresentados de forma cronológica. É como uma página de notícias ou um jornal que segue uma linha de tempo com um fato após o outro. O conteúdo e tema dos blogs abrangem uma infinidade de assuntos que vão desde diários, notícias até assuntos relacionadas a Educação. É um laboratório de escrita criativa e colaborativa on-line cujo objetivo principal é oferecer a comunidade de leitores e escritores trocar experiências e saberes através da interação dos diversos participantes.

<sup>33</sup> Para Rheingold (2002) *smart mobs* são mobilizações constituídas por pessoas que são capazes de agirem juntas mesmo sem se conhecer. As pessoas que participam dos *smart mobs* cooperam de maneira inédita porque dispõem de aparatos com capacidade de comunicação como de computação.

substituído por um Estado que, ao que tudo indica, será o mediador das relações políticas, sociais e econômicas locais e regionais com aquelas globalizadas, ou mundializadas.

Assim, a internacionalização da democracia deve ser entendida com um processo de flexibilização e facilitação dos atos organizacionais, ou seja, uma passagem de um internacionalismo pesado, burocrático e organizacional para um comunicacional e facilitador do processo de inclusão e participação cidadã na construção da nova fase da democracia. Na verdade, Lévy (2003, p. 123-124) afirma que esta espantosa disponibilidade das informações, de toda a espécie, respeitantes à vida política, assim como o frequentar de fóruns de discussão civilizados e bem organizados, tornam o debate político cada vez mais ‘transparente’ e preparam uma nova era do diálogo político que conduz a democracia a um estágio superior: a ciberdemocracia.

A ciberdemocracia encontra-se, no maior acesso à informação governamental e a interação entre o Estado e sociedade civil, através dos meios eletrônicos.

Para Lopes e Freire (2010) a passagem de uma democracia representativa para uma democracia mais participativa por parte do cidadão a partir dos meios digitais não significa o fim do Estado, como Poder Público, nem o surgimento de uma nova democracia, ao contrário, com o surgimento da ciberdemocracia, o Estado torna a administração pública mais democrática e transparente para o cidadão. De fato, a criação de espaços virtuais, em escala planetária, como as cidades digitais<sup>34</sup>, que renovam as formas de deliberação e do debate público só fazem aperfeiçoar a democracia local.

A ciberdemocracia, a democracia econômica, a democracia ecológica devem ser vistas como alternativas de uma Cidadania Democrática Mundial (CRUZ, 2009). Todavia, Lévy (2003, p. 149) afirma que este desafio abre caminho à “cidade universal da civilização do computador”, o que conduziria “a uma lei planetária, uma ciberdemocracia altamente participativa ligada ao novo espaço público da rede”.

Nesse espaço comunicacional, uma maior abertura e horizontalidade nas relações entre a administração pública e cidadãos, os quais passam a habitar um mesmo plano simbólico-virtual. Nesse plano, a transparência na informação ganha um sentido bastante singular, pois

---

<sup>34</sup> Para saber mais sobre as cidades digitais acesse <http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/index.php>.

se trata de um acesso massivo, desterritorializado e, até certo ponto, impessoal. Isto é, não se precisa compartilhar de um mesmo território, de uma mesma nação, ou de alguma espécie de sentimento comum para ter-se acesso livre às informações disponibilizadas na rede. Lévy (2003, p. 174-175) diz que:

É tendo em mente os novos avanços da emancipação humana que devemos tentar pensar, não ‘o fim do Estado’, mas ‘outro Estado’, um que admita plenamente os seus outros, um que emerja da sociedade, embora esteja ao seu serviço, em vez de estar sobranceira a ela, como se transcendência autoritária e burocrática. Podemos apostar que, no futuro, o Estado, que já assumiu tanta forma (teocracia faraônica, império do meio, democracia ateniense, república romana, monarquia européia, califado, Estado-nação, fascismo, soviétismo, Estado islâmico, federalismo, Estados Unidos, união Européia...), continuará a metamorfosear-se.

O governo democrático global não elimina o Estado e sua soberania. Neste sentido, Lévy (2003), ensina que uma das grandes mutações e uma das maiores esperanças da ciberdemocracia reside na perspectiva de uma lei, de uma justiça e de um governo planetário, capazes de regular a economia mundial, preservar o ecossistema terrestre e garantir a liberdade ao mesmo tempo em que se esforça no sentido de reduzir a miséria e as injustiças.

Assim, cabe à sociedade lutar por sua reestruturação e, por conseguinte, pela reestruturação do regime democrático. Para tanto, a recriação de espaços públicos através da ciberdemocracia mostra-se como um caminho viável a ser trilhado, em que o ciberespaço possa ser utilizado como meio de divulgação de informações, inclusive governamentais, e de discussão destas, tornando-se um espaço que acompanha o desenvolvimento de um sujeito ativo.

### **3.1.2 Ciberdemocracia: novos rumos da democracia**

Com o advento das novas tecnologias da informação e comunicação, sobretudo com a internet e o desenvolvimento do governo eletrônico, surge à necessidade da criação de novos institutos democráticos e sua adaptação aos novos tempos. Entre os novos

conceitos gerados pelo novo espaço virtual, a ciberdemocracia merece destaque e deve ser compreendida em todas as suas dimensões; tanto tecnológicas como sociológicas e políticas. A ciberdemocracia deve ser observada a partir da emergência da internet e da participação do cidadão na política mediante o uso das novas tecnologias.

O que interessa diz Lopes e Freire (2010) no que concerne à ciberdemocracia é o fortalecimento da relação entre o Estado e o Cidadão, visto que o princípio basilar da ciberdemocracia está na possibilidade de ampliar, significativamente, a participação popular efetiva nas decisões governamentais.

Um dos desafios impostos ao novo modelo de sociedade é a democratização da informação, com o fim de gerar um processo de aprendizagem coletivo e, com isso, a possibilidade de uma maior participação cidadã nos mecanismos de deliberativos. Para Cruz (2009, p. 13):

A “ciberdemocracia” poderia ser experimentada e outras formas de participação e mecanismos representativos poderiam ser propostos. Atualmente é muito fácil organizar consultas rápidas à população sobre temas de interesse imediato e que requeiram um pronunciamento de relativa urgência. Plebiscitos e referendos não teriam porque serem casos excepcionais na vida social e política. Ao menos tecnologicamente já não há mais desculpas.

Os extraordinários avanços tecnológicos dos últimos anos vêm transformando significativamente o panorama das modernas sociedades democráticas. Segundo Lopes e Freire (2010) estas transformações afetam não somente o modo substancial das relações sociais, mas também o funcionamento das atuais instituições e estruturas políticas. Neste sentido, a ciberdemocracia consiste na criação de processos e mecanismo de discussão, visando o convencimento mútuo, a partir do diálogo entre o Cidadão e o Estado, para se chegar a uma política de decisões, na qual a participação popular se torna mais real em termos práticos.

Fazendo-se uma comparação às democracias de civilizações clássicas, como a Grécia antiga, a internet é, hoje, a praça pública, onde todos estão conectados, permitindo que a política contemporânea acompanhe de forma sadia a velocidade da informação e as mudanças dos processos sociais.

Consequentemente, “podemos dizer que quem não estiver conectado a essa rede mundial fica fora da vida social, econômica, científica, que desenrola em tempo real através dos caminhos da Internet” (ROVER, 2004, p.29).

É importante ressaltar, segundo Lopes e Freire (2010) que a falta de acesso à informação impede o pleno exercício da cidadania, pois a cidadania somente pode ser exercida de forma plena se for assegurado ao cidadão o acesso às novas tecnologias e à informação democrática e instantânea que no presente momento somente existe no ciberespaço.

Para Lopes e Freire (2010) um aspecto importante, a se destacar quando o assunto é ciberdemocracia, é a questão do espaço, que não pode mais ser pensado somente em parâmetros locais, mas em âmbito transnacional, mundial. A seara da ciberdemocracia é sempre mais ampla que a da democracia local. Com efeito, a ciberdemocracia é indissociável da nova forma de Estado, capaz de aplicar uma governança adaptada à civilização planetária.

Assim, o modelo da ciberdemocracia revolucionou radicalmente os espaços convencionais da comunicação: comunica-se instantaneamente a partir de qualquer ponto do planeta em qualquer situação.

Este novo modelo de sociedade desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico, no qual a informação deve ser vista como meio de criação de conhecimento e qualidade de vida para os cidadãos. De acordo com Lopes e Freire (2010) os cidadãos passam a interagir como agente participante e construtor desta nova fase da democracia, que por sua vez, não implica o fim do Estado, mas institui um novo espaço caracterizado pelo acesso amplo a comunicação, fluxos e trocas de experiências e informações, propícias a formação de uma opinião pública, em escalas locais e/ou planetárias.

A sociedade não é um elemento estático, muito pelo contrário, ela está em uma constante transformação, e como tal, a sociedade contemporânea encontra-se inserida neste processo de mudanças nas quais as tecnologias da informação e comunicação são as principais responsáveis pelo modelo atual de sociedade.

### **3.1.3 Participação popular: ciberdemocracia como alternativa**

A participação através de meios eletrônicos não pressupõe, necessariamente, uma democracia ideal, mas se propõe a auxiliar sua construção.

De maneira ampla, afirma Sampaio (2010) a internet oferece acesso universal, o que pode redefinir a cidadania. É o primeiro meio mundial através do qual as pessoas podem se comunicar direta e rapidamente, podendo formar comunidades políticas diversas independentes da nação. Por sua forma não hierárquica e com poucos filtros ou controles, a internet também age contra o autoritarismo, o que fortalece os direitos humanos e a própria democracia.

Neste sentido a internet permite um acesso mais rápido e eficiente ao conhecimento, possibilitando “novas práticas de intercâmbio de informações, conceitos e abordagens” (FREY, 2001, p. 36), ou seja, um acesso livre a uma gama gigantesca de informações. O que, potencialmente, facilitaria a geração de cidadãos mais bem informados e capacitados para se inserirem no processo político.

Conforme explanação de Freire e Sales (2009) as transformações no mercado, nas relações pessoais, nas comunicações e nos deslocamentos, na formação e na constante atualização de conhecimentos são marcadas pelo uso onipresente das novas tecnologias, que mediam as relações sociais, bancárias, comerciais e afetivas. Mais presentes e palpáveis que as transformações políticas, as transformações nas sociabilidades e comportamentos se sobressaem. Entretanto é fato que as tecnologias alteram o fazer político.

A verdadeira democracia eletrônica, conforme Mezzaroba (2010) deve se fundamentar no pressuposto elementar: disponibilizar instrumentos para que o indivíduo possa atuar de forma orgânica, consciente e organizada. O pressuposto básico é de que os cidadãos devem participar ativa e efetivamente na formação das decisões governamentais e na busca de soluções de seus próprios problemas.

Participar é uma forma de exercer direitos políticos e sociais garantidos pela Constituição. Especificamente, a participação política caracteriza-se pelas ações coletivas ou individuais, de apoio ou de pressão, que são direcionadas a selecionar governos e a influenciar as decisões tomadas por eles. Trata-se de uma participação ativa dos cidadãos nos processos políticos, sociais e comunitários.

Thiago Nogueira (2011) diante das discussões quanto aos modelos de participação, aponta para uma diferenciação entre participar e interagir. Segundo ele “nas mídias sociais têm-se escutado cada vez mais o termo ‘interação’ no momento de construir uma campanha ou procurar engajar o público em um movimento específico. O que muitas pessoas não sabem, é que existe certa diferença entre os termos ‘interação’ e ‘participação’”.

Quando falamos de interação, não estamos falando de apenas dar voz ao público, para que eles possam dar suas opiniões e falar sobre determinado assunto. Ao mudar a perspectiva de participação para interação, um conjunto de fatores deve ser modificado também. Primeiro: o que é participação? Ao permitir que alguém comente em seu blog você está permitindo que as pessoas participem da discussão. Entretanto, quando você permite que alguém altere o seu post no blog, aí a coisa é diferente. Podemos dizer que um blog é participativo, enquanto a Wikipédia é interativa. Ao participar, o usuário só pode fazer coisas dentro de uma série de restrições que o impedem de modificar o todo. Ao permitir a interação, o usuário tem controle total das modificações na área (NOGUEIRA, 2011, p. 01).

Nesse sentido, interação é, portanto, muito mais profundo que participação. Assim, com o desenvolvimento da ciberdemocracia, a inserção passa a ser o objetivo para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária, em que os cidadãos estejam realmente engajados nas questões políticas.

Seguindo a mesma linha Mezzaroba (2010) expõe que não basta o cidadão ser informado dos atos de governo. As decisões governamentais devem sempre se apresentar como extensão da soberania popular, jamais como decisões unilaterais. Para que o governo possa ser qualificado como democrático suas características básicas devem estar alicerçadas nos princípios de legitimidade e de representatividade.

O que deve ser enfatizado na questão da inserção política é que ela pode proporcionar maior legitimidade das decisões e das políticas públicas adotadas e, conseqüentemente, do regime democrático e maior eficácia na implementação destas políticas públicas e decisões.

Mezzaroba (2010, p. 17) afirma que os governados devem se apresentar como titulares absolutos sobre qualquer decisão que venha ser tomada pelos seus representantes.

Diante disso, qualquer democracia que venha a utilizar tecnologias de informação deve respeitar o pressuposto original da titularidade do poder. A simples inclusão de informações através meios eletrônicos pode até garantir a transparência de



atos de governo, no entanto, não é pressuposto de que a vontade do cidadão tenha sido levada em consideração.

Não se pode duvidar o quão importante é, para a ideia de democracia, a participação dos cidadãos e, para isso, além de criar a consciência cidadã de participação deve também proporcionar a manutenção de cada um dos valores que a compõem.

A comunicação coletiva através da Internet torna possível a mutação de uma democracia em ciberdemocracia. Sobre a ideia da construção de uma nova forma de democracia online, democracia digital ou ciberdemocracia é possível que os cidadãos colaborem com a elaboração de políticas públicas mediante a utilização da Internet, e assim possam revitalizar a democracia através de uma participação política ativa e interligada.

Portanto, com a entrada em cena dos novos meios de comunicação, particularmente da internet, parece surgir um mecanismo adequado para melhorar a qualidade democrática das sociedades contemporâneas, porque trazem consigo muitas vantagens suplementares para o incremento da participação democrática.

### 3.2 SOCIEDADE E ESTADO: NOVAS PERSPECTIVAS

Vive-se atualmente um progresso contínuo e cumulativo na utilização das novas tecnologias de informação. A transição acelerada para o modelo virtual tem permitido uma verdadeira revolução em todas as áreas. Em face disso o governo não poderia ficar de fora da nova onda da tecnologia e passou a investir no que se denomina de governo eletrônico.

O Governo Eletrônico nada mais é do que o uso das Tecnologias da Informação e Comunicações (TIC) por parte da Administração Pública tanto em seu funcionamento externo quanto na troca e prestação de informações e serviços com empresas, outros governos e a população. Trata-se, em suma, de informatizar a Administração Pública. Nas palavras de Rover (2008, p. 19) “em termos gerais e otimistas, o governo eletrônico tem se constituído em uma infraestrutura de rede compartilhada por diferentes órgãos públicos a partir da qual a gestão dos serviços públicos é realizada. A partir da otimização desses serviços o atendimento ao cidadão são realizados, visando atingir a sua universalidade, bem como ampliando a transparência das suas ações”.

Para Rover (2001) há um debate muito importante sobre o aspecto jurídico do chamado governo eletrônico. Isto é o sinal da necessidade de respostas a desafios que a nova sociedade se coloca com a revolução da informática. Isto porque o desenvolvimento das tecnologias de informação nas últimas décadas tem dado à sociedade poder de ação, jamais pensado e geralmente depositado em monopólios, em sua grande maioria, estatais.

Segundo Corrêa (1998) a relevância da internet, do jeito que é hoje, é patente na medida em que as pessoas a usam como um lugar para se comunicar, fazer negócios e compartilhar ideias, e não como uma entidade mística em si mesma. Ela é uma poderosa ferramenta para integrar economias locais na economia global e estabelecer sua presença no mundo. É neste caminho que seguem as práticas governamentais que vem passando por transformações decorrentes da redução das distâncias físicas e do desaparecimento das fronteiras territoriais.

Neste contexto, conforme Olivo (2000), o governo eletrônico passa a ser um momento especial na evolução do estado e da sociedade. Ele representa para a chamada revolução da informação um avanço inesperado e a razão disso é a relativização do tempo e do espaço. A atuação hoje é global e mesmo que o governo atue num espaço local ou tópico necessita ter um padrão global de administração.

Para García-Pelayo (1996) a teoria política a muito decifrou os limites do Estado moderno, caracterizado que é por um governo dos técnicos, pelo crescimento do aparato burocrático, hierarquizado, e pelo baixo rendimento do sistema democrático apontando para uma crescente ingovernabilidade. Tais fatores impediriam a participação dos indivíduos na tomada de decisões, seja pela dificuldade de acesso às informações, bem como pela dificuldade de compreensão de tais informações. Estes fatos demonstram o processo de contínuo aumento da complexidade do Estado. Isto também é demonstrado pelo aumento quantitativo dos órgãos tradicionais do Estado, bem como de outros institutos autônomos; como as empresas estatais, como também aumento e diversificação das suas funções.

Por outro lado, afirma Rover (2009), a sociedade também está mais complexa, ao ponto de ser denominada sociedade da informação ou do conhecimento. A informação passa a ser o motor das transformações e o insumo mais importante nos sistemas modernos de produção. O uso intensivo da tecnologia da informação em forma digital tem proporcionado a superação das estruturas administrativas hierarquizadas e verticalizadas em direção a relações de poder horizontalizadas, que passa a ser chamada de sociedade em rede.

Esta complexidade, conforme Lévy (2000) vai além das relações de poder, atingindo a própria cultura, constituindo o fenômeno da cibercultura, que em essência se representa na democratização do acesso a bens culturais e informações diversas, na construção de uma inteligência coletiva. Porém, Rover (2009) afirma que não obstante o enorme incremento na utilização da tecnologia da informação e suas consequências na sociedade, tudo não passa de uma possibilidade na democratização das relações entre o Estado e os cidadãos.

Nesse sentido continua Rover (2009) parece razoável concluir que a internet é uma boa mídia para a participação na política na medida em que pode ajudar as pessoas de todo o mundo a se envolverem mais com o governo, da mesma forma que facilita aos potenciais empresários se envolver no mundo dos negócios.

O governo deve se tornar capaz de ouvir o que os cidadãos têm a dizer. Tudo isso tem a ver com os chamados novos direitos (BOBBIO, 2000), fundamentalmente o direito de acesso através dos meios eletrônicos. Não é por nada que se vive na denominada era do acesso (RIFKIN, 2001) e do governo eletrônico.

Governo eletrônico, segundo Rover (2009) é uma infraestrutura única de comunicação compartilhada por diferentes órgãos públicos a partir da qual a tecnologia da informação e da comunicação é usada de forma intensiva para melhorar a gestão pública e o atendimento ao cidadão. Assim, seu objetivo é colocar o governo ao alcance de todos, ampliando a transparência das suas ações e incrementando a participação cidadã.

Em síntese, continua Rover (2009), o Governo Eletrônico é uma forma puramente instrumental de administração das funções do Estado (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário) e de realização dos fins estabelecidos ao Estado Democrático de Direito que utiliza as novas tecnologias da informação e comunicação como instrumento de interação com os cidadãos e de prestação de serviços públicos.

Evidentemente, segundo Takahashi (2000) o objetivo final do governo eletrônico é a universalização dos serviços. Para isso, o acesso universalizado ao governo eletrônico é condição fundamental para sua realização.

Paradoxalmente, afirma Rover (2009) é este mesmo Governo Eletrônico que deve combater a exclusão a partir de iniciativas em várias frentes identificadas pela expressão inclusão digital. Para tanto é preciso facilitar o acesso aos diversos sistemas de comunicação, buscando soluções alternativas de acesso coletivo ou compartilhado. Assim, deve haver tanto a capacitação da população, promovendo desde

os primeiros anos escolares a possibilidade de alfabetização digital até o barateamento dos custos de aquisição e manutenção de computadores e acesso a internet através de pontos de acesso públicos.

O termo governo eletrônico, segundo Ruediger (2002) tem foco no uso das novas tecnologias de informação e comunicação [TIC] aplicadas a um amplo arco das funções de governo e, em especial, deste para com a sociedade. Em conjunto, tecnicamente, o governo eletrônico, além de promover essas relações em tempo real e de forma eficiente, seria ainda promotor de boas práticas de governança e, potencialmente, catalisador de uma mudança profunda nas estruturas de governo, proporcionando mais eficiência, transparência e desenvolvimento, além do provimento democrático de informações para decisão.

É importante esclarecer as diferenças entre as terminologias de Governo Eletrônico (também chamado de e-Government) e Governo Aberto (Open Government).

Segundo Oliverio (2011), governo eletrônico, significa a aplicação das TIC e suas ferramentas para os processos administrativos existentes, ou seja, não se fala em mudanças de valores ou procedimentos, mas de pura tecnologia. Sendo assim, o Governo Eletrônico não tem a intenção de transformar a relação entre cidadão e governo no sentido de participação e colaboração. É um espaço onde o governo oferece vários serviços administrativos, muitas vezes focados na arrecadação de impostos. Já, quando se fala em Governo Aberto, o foco são os valores da administração pública, o objetivo é repensar administrações e governos, seus procedimentos e seus dogmas.

O cenário de constante evolução tecnológica impacta diretamente as formas de relação entre os atores da sociedade, empresas e administração pública, oferecendo novos formatos de fluxos comunicacionais frente a um modelo fechado de tomada de decisão. No entanto, Oliverio (2011) afirma que, embora cidadãos possam expressar suas opiniões, considera-se, em muitas administrações, que falta ao cidadão a capacidade para tomar decisões fundamentadas sobre questões políticas complexas. É dentro dessa perspectiva que o Governo aberto ganha importância estratégica no aperfeiçoamento da administração pública em parceria com a sociedade. O propósito do Governo aberto está em uma administração que esteja em constante conversa com os cidadãos a fim de entender as necessidades e unir os atores em busca do bem comum.

Segundo Marques (2008), a democracia já engloba os conceitos de Governo aberto, pois, como regime político, aponta para um sistema de governo que procura garantir - através de ferramentas específicas - a

participação da população nas decisões governamentais. As ideias democráticas não estão somente no campo político, elas acabaram se alastrando por outras áreas como na família, empresas, escolas, entre outros. Entre os diversos governos que adotaram a democracia, percebe-se que apesar das diferenças sociais, políticos e econômicas, os governos democráticos compartilham de valores semelhantes como o voto universal, o parlamento deliberativo, a prestação de contas, mas também enfrentam problemas semelhantes como a garantia de uma representatividade efetiva e a distribuição de benesses de forma igualitária.

Diante do desafio de atender essas novas demandas da democracia, Oliverio (2011) afirma que as Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC's) trazem uma nova perspectiva quando se fala em ferramentas para o aperfeiçoamento do sistema. Já no final do século XX, mas precisamente nas duas últimas décadas, a internet chegou para revolucionar a maneira de pensar e discutir questões da administração pública.

No entanto, se por um lado o avanço das TICs – com a ampliação de acesso em diversos níveis – dá ao cidadão ferramentas necessárias para dispor de recursos simbólicos, por outro lado, falta ainda a disponibilidade de fluxos comunicacionais que liguem as iniciativas de cidadania interativa ao governo, seja ele municipal, estadual ou federal.

### 3.3 REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DA CIBERDEMOCRACIA

As mudanças tecnológicas na área de comunicação alteraram a agenda e a participação política abrindo novos espaços de reflexão e ação. O que se viu nos últimos anos foram manifestações das mais variadas formas sendo organizadas através das redes sociais. Um novo espaço democrático surgindo pelo viés da tecnologia.

Para Papic e Nonan (2011) o papel das redes sociais nas manifestações, na formação de conteúdos críticos e até nas revoluções tem atraído a atenção da mídia nos últimos anos. O consenso atual é o de que as redes sociais são capazes de facilitar a mudança de um regime, principalmente após os eventos ocorridos no Oriente. E um pressuposto subjacente é o de que as redes sociais dificultam a manutenção de um regime autoritário, mesmo em autocracias endurecidas como a do Irã e a de Mianmar, e que poderiam dar início a uma nova onda de democratização ao redor do mundo.

O início de 2011 ficou marcado pela Primavera Árabe, apelido dado à série de revoluções iniciadas na Tunísia e que refletiram posteriormente no Egito, Bahrein, Síria e Líbia. Em grande parte dos protestos, principalmente no caso do Egito, as redes sociais foram atores decisivos.

A Revolução no Egito em 2011<sup>35</sup>, também conhecida como Dias de Fúria, Revolução de Lótus e Revolução do Nilo, foi uma série de manifestações de rua, protestos e atos de desobediência civil que ocorreram no Egito de 25 de janeiro até 11 de fevereiro de 2011. O principal objetivo dos protestos era derrubar o regime do presidente Hosni Mubarak, que estava no poder há quase 30 anos.

Na Tunísia<sup>36</sup>, a Revolução de Jasmim, também chamada revolução tunisiana de 2010-2011, foi uma sucessão de manifestações ocorridas na Tunísia entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011 que levou à saída do presidente da República, Zine El-Abidine Ben Ali em 14 de janeiro de 2011, e que ocupava o cargo desde 1987.

Segundo os autores Papic e Noonan (2011) tanto a Tunísia quanto o Egito têm assistido ao aumento do uso de redes sociais como o Facebook e o Twitter com a finalidade de auxiliar na organização, na comunicação e, sobretudo, no início de campanhas e ações de revolta civil nas ruas. O Movimento Verde iraniano em 2009 foi seguido de perto pela mídia ocidental por meio do YouTube<sup>37</sup> e do Twitter<sup>38</sup>, e este último ainda emprestou à revolução da Moldávia<sup>39</sup> de 2009 o seu nome, a Revolução do Twitter.

Certamente muitas pessoas ainda se surpreendem, diante da agilidade, criatividade e das inúmeras possibilidades que o mundo digital, através das redes sociais, pode promover. É a constatação da modernidade líquida a que se refere Bauman (2001), que afirma que tudo é volátil, as relações humanas não são mais tangíveis e que a modernidade é caracterizada pela inconstância e pela mobilidade.

---

<sup>35</sup> Disponível em: <http://www.outraspalavras.net/2011/02/06/egito-revolucao-espontanea-e-das-margens/>.

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.observatoriodelacrisis.org/2011/02/e-de-repente-a-revolucao/?lang=pt-br>.

<sup>37</sup> Vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=fAUeO6iZ6M4>. Mais notícias disponíveis em: <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/instituto-millennium/2011/02/09/movimento-verde-convoca-oposicao-iraniana-para-novos-protestos-nas-ruas/> e <http://colunistas.ig.com.br/cip/files/2009/06/twitter.jpg>.

<sup>38</sup> Disponível em: <http://twitter.com/#!/iran09>.

<sup>39</sup> Notícia disponível em: <http://brazilia-romania.blogspot.com/2009/04/revolucao-na-moldavia.html>

Segundo Tonchis (2011), a internet na sua essência é interativa, e é exatamente isso que a diferencia de outros meios de comunicação de massa. No rádio e na televisão, por exemplo, a comunicação é feita de cima para baixo, e transforma a todos igualmente em ouvintes para integrá-los autoritariamente aos programas. Na rede, o indivíduo comum não é apenas um mero receptor, mas é um emissor e agente efetivo no processo comunicativo. Os blogs, por exemplo, proporcionam o debate entre autor e leitor, favorecendo uma maior paridade comunicativa entre o emissor e receptor. Neste caso, a interatividade da Internet revela, entretanto, um novo paradigma – uma ferramenta de emancipação.

Mas não é somente no Oriente Médio que as redes sociais alteram o agir político da sociedade moderna. Segundo Castells (2011) a Europa converteu-se num laboratório de novas formas de mobilização da sociedade civil, marcadas pela autoconvocação e busca de autonomia. O processo começou em setembro de 2010, quando os estudantes britânicos e italianos mobilizaram-se contra a cobrança de mensalidades (no Reino Unido) e uma contrarreforma universitária<sup>40</sup> (na Itália). Ampliou-se a partir de maio, quando a juventude espanhola<sup>41</sup> transformou em acampamentos as praças principais de dezenas de cidades, para protestar contra o sequestro do futuro coletivo por “políticos e banqueiros”. Daí derivou a ocupação da Praça Syntagma, em Atenas.

Segundo Castells (2011) a democracia representativa foi uma conquista histórica dos povos contra os despotismos que dominaram grande parte do mundo. Porém, a partir do momento em que já se constituem instituições democráticas, imediatamente formam-se partidos políticos, que definem as regras da participação política de acordo com seus interesses e os interesses que representam. A democracia representativa é reduzida, a distância em relação aos cidadãos aumenta, e a classe política organiza-se como classe própria, como trabalho profissional. Além disso, quase dois terços dos cidadãos do mundo acreditam que não são governados democraticamente. As pessoas dizem que vivem em uma democracia, porém ela não é democrática. Portanto é necessário que a ideia de reconstrução da democracia esteja nas ruas, em qualquer lugar do mundo. Nesse sentido expõe Castells (2011, p. 1):

---

<sup>40</sup> Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/roma-revolta-contraberlusconi>.

<sup>41</sup> Notícias disponíveis em: <http://www.e-clique.com/m4-internacional/democracia-real-ya-o-grito-espanhol/> e <http://www.democraciarealya.es/>.

A comunicação é fundamental, pois é a base da relação entre poder e contrapoder. A democratização da comunicação é o princípio da democratização das instituições da sociedade. A comunicação para toda a sociedade é um direito fundamental: a comunicação livre, autônoma e para todo o mundo é um direito tão fundamental quanto a saúde e a educação. Esse direito concretiza-se hoje pela internet e pelas redes móveis como direito humano fundamental.

Em todas as mobilizações recentes, busca-se uma nova democracia. E, as redes sociais têm estimulado a reinvenção da democracia. Por meio delas, pessoas se encontram espontaneamente, sem hora marcada, para discutir e trocar ideias. Em um ambiente de alta conectividade, as redes sociais se contrapõem à fragilidade das representações partidárias, elas não precisam de um líder, elas precisam de uma comunidade.

Além disso, afirma Castells (2011) é preciso lutar pela liberdade de internet, pois o acesso à internet não é o mesmo que uma internet livre. Acabar com a censura, acabar com a invasão de privacidade e a livre circulação de conteúdos digitais. Também é preciso criar instituições e processos democráticos de forma concreta. As enormes possibilidades da internet também deveriam ser utilizadas para processos participativos e de consulta, em uma grande quantidade de problemas concretos. É a criação de novas formas de democracia, a partir dos processos de debates em curso. O resultado disso seria a substituição da democracia dos partidos pela democracia das pessoas.

Não há como negar que as redes sociais representam uma ferramenta importante para que os movimentos que reconstroem a democracia mobilizem efetivamente seus adeptos e transmitam suas mensagens a fim de obter a participação da maior parte dos indivíduos na luta pela liberdade e pela igualdade.

### **3.3.1 A tecnologia como instrumento de interação política**

Se a ideia de soberania popular sustenta uma dada forma de governo, esta ideia há de se materializar em meios e modos pelos quais o mandante político, o povo, faz-se valer na esfera restrita da produção da decisão política, ocupada pelos representantes ou mandatários. A noção de interatividade política ancorada na internet se refere a uma



comunicação contínua e de iniciativa recíproca entre esfera civil e agentes políticos.

Grande exemplo citado pela doutrina para a utilização das novas tecnologias pela política foi a eleição de Barack Obama, no qual, houve grande mobilização dos cidadãos em prol da divulgação das propostas eleitorais e arrecadação de fundos para a campanha.

Conforme Freire e Ribeiro (2010), foi com grande apoio popular e voluntário que Barack Obama, em meados de 2008, elegeu-se presidente dos Estados Unidos. Mesmo qualquer empecilho que porventura existisse, como o fato de ser negro e ter descendência mulçumana, Obama obteve apoio da coletividade (em especial jovens) que doava, participava de manifestações em seu apoio, buscava novos eleitores para sua candidatura. Havia uma integração de indivíduos organizados de forma espontânea e voluntária e principalmente com alto ativismo político.

Obama e seus assessores conseguiram perceber na internet um grande potencial democrático. Apesar de não ser o primeiro político norte americano a utilizar os serviços disponíveis na rede, foi aquele que melhor soube aproveitar os mecanismos deste espaço virtual.

Segundo Freire e Ribeiro (2010) na campanha presidencial de Obama, a Internet foi um elemento estratégico de captação de doações, divulgação de mensagens, interação com o eleitorado, de ataques aos opositores, rede de articulação política e mobilização de eleitores, combate a boatos, etc. Obama fundou seu projeto político-eleitoral na maior participação e deliberação coletiva em consonância com a era da sociedade da informação e Ciberdemocracia. Obama se utilizou das redes cibernéticas do *Youtube*, *Facebook*, *Twitter*<sup>42</sup>, entre outros, como meio de aproximação com seu eleitorado e na tentativa de que os indivíduos obtivessem mais informações acerca de seu projeto político.

Na atualidade, não há como vislumbrar o campo político afastado das ferramentas digitais. As mídias digitais aparecem como espaços para o diálogo entre os cidadãos e os diversos órgãos políticos (partidos, governos, instituições, etc) havendo assim, uma interação social e informacional.

Neste sentido, afirmam Freire e Ribeiro (2010, p. 4) “na era contemporânea, mídias digitais constituem-se os espaços de diálogo onde se viabiliza a construção da esfera pública. Comunidades virtuais

---

<sup>42</sup> Site do Obama disponível em: <http://www.barackobama.com/im-in-splash-2>

do ciberespaço possibilitam a interação social entre indivíduos em uma série de graus e ramificações, tomadas até mesmo a nível planetário”.

Assim, concluem Freire e Ribeiro (2010), uma nova cultura política de maior participação popular fora construída a partir do uso coordenado da mídia digital por Obama. Revitalizou-se o sentimento de construção conjunta da política pela comunidade. Uma nova cultura política fundada em alicerces de maior participação da coletividade se forma. É um progresso à afirmação da Ciberdemocracia, que conta agora com o apoio de um importante fator cultural para sua consolidação nas políticas públicas.

### **3.3.2 Interação nas eleições brasileiras**

Frente à abordagem propiciada pelas normas norte-americanas, as quais tornaram possível a atuação de Obama no campo digital, havia expectativa de como se apresentaria a lei brasileira na realização das eleições presidenciais brasileiras em 2010, se como um reforço à participação atuante da coletividade no pleito eleitoral (como nos EUA), se como um freio à mobilização da coletividade (FREIRE; RIBEIRO, 2010).

Em 2009, o Estado brasileiro promulgou a Lei eleitoral nº 12.034/2009, na qual se regula o uso da internet em campanhas políticas. Para Gomes et al (2009), assim como normas norte-americanas, a busca pela competição igualitária entre candidatos foi o norte da elaboração da lei. Buscaram-se os princípios norteadores das normas norte-americanas para a confecção da lei brasileira. Foi perante a atuação ativa do eleitorado na campanha eleitoral de Obama que se fez a prospecção para se elaborar a nova lei brasileira.

Só faltou levar em conta que eram realidades distintas, e perceber que nem tudo que serve aos EUA serve para a realidade brasileira. Entretanto, uma experiência pioneira que se mostrou muito acertada durante a campanha brasileira, foi o debate online entre presidencializáveis na internet<sup>43</sup> que ocorreu dia 18 de agosto de 2010 no teatro da PUC-SP, em uma parceria entre o portal UOL e o jornal Folha de São Paulo (MANHANELLI, *et al*; 2010).

Também o uso do twitter na mobilização da militância partidária e de simpatizantes dos candidatos foi um aspecto interessante. No caso brasileiro, é o que importa: mobilizar enormes contingentes eleitorais

---

<sup>43</sup> Conteúdo completo disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2010/debate-candidatos-a-presidente/>

em favor de uma candidatura. O twitter também serviu para informar eventos e antecipar direções. Em especial, para repercutir as prévias das pesquisas, abundantemente comentadas na rede (ARAGÃO, *et al*; 2010).

Entretanto, alguns políticos seguiram a tendência de Obama. Por exemplo, um aspirante a um cargo na Assembleia Legislativa de São Paulo, um senhor, na casa dos 70 anos idade, que não tinha boa penetração entre o eleitorado jovem, decidiu entrar nesse campo. Foi criado um perfil no Orkut na tentativa de aproximá-lo desse público. Resultado: em dois meses dois perfis do candidato ficaram cheios, lotados de acessos e gerando interatividade com o deputado. Algumas surpresas de campanha eleitoral (MANHANELLI, *et al*; 2010).

Houve, inclusive, campanhas e candidatos que se tornaram assuntos muito comentados na rede. Isso se passou com um candidato a deputado federal por São Paulo, que se tornou, pelo menos durante uma semana, o nome mais comentado no Twitter. No Youtube<sup>44</sup>, os vídeos desse mesmo candidato com seus pedidos de voto no horário eleitoral gratuito foram campeões de audiência na categoria (MANHANELLI, *et al*; 2010).

Percebe-se assim que a internet já faz parte da realidade política brasileira. Não só em época de eleições, mas durante todo o tempo. Sites do Senado e da Câmara já possuem mecanismos para que os cidadãos participem enviando sugestões para projetos de lei que são de interesse geral. Exemplo disso, foi o projeto de reforma política em que os cidadãos poderiam acessar o site do Senado e registrar suas opiniões.

É fato que as redes sociais ganham espaço a cada dia, a cada momento, a cada minuto em que se atualiza uma página do Orkut, Facebook, YouTube, Twitter e afins. Há poucos anos, era inimaginável um político trocar o seu famoso “santinho” por uma boa foto sorridente em uma página pessoal criada especialmente para a campanha. Aconteceu como num clique. Primeiro, porque a minirreforma eleitoral realizada em 2007 mudou muito as campanhas, limpou as ruas de faixas e folders e outros materiais publicitários. Segundo, porque a inclusão digital cresceu incrivelmente – e ainda ocorre, neste momento – com a demanda por computadores, os investimentos das telefônicas em internet e transmissão de dados, e o projeto do próprio governo federal em implantar banda larga (MAZZINI, *et al*; 2010).

---

<sup>44</sup> Vídeos disponíveis em: [http://www.youtube.com/results?search\\_query=tiririca&aq=f](http://www.youtube.com/results?search_query=tiririca&aq=f)

O Brasil de 2010 ainda era um país em que a penetração da internet era baixa, apesar da vocação do brasileiro para a rede e do seu potencial de crescimento explosivo. Sendo assim, não houve qualquer episódio nas redes que modificasse de modo claro e decisivo as tendências do processo eleitoral. No futuro, no entanto, não deverá ser assim (ARAGÃO, *et al.*, 2010).

Só poderá ser obtido um verdadeiro resultado do uso dessas ferramentas com o avanço da sociedade e dos projetos de inclusão digital. Como tudo ainda é muito novo, e mais da metade da população brasileira não tem acesso à internet, não se poderá apresentar uma conclusão perfeita e acabada, pois seria provavelmente incerta e provavelmente incorreta. No entanto, já se pode perceber que as novas tecnologias vieram para ficar e estão a cada dia penetrando em assuntos antes inimagináveis. Talvez a ciberdemocracia através do uso das redes sociais como meios de inclusão política poderá se tornar uma solução viável para os problemas que hoje enfrenta a democracia representativa, principalmente no Brasil.

Assim, com a entrada em cena dos novos meios de comunicação, particularmente da internet, parece surgir um mecanismo adequado para melhorar a qualidade democrática das sociedades contemporâneas, porque trazem consigo muitas vantagens suplementares para o incremento da participação democrática.

### 3.4 TECNOLOGIA E EXCLUSÃO: IDEIAS EM TORNO DA INCLUSÃO DIGITAL

O termo exclusão refere-se às diferenças entre quem está dentro e quem está fora de alguma situação – entendida por acesso a algum direito – e pode abarcar pessoas de variadas classes sociais. No entendimento de Demo (1994) a sociedade que tolera exclusão surge como substituta da sociedade de classes, sendo esta uma estrutura que se organiza em fluxo vertical. A sociedade da exclusão, por sua vez, opera na dimensão horizontal, numa lógica do dentro-e-fora, na qual o excluído, naturalmente, está do lado de fora.

Apesar das várias confusões conceituais, exclusão não significa apenas pobreza, significa estar de fora de um determinado circuito, por diversos motivos, e a pobreza é um desses motivos. Para Sartório (2008) a pobreza é associada à insuficiência de renda, enquanto que a exclusão social é interpretada de modo mais amplo: além do critério da renda, envolve restrições a “mobilidade social”, resultantes de condições como

raça, sexo, ocupação, além de fatores socioeconômicos, culturais, institucionais e políticos.

No presente contexto de mudança paradigmática, em que o avanço das tecnologias lança seus efeitos sobre a humanidade, a exclusão social é acrescida de um novo elemento: a exclusão digital – ou tecnológica.

Para Sartório (2008) a exclusão digital é comumente tratada como uma série de restrições – econômica, social, política – ao acesso de indivíduos ou de determinados grupos de pessoas a recursos, bens imateriais ou conhecimento, disponibilizados pelas novas tecnologias de informação e conhecimento.

Em termos de construção categorial da inclusão/exclusão digital, além da fragilidade originada na própria debilidade conceitual da palavra exclusão, Sartório (2008) afirma que o referido binômio remete a das abordagens distintas sobre o tratamento do avanço das TICs e seus impactos sobre as sociedades. Na primeira classe, o termo original *digital divide*, surgido nos Estados Unidos, volta-se ao tratamento da brecha ou abismo digital que separa os que alcançam dos que não alcançam as tais tecnologias, ou seja, relaciona-se a dimensão da exclusão. Em outros países a expressão é inclusão digital, numa abordagem distinta, referenciada a dimensão da inclusão.

No entendimento de Castells (2003) a exclusão digital pode ser gerada por diversos mecanismos, a saber: ausência de infraestrutura tecnológica; óbices econômicos ou institucionais ao acesso às redes; capacidade educacional e cultural para utilizar a internet de modo autônomo; desvantagem na produção do conteúdo compartilhado por meio das redes. A internet, ao mesmo tempo em que insere o indivíduo no mundo digital, fazendo-o experimentar interações e relacionamentos virtuais, pode excluí-lo de numerosas possibilidades de convívio; ao mesmo tempo em que enfraquece a formação de grupos e movimentos, pode se tornar o canal que irá viabilizar esses contatos.

Os estudos de Keniston (2003) apontam quatro exclusões digitais. A primeira delas é verificada em todos os países e se dá pela diferenciação entre ricos e pobres em relação às facilidades de acesso às tecnologias. A segunda, por sua vez, refere-se às línguas dominantes, tendo em vista que a maioria dos conteúdos da internet encontra-se codificado em inglês ou outra língua da Europa Ocidental. Já a terceira exclusão digital consiste na crescente distinção entre nações ricas e pobres no acesso, evidenciada pelas diferenças de tecnologia nas relações comerciais. Por fim, a quarta exclusão digital é um fenômeno de países ricos, caracterizada pelo surgimento de uma nova elite de

profissionais ligados às tecnologias da informação (e também da biotecnologia), como um novo enclave social.

Apesar de ser comum classificar um indivíduo como digitalmente incluído pelo simples fato de o mesmo ter possibilidade de acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, Schwartz (2000) esclarece que a inclusão digital não deve se resumir às ações que promovam o acesso físico de cidadãos de baixa renda a computadores conectados à internet. Para que os indivíduos deixem de ser excluídos digitais é preciso torná-los capazes de pensar, criar e organizar novas maneiras, mais justas e dinâmicas, de produzir e distribuir riqueza simbólica e material.

Warschauer (2002) entende que a utilização das novas tecnologias por populações menos favorecidas não deve ter por objetivo a superação da exclusão digital, e sim o estímulo de um processo de inclusão social, tirando o foco da tecnologia e passando a focalizar a transformação. Neste sentido, o autor propõe a tecnologia para a inclusão social, entendida, dessa forma, como um meio, e não um fim em si mesmo e vai além, ao mencionar uma relação de causalidade existente em torno desse conceito.

[...] a noção de exclusão digital, mesmo no seu sentido mais amplo, pressupõe uma cadeia de causalidade: a falta de acesso [...] à internet reduz as oportunidades de vida [...], o inverso também é verdadeiro: aqueles que já estão marginalizados terão menos portunidades de acesso e de uso da informática e da internet. [...], tecnologia e sociedade estão entrelaçadas e são constitutivas, e esse complexo inter-relacionameto torna problemática qualquer hipótese de causalidade (WARSCHAUER, 2006, p. 23).

Partindo do entendimento de que o Estado deve ser o garantidor de políticas de enfrentamento aos quadros de exclusão, Sartório (2008) afirma que a inclusão digital passa a compor a agenda de políticas públicas dos governos de diversas nações, bem como tem figurado nas discussões dos organismos internacionais.

Segundo Sartório (2008) uma política pública surge a partir de demandas nascidas na sociedade, voltando-se à garantia de direitos da mesma e, neste caso específico, originam-se da necessidade de se tratarem os impactos sociais gerados pelo avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação.

De fato, as novas tecnologias de informação e comunicação fazem parte do cotidiano de milhares de pessoas, e não há como imaginar o futuro sem estes mecanismos. No entanto, ainda há um contingente enorme de pessoas que sequer conhecem o computador, ou que não sabem como utilizá-lo e com isso ficam excluídos de redes sociais e de trabalho. Por isso, a necessidade de se realizar projetos de inclusão digital, não apenas para ensinar como utilizar o aparelho, mas sim como aproveitar todos os recursos disponíveis, além da informação, também gerar conhecimento e torná-los incluídos socialmente.

### **3.4.1 O problema persiste: analfabetismo digital**

A sociedade da informação tal como está sendo implementada acaba por criar uma nova forma de segregação, apelidada de "analfabetismo digital". Entende-se este, como sendo a dificuldade que tem o cidadão de utilizar um equipamento eletrônico (computador, terminal bancário, urna eletrônica, terminais de autoatendimento), proveniente de sua impossibilidade de ter acesso as novas ferramentas de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC.

É reconhecido por Castells (2001) que o conhecimento se tornou um dos principais fatores de superação de desigualdades, de agregação de valor, criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar. A nova situação tem reflexos no sistema econômico e político. A soberania e a autonomia dos países passam mundialmente por uma nova leitura, e sua manutenção depende nitidamente do conhecimento, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico. Além disso, o autor esclarece que a tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as Revoluções Industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial.

Em todo o mundo, a modernização das sociedades, o desenvolvimento tecnológico, a ampliação da participação social e política colocam demandas cada vez maiores com relação às habilidades de leitura e escrita. Ocorre que, explica Sartório (2008), aquele que não domina a informática é considerado um analfabeto digital, marginalizado pela rápida evolução tecnológica que possibilita o acesso à informação.

O analfabetismo digital, conforme Martins (2011) é um grande fator de exclusão, que resulta em sérias implicações sociais, políticas, jurídicas e econômicas. Antes se falava que aquele que não fosse

devidamente alfabetizado, que não conseguisse interpretar e compreender um texto, estava marginalizado, estigmatizado. Com esteio nesta assertiva, essa tal pessoa não teria sua cidadania exercida plenamente, estando, pois, fadada inexoravelmente a um destino sem perspectivas, restando-lhe somente subempregos.

Com efeito, a exclusão agora é outra. Martins (2011) explica que hoje, "navegar" é imprescindível, sobretudo, dominar as tecnologias de informação. Sem embargos, informação é poder. Diante de tais circunstâncias, o já estreito funil da exclusão ficou mais apertado. É de incontestável saber que a Internet e o computador são ferramentas imprescindíveis para quem quer se inserir no mercado de trabalho. Isto porque, desde o balconista do supermercado até o dentista ou o advogado, a todos se impõe o uso da informática. Qualquer profissional precisa dominar as tecnologias de informação, seja ele quem for, esteja ele onde estiver. Hodiernamente, sem informação não há comunicação, o que resulta em exclusão, marginalização.

Compreendida de maneira mais ampla do que o simples acesso ao computador, a inclusão digital é um conceito que engloba as novas tecnologias da informação e comunicação, a educação, o protagonismo, possibilitando a construção de uma cidadania criativa e empreendedora. A inclusão digital é um meio para promover a melhoria da qualidade de vida, garantir maior liberdade social, gerar conhecimento e troca de informações.

Estar incluído na sociedade é condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão. Conforme Sartório (2008) cabe às várias esferas de governo, também ao poder local, dar a oportunidade de incluir a população nos benefícios do mundo em rede, promover a cidadania digital e consolidar os direitos à cidadania. Acesso aos serviços públicos, o acesso à informação e o controle da implementação das políticas públicas serão otimizados no mundo da Internet. Mas o cidadão tem de estar neste novo mundo.

A igualdade de acesso e representatividade na internet só será possível quando qualquer cidadão tiver acesso à Internet para, só assim, considerar-se a possibilidade real de ferramentas on-line que possam ser representativas na pluralidade de identidades que existem em uma cidade. Mesmo com a existência de acesso para todos, não se pode correr o risco de tratar as redes como algo homogêneo, em que todos os cidadãos se apropriam e utilizam as redes da mesma forma. Segundo Santos (2006, p. 264), as redes acrescentam uma “topologia à ‘topografia’, dando nascimento a um espaço ‘contemporâneo do tempo real’”.



A promoção da cidadania é uma iniciativa fundamental para incrementar a educação da população brasileira, assegurar a preservação dessa cultura (com a proliferação de sítios de língua portuguesa e temáticas vinculadas ao cotidiano), iniciar a requalificação profissional de trabalhadores e incentivar a criação de postos de trabalho de maior qualidade, afirmar os direitos de mulheres e crianças, aprimorar o desenvolvimento tecnológico sustentável e melhorar a relação entre o cidadão e o poder público poderá ser o caminho adequado para a construção da cidadania digital, incluída e participativa.

### **3.4.2 Algumas experiências de inclusão digital**

Não há dúvida de que a inclusão digital encontra-se definitivamente na agenda das políticas públicas dos países. Prova disso são as diversas iniciativas executadas nas várias esferas e órgãos governamentais, que recebem significativa dotação orçamentária para desenvolver tais tipos de programas.

Quando a inclusão digital é colocada como política pública, o discurso aponta sempre na direção dos direitos, da cidadania, do desenvolvimento social a partir do acesso e da utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação, enaltecendo seu potencial redutor das desigualdades sociais, bem como o caráter de inserção e transformação social proporcionado por elas.

Dieguez (2011) afirma que estimativa da revista Internet Business, de junho de 2011, aponta que 41% dos usuários mundiais da rede estão concentrados nos Estados Unidos. A Ásia, apesar de reunir a maior parte da população planetária, fica com apenas 20% dos acessos, e a América Latina, com ínfimos 4%. É um fato: a maioria dos computadores em rede no mundo, na proporção de 8 em cada 10, estão nos 29 países altamente industrializados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), embora eles representem meros 15% da população global.

O Brasil fechou 2011 com quase 58 milhões de acessos em banda larga, o que representa um crescimento de aproximadamente 70% em relação a 2010. De acordo com levantamento da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), 23,3 milhões de novos acessos foram ativados ao longo do ano de 2011. O mesmo ritmo acelerado de crescimento foi verificado na cobertura da banda larga móvel, que dobrou seu alcance em 2011, chegando a 2.650 municípios. Do total de conexões, 16,7 milhões são de banda larga fixa e 41,1 milhões de banda larga móvel. Na banda larga fixa, a expansão em 2011 foi de 20,6%,

com 2,8 milhões de novos acessos durante o ano. A banda larga móvel, por sua vez, cresceu 99,3%, com 20,5 milhões de novos acessos adicionados à base em 2011<sup>45</sup>.

O acesso à internet em qualquer ambiente (domicílios, trabalho, escolas, *lan houses* ou outros locais) atingiu 77,8 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2011, segundo o IBOPE Nielsen Online. Esse número é 5,5% superior ao do segundo trimestre de 2010 e 20% maior que o do segundo trimestre de 2009<sup>46</sup>.

O percentual de brasileiros que utilizam serviços públicos na internet, como consulta a impostos ou informações sobre o governo, caiu de 2009 para 2010, de acordo com a pesquisa anual de Tecnologias da Informação e Comunicação em Domicílios (TIC Domicílios) do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br), divulgada em 30 de agosto. O estudo mostra ainda que o uso desse tipo de serviço esteja ligado diretamente à renda e à escolaridade dos cidadãos, que, em sua interação com o governo, fazem mais consultas simples do que estabelecem diálogos<sup>47</sup>.

Diante disso, as propostas de inclusão digital tornaram-se presentes em quase todos os setores institucionais, em uma busca sistemática para ampliar ao máximo o número de cidadãos com acesso à Internet. Para Dieguez (2011) a preocupação envolve igualmente empresas, governos, organizações internacionais, partidos políticos e organizações não governamentais. A ONU deu, recentemente, um passo importante ao colocar o atraso digital, lado a lado com a fome, o desemprego e o analfabetismo, entre as grandes mazelas sociais da atualidade.

Mesmo entre os países desenvolvidos se reconhece a impotência das medidas tomadas nos últimos anos para eliminar barreiras entre os diversos segmentos da população. Um relatório da OCDE, este ano, dá destaque às deficiências das medidas inglesas. Embora a Inglaterra tenha um sofisticado sistema de telefonia, incorporando praticamente todas as residências do país, os custos das tarifas seriam elevados demais para os

---

<sup>45</sup> Dados disponíveis em: <http://op.ceptro.br/cgi-bin/indicadores-cgibr-2010?pais=brasil&estado=sc&academia=mestrado&purpose=pesquisa-academica>

<sup>46</sup> Disponível em: <http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/quase-78-milhes-de-pessoas-tm-acesso-internet-no-brasil>

<sup>47</sup> Disponível em: <http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/brasileiros-usam-menos-servicos-de-governo-eletronico>

habitantes menos abonados. As taxas inglesas<sup>48</sup>, de acordo com a OCDE, estão entre as mais altas das nações ocidentais. A carestia telefônica, segundo o próprio governo, começou com o processo de privatização das telecomunicações.

O governo brasileiro também está alerta, mobilizando cerca de R\$ 3 bilhões na esperança de reduzir os desníveis digitais. Um dos seus esteios é o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – o Fust<sup>49</sup>, composto por 1% do faturamento das empresas de telecomunicações, que, em troca, pagariam menos impostos. A ideia é que esses recursos sejam utilizados para promover a universalização dos serviços de telecomunicações e combater a exclusão digital. Este ano, espera-se arrecadar pelo Fust cerca de R\$ 1 bilhão. Parte dessa verba deverá ir para bibliotecas públicas, centros de divulgação cultural e científica e organizações da sociedade civil que tenham um acervo de pelo menos 500 livros na estante.

Além disso, foi lançado em setembro de 2000 o “Livro Verde” do Programa Sociedade da Informação<sup>50</sup>. A referida publicação foi um reflexo do reconhecimento do Poder Público de que surgiam novas demandas relacionadas ao acesso crescente dos meios eletrônicos de informação. O “Livro Verde” consolidava um rol de possibilidades de aplicação das TICs. A finalidade do programa consistia em alicerçar um projeto estratégia de abrangência nacional, a fim de integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização das referidas tecnologias e de suas aplicações na sociedade por meio do estímulo à pesquisa e à educação, bem como garantir a competitividade da economia brasileira no mercado mundial.

Em 2004, foi apresentado à Câmara de Política de Desenvolvimento Econômico o “Programa Brasileiro de Inclusão Digital”<sup>51</sup>, cujo objetivo era ampliar o acesso de cidadãos, sobretudo os de baixa renda, às tecnologias da informação e da comunicação. O programa foi idealizado sobre três eixos, a saber: investimento em

---

<sup>48</sup> Disponíveis em: <http://pt.global-rates.com/taxa-de-juros/libor/esterlina-inglesa/juros-libor-gbp-6-meses.aspx>

<sup>49</sup> Texto completo disponível em:

[http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=8960&assuntoPublicacao=Fundo%20de%20Universalizacao%20dos%20Servicos%20de%20Telecomunicacoes%20vai%20ao%20plenio%20do%20Senado&caminhoRel=null&filtro=1&documentPath=biblioteca/releases/1999/release\\_14\\_12\\_1999\(3\).pdf](http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=8960&assuntoPublicacao=Fundo%20de%20Universalizacao%20dos%20Servicos%20de%20Telecomunicacoes%20vai%20ao%20plenio%20do%20Senado&caminhoRel=null&filtro=1&documentPath=biblioteca/releases/1999/release_14_12_1999(3).pdf)

<sup>50</sup> Disponível em: <http://www.oei.es/salactsi/livroverde.htm>

<sup>51</sup> Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/telecentros>

telecentros comunitários; gestão comunitária dos telecentros; e uso do *software* livre.

Cabe esclarecer que, segundo Sartório (2008) os telecentros comunitários são espaços com computadores conectados à internet e disponíveis à população, e esse modelo valoriza a inclusão digital coletiva, com participação da comunidade e atuação de entidades do terceiro setor. Por sua vez, *software* livre consiste em qualquer programa de computador que permite uso, cópia, estudos, modificações e redistribuição, desde que observadas determinadas restrições. Opõe-se ao conceito de software proprietário, porém não ao de software comercial e, usualmente, sua distribuição é feita mediante a disponibilização do código-fonte do programa pela respectiva licença de *software* livre<sup>52</sup>.

Seja como for, o governo federal não é o único ator no drama da exclusão digital. Ela mobiliza também as prefeituras, governos estaduais e dezenas de organizações pelo país inteiro. Os Correios, por exemplo, colocou em operação um projeto bem amplo, seguindo a ideia dos quiosques – pequenas cabines instaladas em locais por onde passa muita gente. Nos quiosques dos Correios, distribuídos por diversas agências do país todo, é possível passar e-mails, pesquisar sites na web e participar de chats sem pagar nada.

É pouco, diante da tarefa imensa à frente, mas colocar as pessoas em contato com o mundo da teleinformática é um passo indispensável para reduzir a exclusão digital. Os telecentros, de certa forma, tentam fazer a mesma coisa em escala mais abrangente. Alguns deles, como o Farol do Saber, de Curitiba (PR), priorizam o acesso a bibliotecas. Outros dão preferência ao acesso ao correio eletrônico, como o On-Line Cidad@ao, do Senac (Serviço Nacional do Comércio) e o Internet Livre, do Sesc (Serviço Social do Comércio). O Sampa.org, do Instituto Florestan Fernandes, em São Paulo, coloca uma grande variedade de equipamentos à disposição do público.

Há casos em que a própria massa de excluídos parece tomar a iniciativa, como ocorreu na Estação Ciência, um centro de popularização científica ligada à Universidade de São Paulo, a USP. Aconteceu meio por acaso: como tem uma exposição permanente de aparelhos de física e química, a Estação atraiu a atenção dos meninos que vivem nas ruas do bairro onde está situada, a Lapa, na capital paulista. Diante disso, os responsáveis pela instituição, dirigida pelo

---

<sup>52</sup> Conceito extraído da página oficial de Software Livre (<http://www.softwarelivre.gov.br>).

físico Ernesto Hamburger, da USP, decidiram colocar computadores à disposição dos garotos e garotas. Nasceu assim o Projeto Clicar<sup>53</sup>, coordenado pelas educadoras Dirce Pranzetti e Maria Cecília Toloza.

Esses projetos todos podem não ser suficientes para retirar as pessoas do analfabetismo digital e colocá-las no campo de uma cidadania plena e participativa. Até porque sua ação fica restringida pelo abismo econômico, que contribui para alargar a distância entre conectados e desconectados. No entanto, iniciativas como as que proliferam no Brasil e no mundo, atualmente, podem ter uma importância fundamental, no qual poderá convergir para a construção de uma gigantesca rede pública de comunicação, o que tende a aumentar o envolvimento da sociedade no processo de inclusão digital.

### 3.5 A POPULARIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS

Receber e enviar e-mails e procurar informações por meio de ferramentas de buscas continua sendo as atividades mais realizadas entre os usuários de internet nos Estados Unidos, apesar do crescimento do uso das redes sociais.

Segundo um levantamento do centro de pesquisas Pew Research Center conduzido junto a usuários americanos, 92% dos internautas realiza essas duas atividades frequentemente - inclusive diariamente, no caso de cerca de 60% dos pesquisados. Em todas as medições do instituto desde 2002, essas são as duas atividades que dominam as atividades na rede. O outro destaque do levantamento é o rápido crescimento do uso de redes sociais, das quais fazem parte hoje dois terços dos internautas americanos (65%) - quase seis vezes mais do que em 2005 (11%)<sup>54</sup>.

As redes sociais já fazem parte do cotidiano para 90% dos internautas brasileiros, sugere um novo estudo apresentado pela comScore. O relatório, que mostra um panorama do uso de redes sociais no continente latino-americano, revela que o uso de sites do gênero cresceu 16% na região em relação ao ano anterior, enquanto o tempo despendido nestas plataformas aumentou incrivelmente 88%. Em junho de 2011, 43,9 milhões de internautas brasileiros utilizaram ao menos uma rede social, gastando um tempo total de 12,5 bilhões de minutos no

---

<sup>53</sup> Ver página do projeto disponível em: <http://www.projetclicar.org.br/>

<sup>54</sup> Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/tecnologia,uso-de-redes-sociais-cresce-mas-e-mail-e-buscas-ainda-dominam-internet,757245,0.htm>

período, o que resulta em uma média de 4,7 horas por mês conectado em sites de redes sociais por usuário<sup>55</sup>.

O estudo mostra que o Facebook vem angariando novos usuários rapidamente, passando dos 8 milhões de utilizadores no ano de 2010 para mais de 24 milhões em 2011. No geral, o Facebook é líder absoluto na América Latina com mais de 91 milhões de usuários. O Windows Live aparece numa distante segunda posição, somando 35,5 milhões de usuários, seguido pelo Orkut, 34,4 milhões, e pelo Twitter, que possui 24,3 milhões de utilizadores registrados.

O Facebook, no Brasil, já tem mais audiência do que a rede social mais antiga do Google, o Orkut. Segundo dados da Comscore<sup>56</sup>, em dezembro de 2011, o Facebook recebeu 36,1 milhões de visitantes únicos, deixando o Orkut, antigo rival e seus 34,4 milhões, na segunda posição. Em terceiro lugar no ranking das mídias sociais no Brasil está o Windows Live, que fechou 2011 com 13,3 milhões de visitantes, um crescimento de 13% em relação ao fim de 2010. Em um ano, o número de brasileiros que aderiram ao Facebook aumentou 192%, segundo a empresa, enquanto o Orkut cresceu 5%. Em um estudo de outubro de 2011, a Comscore indicava que o Brasil fazia parte do grupo de sete países — China, Japão, Coreia do Sul, Vietnã, Polônia e Rússia — em que o Facebook ainda não era líder<sup>57</sup>.

Um fato curioso foi uma pesquisa divulgada pela empresa de análise de mercado Experian Hitwise a qual mostrou que redes sociais são mais populares que sites pornô no Reino Unido. O estudo apurou que sites como o Facebook e LinkedIn foram responsáveis por 12,46% de todo o tráfego da internet na região, o equivalente a uma em cada oito visitas. Já a indústria dos sites pornô, junto com outros portais de entretenimento, ficou bem próxima, com 12,18%, mas amargou o segundo lugar. De acordo com o levantamento, baseado em dados coletados nos últimos três anos, essa foi a primeira vez que o tráfego de redes sociais superou o de sites de entretenimento no Reino Unido. Nos dados, o Facebook se destaca com 56% do volume de visitas. A notícia vem logo após a empresa de Zuckerberg anunciar 30 milhões de usuários na região<sup>58</sup>.

---

<sup>55</sup> Disponível em: <http://ecommercenews.com.br/noticias/pesquisas-noticias/estudo-mostra-panorama-do-uso-de-redes-sociais-no-brasil>

<sup>56</sup> Disponível em: <http://www.indicadorbrasil.com.br/2012/01/facebook-e-a-rede-social-com-maior-audiencia-no-brasil/>

<sup>57</sup> Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/tag/facebook/page/2/>

<sup>58</sup> Disponível em: <http://www.boadica.com.br/noticia/92374/acesso-a-redes-sociais-supera-trafego-de-sites-porno-e-entretenimento>

No Brasil também este fato foi verificado através de pesquisa realizada pela *Experian Hitwise*<sup>59</sup>, que demonstra a popularidade das redes, e mostra que os brasileiros acessam mais redes sociais que sites adultos. Entre todas as visitas feitas à internet em dezembro de 2011, 19,38% delas foram feitas a sites da categoria Redes Sociais e Fóruns, enquanto a categoria de Sites Adultos ficou com uma participação de 5,29% das visitas no mesmo período. Em comparação com dezembro de 2010 as redes sociais cresceram 3,84 p.p., saindo de 15,54% em dezembro de 2010 para 19,38% em dezembro de 2011.

Segundo estudo divulgado pelo Google através da ferramenta *DoubleClick Ad Planner*, segue lista dos sites mais visitados do mundo em 2011. Para chegar a esses números foram combinados dados de diversas fontes e a lista excluiu sites adultos ou redes de anúncios, por exemplo. O próprio Google “se excluiu” da lista, apesar de brigar ponto a ponto com o Facebook para ser o mais visitado da internet mundial. Outra lista dos mais visitados do mundo em 2011 pode ser obtida com o ranking *Alexa Top 500*, que monitora a internet mundial. Nesta lista não existe surpresa nos primeiros lugares; Google e Facebook lideram. Não é fácil descobrir a audiência da internet no país, mas recorrendo novamente ao Alexa, estes foram os sites mais visitados do Brasil em 2011<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Pesquisa disponível em:

[http://www.serasaexperian.com.br/release/noticias/2012/noticia\\_00755.htm](http://www.serasaexperian.com.br/release/noticias/2012/noticia_00755.htm)

<sup>60</sup> Disponível em: <http://curiosidadedant.blogspot.com/2012/01/os-10-sites-mais-acessados-de-2011.html>

Tabela 1: Relação de sites mais visitados.

Entre os Sites mais visitados do mundo estão:	Top 10 do Alexa	Mais visitados do Brasil
1. <b>Facebook.com</b> 880,000,000 de visitantes únicos	1) <b>Google</b>	1) <b>Google Brasil</b>
2. <b>YouTube.com</b> 800,000,000 de visitantes únicos	2) <b>Facebook</b>	2) <b>Facebook</b>
3. <b>Yahoo.com</b> 660,000,000 de visitantes únicos	3) <b>YouTube</b>	3) <b>Google</b>
4. <b>Live.com</b> 550,000,000 de visitantes únicos	4) <b>Yahoo</b>	4) <b>YouTube</b>
5. <b>Wikipedia.org</b> 490,000,000 de visitantes únicos	5) <b>Baidu</b>	5) <b>UOL</b>
6. <b>MSN.com</b> 450,000,000 de visitantes únicos	6) <b>Wikipedia</b>	6) <b>Windows Live</b>
7. <b>Blogspot.com</b> 410,000,000 de visitantes únicos	7) <b>Windows Live</b>	7) <b>Globo.com</b>
8. <b>Baidu.com</b> 340,000,000 de visitantes únicos	8) <b>Blogspot</b>	8) <b>Blogspot.com</b>
9. <b>Bing.com</b> 340,000,000 de visitantes únicos	9) <b>Amazon</b>	9) <b>Orkut</b>
10. <b>Microsoft.com</b> 340 milhões de visitantes únicos	10) <b>Twitter</b>	10) <b>Yahoo!</b>

Fonte: Alexa Top.

Com esses dados é possível verificar o crescimento na utilização das redes sociais, como instrumento de comunicação e informação. Além disso, estas redes passaram a ser utilizadas inclusive para educação e trabalho. Espera-se que o seu uso seja ainda mais alargado, passando para o campo social e principalmente para o campo político.

### 3.5.1 As redes sociais virtuais e a democratização da participação social

A era virtual se apresenta como uma realidade concreta. As novas tecnologias de comunicação, virtuais e interativas, não apresentam qualquer fronteira nesse processo comunicativo.

Para Mezzaroba (2009) na medida em que as novas tecnologias de informação e comunicação vão se firmando, o processo comunicativo na esfera da política passa a exigir a interação entre agentes e receptores participantes do sistema que os integra. Isto exige que os atores políticos, no caso o cidadão e os ocupantes de funções públicas, estejam em permanente interação comunicativa.



A maior interação entre os governantes e o eleitor é obviamente desejável, pois, dentre outros elementos, propicia melhoria de qualidade do voto e a eleição de representantes com maior responsabilidade fiscal. Este cenário é parte do que a literatura internacional mais recente tem chamado de e-democracia<sup>61</sup>.

Assim, continua Mezzaroba (2009), no espaço comunicativo, também chamado de ciberespaço, a construção de conhecimentos deve ser aberta, pública e livre. Sendo que a fonte primária de qualquer informação sempre residirá no agente primário que é o cidadão. As novas formas de comunicação e de informação como a ciberdemocracia e o governo eletrônico surgem como importantes instrumentos no aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos de inclusão política.

É preciso notar que a esfera política permanece ainda como agente importante nos processos de tomada de decisão, mantendo o seu papel de representação política. Porém, com as novas tecnologias de informação e comunicação a esfera civil passa a ser vista, juntamente com a esfera política, como agente de produção da decisão política.

Por fim, Mezzaroba (2009) afirma que a contribuição da ciberdemocracia está em proporcionar um espaço livre e aberto de criação e interação de comunicações. A contribuição do governo eletrônico está em proporcionar transparência, visibilidade e acesso por parte do cidadão no que diz respeito a execução de políticas públicas. Aplicados de forma conjunta esses mecanismos poderão propiciar que cada cidadão participe diretamente na tomada de decisões e possa fazer o controle imediato das decisões políticas.

Será através do processo de interação entre a efetiva legitimidade da ciberdemocracia juntamente com os instrumentos adequados do governo eletrônico que se garantira o superávit de representatividade política das decisões de governo.

No ano de 2007, Piana (2009) realizou uma pesquisa com os parlamentos da América Latina, mais especificamente nos Poderes Legislativos do Mercosul. Foi realizada uma enquête através do envio de e-mail aos legisladores, no endereço indicados nas páginas oficiais. O primeiro e-mail continha dez perguntas para que o legislador expressasse, no marco de uma investigação sobre o uso das novas tecnologias de informação e comunicação, sua relevância como nova

---

<sup>61</sup> A “democracia digital” é, neste sentido, um expediente semântico empregado para referir-se à experiência da internet e de dispositivos que lhe são compatíveis, todos eles voltados para o incremento das potencialidades de participação civil na condução dos negócios públicos (GOMES, 2005).

ferramenta para fortalecer os mecanismos de participação democrática. Nesse e-mail se solicitava informação sobre o uso pessoal das TICs, quantidade de e-mails que recebe e responde, definições sobre governo eletrônico e democracia eletrônica e importância que cada um acha a certas temáticas consideradas como essenciais para o desenvolvimento do governo eletrônico.

Em seguida, Piana (2009), seguindo o mesmo procedimento enviou outro e-mail a cada legislador, com um suposto nome, como se fosse pergunta de um cidadão comum para controlar porcentagem e tempo da resposta. A mensagem era pessoal e não comunicava que os demais legisladores também haviam recebido tal e-mail. A pergunta era simples e não se requeria muito tempo ou esforço para responder. Solicitou-se que o legislador informasse em que página da Web era possível conseguir a legislação aprovada pelo Parlamento.

Com o primeiro e-mail o autor Piana (2009) buscava conhecer qual era a opinião dos membros do Legislativo do Mercosul sobre os temas relacionados com as tecnologias e a democracia. Segundo ele o resultado não foi dos melhores. Dentre os mais de mil e trezentos e-mails enviados, somente onze tiveram resposta, porcentagem que dá um resultado inferior a 1% de e-mails respondidos.

Tabela 2: Relação e-mails Câmara e Senado Mercosul

		Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Total
<b>Câmara dos deputados</b>	Enviados	256(100%)	512(100%)	60(100%)	99(100%)	166(100%)	1093(100%)
	Respondidos	1 (0,39%)	3 (0,58%)	2 (3,33%)	4 (4,04%)	0 (0,00%)	10 (0,91%)
<b>Senado Federal</b>	Enviados	72 (100%)	81 (100%)	46(100%)	30 (100%)		229 (100%)
	Respondidos	0 (0,00%)	0 (0,00%)	1 (2,17%)	0 (0,00%)		1 (0,43%)
<b>Total</b>	Enviados	328(100%)	593(100%)	106(100%)	129(100%)	166(100%)	1322(100%)
	Respondidos	1 (0,30%)	3 (0,50%)	3 (2,83%)	4 (3,10%)	0 (0,00%)	11 (0,83%)

Fonte: Piana (2009).

Os legisladores nacionais dos países do Mercosul que mais e-mails responderam foram do Uruguai, seguidos de Paraguai, Brasil e Argentina. Nenhum legislador da Venezuela respondeu o e-mail no qual se solicitava informações sobre o uso das tecnologias e democracia. Salvo um senador do Paraguai, o resto foi respondido por deputados (PIANA, 2009).

Quanto ao segundo e-mail, no qual se requeria informações ao legislador, os resultados foram melhores, mesmo que menor do

esperado. Dos mil, trezentos e vinte e dois e-mails enviados aos legisladores do Mercosul, somente cento e noventa e seis obtiveram resposta (PIANA, 2009).

Tabela 3: Segunda relação e-mails Câmara e Senado Mercosul

		Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Total
<b>Câmara dos deputados</b>	Enviados	256(100%)	512(100%)	60(100%)	99(100%)	166(100%)	1093(100%)
	Respondidos	38(14,84%)	90(17,58%)	2(3,33%)	30(30,3%)	4(2,41%)	164(15%)
<b>Senado Federal</b>	Enviados	72 (100%)	81 (100%)	46(100%)	30 (100%)		229(100%)
	Respondidos	11(15,27%)	12(14,81%)	5(10,87%)	8(26,67%)		32(13,97%)
<b>Total</b>	Enviados	328(100%)	593(100%)	106(100%)	129(100%)	166(100%)	1322(100%)
	Respondidos	49(14,93%)	102(17,2%)	7(6,60%)	38(29,46%)	4(2,41%)	196(14,82%)

Fonte: Piana (2009).

Para Piana (2009) esse tipo de resultado parece ser consequência da própria cultura dos políticos, desacostumados com o contato direto com o cidadão fora do período eleitoral. Nesse sentido, as TICs resultariam como ferramentas intrusas. No entanto, o problema mais importante da governabilidade está relacionado com a formulação de políticas eficazes e sujeitas a prestação de contas. Sem a existência de canais abertos de comunicação entre a sociedade, os partidos políticos e o parlamento não será possível desenvolver mecanismos eficazes de controle institucional. É necessário recuperar a credibilidade do poder legislativo, promovendo a transparência e a prestação de contas dos representantes aos cidadãos, utilizando para isso as tecnologias de informação e comunicação.

Enfim, Piana (2009) explica que a eficiência, prestação de contas e transparência como metas a se alcançar nos projetos de reforma através da utilização das novas TICs, mais que questões tecnológicas, são questões que afetam a ética e o compromisso social.

Seguindo a linha de Piana (2009), resolveu-se realizar pesquisa apenas a título exemplificativo de como está o uso de novas tecnologias pelos políticos brasileiros. A pesquisa ficou restrita aos deputados estaduais do Estado de Santa Catarina. Ressalte-se que a pesquisa não foi feita com conotações qualitativas, o intuito era apenas descobrir se os deputados possuem contato com o cidadão.

Assim, através da mesma metodologia desenvolvida por Piana (2009) foi criado um e-mail com três perguntas e enviado aos quarenta deputados estaduais do Estado de Santa Catarina, no endereço eletrônico

informado no site oficial da Assembleia Legislativa. A primeira pergunta questionava o que o deputado entendia por Ciberdemocracia. Na segunda, foi questionado se o deputado fazia uso das redes sociais e quais delas. Na terceira e última pergunta questionou-se a opinião do deputado sobre a possibilidade da utilização das redes sociais como instrumento de inclusão política.

Tabela 4: Pesquisa exemplificativa, utilização do e-mail.

	<b>Assembleia Legislativa SC</b>
Enviados	40(100%)
Respondidos	7(17,5%)

Fonte: pesquisa do autor.

Dos quarenta e-mails enviados, um deles retornou por erro no endereço, e apenas sete deputados responderam as questões, somando uma porcentagem de 17,5% de respostas. Do demais não houve manifestação. Assim, fica a dúvida quanto à utilização de redes sociais pelos deputados, pois como se verá a grande maioria deles utiliza algum tipo de rede social, no entanto no e-mail informado no site oficial, apenas sete deles responderam.

Também a título de curiosidade, com intuito meramente exemplificativo, foi feita uma pesquisa, através das informações disponibilizadas pelos deputados na página oficial da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, quantos deles utilizavam as redes sociais e quais eram as preferidas.

Na página da Assembleia existe um link que exibe a lista dos deputados da casa. Ao abrir a lista clicando-se sobre o nome do deputado abre uma nova página, na qual constam informações, tais como, biografia, legislatura, proposições, entre outras, do deputado. Nessas informações foi pesquisado se o deputado fazia uso de redes sociais.

Dos quarenta deputados informados pela lista da página clicando-se sobre o nome, em sete deles não constava qualquer tipo de informação sobre a utilização de redes sociais. Em um deles não foi possível acessar as informações, pois a página apresentava erro e não abria. Dos restantes trinta e dois deputados verificou-se que trinta deles possuem conta no Twitter e vinte e um deputados possuem perfil no

Facebook. Sendo as redes sociais preferidas, porém não as únicas, conforme se depreende do quadro abaixo.

Tabela 5: Relação redes sociais/deputados SC

Rede Social	Percentual
Twitter	30 – 93,75%
Facebook	21 – 65,62%
RSS	20 – 62,50%
Orkut	15 – 46,87%
YouTube	20 – 62,50%
Blog	3 – 9,37%
Flickr	5 – 15,62%
Outras	4 – 12,5%

Fonte: pesquisa do autor.

Apesar do Blogger e do RSS não serem consideradas redes sociais, percebe-se que há utilização destas ferramentas. E o YouTube é largamente utilizado para a divulgação de vídeos com os deputados. No entanto, apesar da larga utilização das redes sociais, verifica-se que a utilização é muito restrita ao campo informativo, sem grandes tendências a possibilidade de participação e contato por parte dos cidadãos. Mesmo assim, em alguns casos isso ocorre, demonstrando que as ferramentas das redes sociais podem sim ser usadas para aproximar o eleitor de seu candidato, proporcionando o acompanhamento de perto daquele que foi escolhido para representar o cidadão.

A internet e as redes sociais oferecem um conjunto extraordinário de ferramentas para aproximar os políticos de seus eleitores. Usando sites, blogs ou o Twitter, qualquer parlamentar pode estabelecer um diálogo direto com o eleitorado. Pode prestar contas de seus gastos, convidar as pessoas para opinar em temas importantes, pode convidar a todos a participar de sua agenda, pode conversar diretamente com os eleitores e ouvir suas críticas.

A nova geração de políticos está descobrindo como interagir efetivamente com seus eleitores usando a internet e as redes sociais. É neste ponto que um site, ou uma conta no Facebook, ganha a dimensão de uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do processo

democrático. Através de pesquisa realizada pela Medialogue<sup>62</sup> pode ser observada como os políticos brasileiros estão utilizando as redes sociais para a interação com os eleitores.

Através das tabelas a seguir é possível verificar como os sites dos deputados federais são em relação com o eleitor, o tipo de conteúdo e o uso dos canais sociais. A primeira tabela mostra a interação com o eleitor e demonstra que a maioria dos deputados utiliza sites para cadastro de eleitores, porém a página é institucional, sem maiores interações com o eleitor, consoante se percebe pelo fato de que apenas 34% deles publicam comentários do eleitor no site.

Tabela 6: Interação com o eleitor, deputados federais.

<b>Interação com o eleitor</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
Usa o site para cadastrar eleitor	82	18
Mantém blog atualizado (publicou no último mês)	73	27
Responde a perguntas no Twitter	51	49
Usa linguagem informal no Twitter	45	55
Permite que o eleitor envie e-mail	37	63
Publica comentários do eleitor em seu site	34	66
Respondeu a e-mail enviado pela pesquisa	24	76
Utiliza enquetes para apurar a opinião do eleitor	14	86

Fonte: Medialogue.

A segunda tabela demonstra o tipo de informações divulgadas pelos deputados federais em seus sites. Também neste caso se verifica que a utilização dos sites é mais informacional, apesar da pouca utilização. Percebe-se ainda muita resistência quanto a publicação de gastos com apenas 3% deles publicando.

<sup>62</sup> Conteúdo completo disponível em: <http://www.medialogue.com.br/wp-content/uploads/downloads/2011/11/politico-20-deputado-senador-resumida.pdf>

Tabela 7: Tipo de informações divulgadas, deputados federais.

<b>Tipo de informações divulgadas</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
Publica lista de projetos de lei e propostas relacionadas ao mandato	48	52
Publica no site notícias relacionadas ao mandato	41	59
Informa agenda e compromissos no site	30	70
Informa os gastos de gabinete no site	3	97

Fonte: Medialogue

A terceira tabela demonstra quais os canais de redes sociais mais utilizados pelos deputados federais. Percebe-se que o twitter é o preferido entre eles, sendo que 84% dos deputados possui conta. O facebook está se tornando cada vez mais presente sendo que 62% dos deputados possui perfil na rede.

Tabela 8: Canais mais usados, deputados federais.

<b>Canais mais usados</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
Twitter	84	16
Mantém site	76	24
Youtube (canal)	63	37
Facebook (perfil)	62	38
Flickr (canal)	53	47
Orkut (perfil)	43	57
Wikipedia <sup>63</sup> (verbete)	38	62
Facebook (fan page)	27	73
Mantém blog	27	73
Outros (Google+, Formspring, Myspace, Sonico, Vimeo)	2	98

Fonte: Medialogue

Nas próximas tabelas é possível verificar como os sites dos senadores são em relação com o eleitor, o tipo de conteúdo e o uso dos canais sociais. A primeira tabela mostra a interação com o eleitor e demonstra que a maioria dos senadores utiliza sites para cadastro de eleitores, porém a página é institucional, sem maiores interações com o eleitor, consoante se percebe pelo fato de que apenas 20% deles publicam comentários do eleitor no site.

---

<sup>63</sup> **Wikipedia** não é uma rede social, mas a manutenção e o cuidado com as informações publicadas em seu verbete foram considerados pela pesquisa Político 2.0 da Medialogue como uma atuação em um canal social.

Tabela 9: Interação com o eleitor, senadores.

<b>Interação com o eleitor</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
Usa o site para cadastrar eleitor	63	37
Mantém blog atualizado (publicou no último mês)	23	77
Responde a perguntas no Twitter	43	57
Usa linguagem informal no Twitter	28	72
Permite que o eleitor envie e-mail	32	68
Publica comentários do eleitor em seu site	20	80
Respondeu a e-mail enviado pela pesquisa	14	86
Utiliza enquetes para apurar a opinião do eleitor	19	81

Fonte: Medialogue

A segunda tabela demonstra o tipo de informações divulgadas pelos deputados federais em seus sites. Também neste caso se verifica que a utilização dos sites é mais informacional, apesar da pouca utilização. Percebe-se ainda muita resistência quanto a publicação de gastos com apenas 12% deles publicando.

Tabela 10: Tipo de informações divulgadas, senadores.

<b>Tipo de informações divulgadas</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
Publica lista de projetos de lei e propostas relacionadas ao mandato	45	55
Publica no site notícias relacionadas ao mandato	76	24
Informa agenda e compromissos no site	37	63
Informa os gastos de gabinete no site	12	88

Fonte: Medialogue

A terceira tabela demonstra quais os canais de redes sociais mais utilizados pelos senadores. Percebe-se que no caso dos senadores, a preferência é pela manutenção de sites, seguidos do twitter, sendo que 75% dos senadores possui conta. A curiosidade percebida aqui é a preferência pelo Flickr que possui 59% de usuários, 8% a mais que o Facebook.



Tabela 11: Canais mais usados, senadores.

<b>Canais mais usados</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
Wikipedia <sup>64</sup> (verbete)	96	4
Mantém site	85	15
Twitter	75	25
Youtube (canal)	64	36
Flickr (canal)	59	41
Facebook (perfil)	51	49
Facebook (fan page)	37	63
Orkut (perfil)	36	64
Mantém blog	23	77
Outros (Google+, Formspring, Myspace, Sonico, Vimeo)	9	91

Fonte: Medialogue.

Conforme se percebe pela análise das tabelas acima, o uso das redes sociais já faz parte do cotidiano de deputados federais e senadores, no entanto é ainda restrita a divulgação de informações e a possibilidade de interação com os cidadãos.

Uma das possíveis causas é a geração em que estes políticos foram criados, acostumados ao papel e a forma tradicional de fazer política. No entanto, espera-se que com o tempo, esta tradicionalidade possa ser superada, facilitando-se assim o contato com o cidadão, com a efetiva transparência da qual o representante não pode se afastar e com canais diretos de contato com o cidadão, com pronta resposta a partir do representante.

### 3.5.2 O poder legislativo e o uso de redes sociais virtuais

Com o advento da Internet, surgiu a possibilidade de um maior acompanhamento das atividades parlamentares, principalmente a atuação do indivíduo eleito para o mandato legislativo. Eis que, ter as informações da atuação parlamentar auxilia na fiscalização por parte do cidadão.

Entretanto, não basta apenas trazer a público uma coletânea de informações desconexas. É necessário trazer a informação completa e correlacionada com toda a dinâmica das casas legislativas. Para tal, as

---

<sup>64</sup> **Wikipedia** não é uma rede social, mas a manutenção e o cuidado com as informações publicadas em seu verbete foram considerados pela pesquisa Político 2.0 da Medialogue como uma atuação em um canal social.

casas legislativas utilizam de vários meios de comunicação de massa, tais como a internet, televisão e rádios.

Desta forma, torna-se necessário uma metodologia de avaliação destes mecanismos de informações. Por isso, através de questionário desenvolvido durante participação do Grupo Eletrônico, Inclusão Digital e Sociedade do Conhecimento, realizou-se pesquisa exemplificativa do uso de redes sociais virtuais pelas Casas Legislativas<sup>65</sup>.

A metodologia proposta consistiu em determinar como as casas legislativas estão fazendo uso das redes sociais para ficarem mais próximas do cidadão. Nos portais foram verificados: a disponibilidade de serviços online, a prestação de informações online e a utilização de redes sociais para contato com o cidadão, com o objetivo de melhor aferir os serviços prestados. Como objetos de estudos, foram avaliados os sites das casas legislativas federais (Senado Federal e Câmara dos Deputados) e estaduais (assembleias legislativas).

Como se pode observar, todos os sites disponibilizam lista com o nome dos deputados e em vinte e quatro aparecem os respectivos contatos eletrônicos, sendo que em três deles esta informação não é disponibilizada.

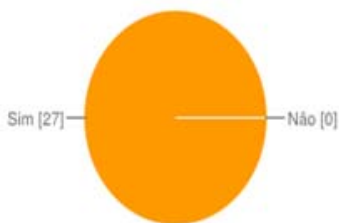


Figura 1 – Lista de Deputados  
O site exibe lista dos deputados?  
Sim 27 = 100% Não 0 = 0,00%

Fonte: pesquisa do autor

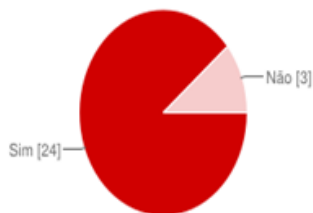


Figura 2 – Contato  
Eletrônico de deputados.  
O site disponibiliza contato eletrônico dos deputados?  
Sim 24 = 89% Não 3 = 11%

Fonte: pesquisa do autor

<sup>65</sup> Grupo Governo Eletrônico, Inclusão Digital e Sociedade do Conhecimento com encontros semanais na Universidade Federal de Santa Catarina. Site do Grupo: <http://www.egov.ufsc.br/portal/>.

Em dezoito sites das assembleias é disponibilizado formulário para contato e em vinte e dois deles existe o Portal Transparência, no qual os cidadãos podem acompanhar os gastos efetivados pelo Órgão, bem como salários, despesas e licitações efetuadas

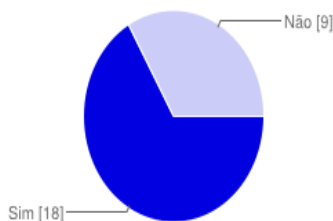


Figura 3 – Formulário para contato  
Há formulário para contato no site?  
Sim 18 = 67% e Não 9 = 33%

Fonte: pesquisa do autor.

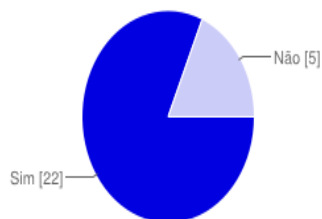


Figura 4 – Portal Transparência  
A Assembleia possui o Portal  
Transparência? Sim 22 = 81%  
Não 5 = 19%.

Fonte: pesquisa do autor.

Quanto a possibilidade de fazer busca de projetos e proposições, em vinte e seis dos sites consultados existe essa possibilidade, mas em apenas dois deles é possível opinar sobre estes mesmo projetos/proposições. Assim, percebe-se que existe a tendência em proporcionar a informação ao cidadão, porém ainda não se tem uma cultura de diálogo, em que a pessoa possa discutir e colaborar com a formação dos projetos e proposições de forma direta, principalmente através dos sites oficiais, e das redes sociais virtuais.

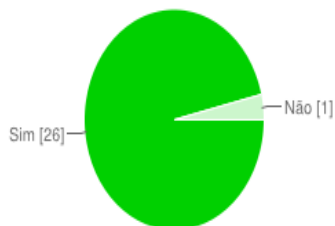


Figura 5 – Busca Projetos/Proposições  
É possível fazer busca de projetos ou proposições online?

Sim 26 = 96% e Não 1 = 4%.

Fonte: pesquisa do autor.

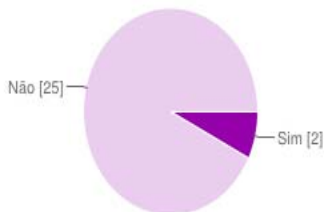


Figura 6 – Opinar  
Projetos/Proposições  
É possível opinar sobre projetos ou proposições online?

Sim 2 = 7% e Não 25 = 93%

Fonte: pesquisa do autor.

Enfim, sobre o uso de redes sociais, se percebe que a preferida é o *Twitter*, seguida de *Facebook* e *Youtube*

Tabela 12: Redes Sociais Assembleias Legislativas. Com a possibilidade de marcar mais de uma caixa de seleção, a soma das percentagens pode ultrapassar 100%. As demais respostas podem ser consultadas online<sup>66</sup>.

Twitter	<b>16</b>	89%
Facebook	<b>7</b>	39%
Orkut	<b>3</b>	17%
YouTube	<b>7</b>	39%
Flickr	<b>2</b>	11%
RSS	<b>5</b>	28%
Other	<b>3</b>	17%

Fonte: pesquisa do autor

<sup>66</sup> As demais respostas do Formulário poderão ser consultadas online através do endereço disponível em:

[https://docs.google.com/spreadsheet/gform?key=0AhtzX\\_PrZ\\_CdEVETTVDRIrMHpEcWFMUzZHY0JxZ2c&gridId=0#chart](https://docs.google.com/spreadsheet/gform?key=0AhtzX_PrZ_CdEVETTVDRIrMHpEcWFMUzZHY0JxZ2c&gridId=0#chart). As respostas foram obtidas no mês de Fevereiro, motivo pelo qual pode haver diferenças, ou seja, algum ou alguns dos sites pode ter modificado suas informações.

No site do Senado Federal não há utilização de redes sociais, no entanto na lista disponibilizada com o nome dos senadores, além de constar o e-mail, existe um link que direciona para a página principal do senador, na qual o cidadão poderá acompanhar as atividades desenvolvidas por ele, bem como acessar as redes sociais de cada um.

Já quanto ao site da Câmara dos Deputados pode-se dizer que é o mais completo, quando se trata de disponibilização de ferramentas para a participação do eleitor. Além de chats de bate-papos, possibilidade do envio de propostas que poderão se tornar lei, e de formulários para contato direto, há o portal e-Democracia<sup>67</sup>, no qual a sociedade pode participar ativamente na elaboração de leis, com fóruns democráticos, debate virtual e possibilidade de acompanhamento virtual do que está sendo discutido.

O Portal da Câmara dos Deputados disponibiliza ainda acompanhamento através das redes sociais – twitter, facebbok, Orkut, youtube e blogs. Mas também estes tem caráter informativo, no entanto, como característica do facebook está a possibilidade de comentar as postagens o cidadão poderá enviar comentários e compartilhar as informações deixando sempre suas sugestões ou reclamações quanto ao conteúdo.

Percebe-se assim que a utilização das redes sociais ainda é voltada principalmente para a informação e disponibilização de notícias, porém já é um caminho para que o eleitor possa acompanhar o que acontece e o que fazem os seus representantes, no entanto, as redes sociais podem facilitar a aproximação entre representando e representado, o que poderá levar a maiores discussões quanto aos projetos e proposições que serão discutidas nas casas legislativas, fortalecendo assim a democracia participativa.

### 3.6 REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO POLÍTICA

As possibilidades democráticas podem ser influenciadas pelas novas tecnologias uma vez que estas têm a capacidade de mudar a maneira pela qual as pessoas, em grande número, interagem e se comunicam.

---

<sup>67</sup> O e-Democracia é um portal de interação da Câmara dos Deputados com o objetivo de promover e incentivar a participação da sociedade no processo de elaboração de leis.(informação site: <http://edemocracia.camara.gov.br>).

### 3.6.1 Participação política online

O déficit de participação política não é um problema da internet, mas já que as comunicações digitais em rede representam um conjunto novo de ferramentas para o estabelecimento e a extensão das redes sociais, para produzir novas formas de colaboração, informação e interesse político, talvez, como sugere Gomes (2011), se possa encontrar nelas alguma alternativa de incremento de participação política e engajamento cívico.

Nesse sentido, há uma questão interessante abordada por Krueger (2006) que lida com o problema das diferenças entre a participação política em geral e a participação que se dá mediante a internet. Seja daquela em que as ferramentas, produtos e iniciativas online são acessórios e complementos das modalidades já tradicionais, ou daquela outra em que os recursos baseados na internet são meios e instrumentos essenciais para a sua existência.

De fato, pode-se distinguir no que respeita à participação política via internet, um espectro consideravelmente amplo, em que os dois pólos são representados; de um lado, pela participação política em que a internet (isto é, as ferramentas, as linguagens, os produtos e os aparelhos e as máquinas de conexão digital) é instrumental, e, de outro, pela participação civil em que a internet é essencial. Nos diversos pontos da escala que materializa o intervalo entre estes dois pólos são situadas as diversas formas e iniciativas de participação, via internet (KRUEGER, 2006), ou, para simplificar, de e-participação ou participação online (GOMES, 2011).

Assim, segundo Gomes (2011) quem usa e-mail ou skype para fazer contatos políticos em vez de carta, fax ou telefone simplesmente substituiu uma tecnologia por outra, digital, que lhe é bastante similar, embora contenha vantagens adicionais típicas de tecnologia; do mesmo modo, quem busca informação política em versões online de jornais da indústria da informação não faz muito mais do que trocar o papel pela tela, naturalmente com as perdas e ganhos que isso comporta.

Assim, para uma efetiva participação não basta apenas trocar uma ferramenta de informação tradicional por aquela virtual, mas desenvolver a prática de atitudes que realmente interfiram na forma em como as decisões serão construídas.

Continua Gomes (2011) afirmando que quem busca informações políticas em sites e portais já está lidando com um produto desenhado exclusivamente para o ambiente online, e quem se embrenha na blogosfera estará alguns graus mais distante do modelo da leitura de

jornais. De maneira semelhante, quem usa ferramentas de comunicação instantânea, como MSN ou Gtalk, estará alguns graus mais distante do modelo da troca de correspondência ou da conversa cotidiana. Estará ainda mais distante deste modelo se emprega, para isso, o twitter.

Gomes (2011) afirma ainda que se a pessoa passar ao nível mais sofisticado das ferramentas, o quadro se repete: uma lista de discussão é algo típico da internet, mas ainda guarda alguma analogia com a forma do debate especializado; por sua vez, o emprego político de um site de relacionamento ou, de forma mais genérica, de sites para redes sociais (*social networking sites*), é ainda mais típico do universo digital, enquanto solicita determinadas habilidades, domínio de ferramentas e disposição de espírito que são peculiares às pessoas que estão constante e profundamente conectadas. Assim, uma coisa é a ação digital de quem usa e-mails, lê jornais online e visita sites políticos, por exemplo; outra é aquela de quem participa de fóruns, domina ferramentas para redes online, além daquelas para conexão instantânea e para compartilhamento de vídeo e imagem; outra ainda é a participação online daqueles que são capazes de dobrar e empregar quaisquer ferramentas digitais para participar de iniciativas digitais com propósitos políticos.

Em suma, para uma participação efetiva no que se define de ciberdemocracia é necessário o envolvimento e conhecimento das novas tecnologias de informações e comunicações, bem como, uma cultura política que desenvolva no cidadão a consciência de que a construção de uma verdadeira democracia depende de uma ferramenta fácil e acessível, mas também de uma cidadania forte e ativa.

Para Gomes (2011) o debate sobre participação online é tributário daquele mais amplo e tradicional sobre participação política. Por esta razão, tende a ser parte de um debate mais largo e, na maior parte das vezes, restringe-se a questões relacionadas à aplicação de argumentos e pressupostos mais bem examinados e discutidos em campos como a teoria política ou a teoria democrática. Por isso mesmo a preocupação com a participação política online acaba herdando automatismos conceituais, vieses e lacunas do debate tradicional.

No quadro da filosofia da democracia, Gomes (2011) afirma que a participação civil não é, em princípio, um fim em si mesmo. A participação não tem um valor intrínseco, a não ser para o benefício privado do próprio participante como outras atividades, como fazer dieta, exercício físico ou se divertir. Mas essa esfera de benefícios exorbita o âmbito específico da democracia, cujo objeto específico está relacionado ao vínculo coletivo, ao contrato social. Não importando

como seja nomeada a instância coletiva em questão – comunidade política, da polis, do estado... -, a democracia é um sistema que cuida do que é comum ao coletivo. A participação não é um valor democrático por ser um valor em si mesmo, mas apenas na medida em que pode produzir algum benefício para a comunidade política. Caso contrário, qualquer participação civil seria boa para a democracia. Na verdade, a participação política sempre foi pensada como meio, cujo fim era, no caso dos antigos, a materialização da autonomia do povo para se autogovernar, para gerir diretamente a comunidade política. Participar é um privilégio concedido ao povo e um meio para se assegurar o autogoverno civil.

Assim, com a inserção das novas tecnologias de comunicação e informação no campo político, emerge um novo tipo de participação, qual seja a e-participação num quadro de democracia digital, ou seja, aquela em que se utiliza qualquer forma de emprego de dispositivos, aplicativos e ferramentas de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da comunidade política.

Por “teor democrático” e “requisitos da democracia” Gomes (2011) tem em vista aspectos relacionados ao conceito de democracia que são comumente aceitos no padrão dos estados democráticos modernos, numa lista que inclui, pelo menos, a garantia e/ou o aumento das liberdades de expressão, de opinião e de participação, a garantia e/ou o aumento dos meios e oportunidades de accountability ou de transparência pública dos governos via internet, a garantia e/ou do aumento das experiências de democracia direta, uma base online, mais instrumentos e oportunidades de participação do cidadão nas esferas de decisão sobre políticas públicas e administrativas dos governos, incremento do pluralismo, da representação das minorias e da consolidação dos direitos de indivíduos e dos grupos socialmente vulneráveis.

Para se promover um bom projeto de democracia digital Gomes (2011) propõe como primeiro aspecto a ser considerado as iniciativas com alto teor democrático, socialmente interessantes, tecnologicamente bem resolvidas e atraentes. Iniciativas são projetos ou idéias que articulam ferramentas, dispositivos e aplicativos para realizar determinadas funções dedicadas a resolver problemas ou alcançar propósitos específicos. O projeto de petições online do parlamento britânico, a cidade digital de Hoogeveen, o projeto Youngscot, o



democracy, o projeto e-democracia da Câmara dos deputados, Transparência Brasil e Contas Abertas, por exemplo, são iniciativas.

No entanto, as pessoas participam de iniciativas quando consideram uma oportunidade adequada para atingir fins desejáveis. Mas precisam ser vistas como oportunidades. Gomes (2011) chama de oportunidades aquela conjunção de ocasiões e circunstâncias em que os meios podem produzir fins desejáveis de maneira que os custos sejam largamente recompensados pelos benefícios.

Assim, faz parte do sistema de produção da democracia digital fazer com que iniciativas (meios) sejam (vistas como) oportunidades vantajosas para os que dela participam. No universo digital quaisquer iniciativas voltadas para descolonizar o espaço da cidadania representarão um lance da ciberdemocracia, à medida que contribuem para recompor padrões adequados de soberania popular.

Na verdade, Gomes (2011) afirma que iniciativas democraticamente relevantes, mesmo aquelas do universo das comunicações digitais, demandam, em geral, quotas relevantes de ação social. A participação é apenas uma das formas de ação. Acompanhar o noticiário político online, ler blogs de político, ver vídeos de política no Youtube, por exemplo, é ação, mas não literalmente uma participação política; já escrever um blog de política, fazer campanha online, escrever petições eletrônicas, manifestar-se num fórum eletrônico ou numa consulta orçamentária digital e postar vídeos políticos são formas de participação na vida pública ou no jogo político. O primeiro conjunto de ações pode servir para orientar o indivíduo na sua participação política e para aparelhar o grupo para o envolvimento na vida pública. Pode até mesmo, em virtude da informação obtida, produzir um efeito imediato de participação. O segundo conjunto de ações é participação, em sentido estrito.

Segundo Gomes (2011) os defensores da democracia participativa, em geral, vão afirmar que uma sociedade democraticamente saudável seria apenas aquela com um número consideravelmente alto de iniciativas do segundo tipo, nas quais se engaja um número muito alto de cidadãos. E que, ao contrário, numa sociedade com baixo número de iniciativas (meios e oportunidades) de participação e com pequena participação a democracia está convascente.

Este argumento para Gomes (2011) é apenas parcialmente verdadeiro. Primeiro, porque sendo a participação, principalmente, um

meio de *empowerment civil*<sup>68</sup>, a saúde democrática de um Estado deveria medir em função do poder relativo que o cidadão tem de fazer prevalecer a sua opinião e a sua vontade face as instâncias que com ele concorrem na determinação da decisão política no Estado e na sociedade. Segundo, porque iniciativas do primeiro tipo são fundamentais para habilitar e qualificar a participação, se e quando ela acontecer, bem como para motivar o cidadão e participar. As pessoas precisam de meios para participar tanto quanto precisam de liberdade e de informação que os habilitem a tanto. Terceiro, porque uma democracia saudável não é necessariamente aquela em que pessoas participem massivamente, empregando uma multiplicidade de meios, mas aquela em que todos os concernidos pelas decisões que afetam a comunidade política possam se tornar participantes, se e quando quiserem, e ainda, no que queiram.

A aposta da ciberdemocracia parece tão interessante, a saber, em função das fecundas possibilidades de harmonização da cultura tecnológica ao cidadão contemporâneo. Marques (2008) afirma que os estudos continuam a demonstrar que, genericamente tomados, os usuários de internet não são lá grandemente interessados em participação política. Mas há a sólida documentação de que esses usuários podem participar da política de modo extremamente relevante em algumas circunstâncias específicas. Isso leva a idéia de que a participação online passa por questões relacionadas ao desejo tanto quanto por questões relacionadas a meios, motivos e oportunidades de participação. Se, quando assim o desejar, o cidadão puder encontrar ou criar canais adequados de participação, estará, então, assegurado o princípio segundo o qual numa sociedade democraticamente saudável, todo concernido deve poder participar, embora nem todos os concernidos sejam sempre e efetivamente participantes.

A primeira vista, as novas tecnologias de comunicação e informação parecem oferecer diversas vantagens sobre os meios de

---

<sup>68</sup> Segundo Nunes (2007) o termo *empowerment* significa a descentralização de poderes pelos vários níveis hierárquicos da organização, o que permite a criação de maior motivação nos trabalhadores proporcionada por uma maior liberdade de iniciativa, com naturais benefícios para a organização como um todo. Passa pela delegação de autoridade a um dado indivíduo ou grupo dentro da organização, sendo, no entanto, acompanhado e apoiado pelas chefias. Cada indivíduo deverá ter o poder necessário e suficiente para controlar o seu próprio trabalho, reduzir custos e promover a eficiência e a motivação. Este conceito tem vindo a ser cada vez mais seguido no meio empresarial, pois é entendido como um factor crítico de sucesso em longo prazo.

comunicação tradicionais, proporcionando um ideal para a comunicação democrática.

Para Gomes (2011) a internet compreende três fenômenos interligados, constituindo-se em um “ambiente de conexão”, um “complexo de conteúdos” e um “sistema de interações”. Maia (2002) os explica da seguinte forma, em primeiro lugar, a internet pode ser vista como um “complexo de conteúdos”, disseminados numa teia extremamente extensa, por computadores em rede por todo o mundo, sem centro e sem fronteiras nacionais. A web constitui-se num estoque altamente volumoso de informações de toda a natureza e sobre qualquer tipo de objeto. Nesse sentido, a internet ultrapassa a tradicional distinção entre as diversas modalidades de veículos de comunicação. Há na internet uma competição pluralista entre diferentes outlets provenientes de diversos veículos que criaram seus sites online, e ainda um estoque de informação proveniente dos próprios usuários. A internet cria um ambiente e informação altamente denso, plural, de origens múltiplas, e não apenas proveniente de agências noticiosas ou de origem oficial.

Maia (2002) continua explicando que em segundo lugar, pode-se tomar a internet como ambiente de interconexão. A comunicação mediada por computador se distingue da comunicação produzida pelos meios de comunicação convencionais por permitir que, segundo Gomes (2001, p. 21):

(a) qualquer sujeito possa tornar-se emissor, (b) qualquer receptor possa tornar-se emissor e vice-versa, (c) qualquer receptor possa transformar-se em provedor de informação, produzindo, produzindo informação e distribuindo-a por rede, ou simplesmente repassando informações produzidas por outro.

De tal modo, afirma Maia (2002) as novas tecnologias da comunicação permitem colocar diferentes parceiros de interlocução em contato, através de ações recíprocas e vínculos virtuais variados, criando um potencial de interação inédito, se comparado com os veículos de comunicação tradicionais.

Além da prática da conectividade isolada do usuário da rede, a internet proporciona segundo Maia (2002), em terceiro lugar, uma forma de conexão “coletiva”. Isso ocorre desde a troca de e-mails numa base cidadão-cidadão, grupos eletrônicos e listas de discussão sobre questões específicas até as amplas conferências virtuais. Nesse sentido, a internet

mostra-se como um importante lugar, uma arena conversacional, na qual o espaço se desdobra e novas conversações e discussões políticas podem seguir seu curso. A internet reduz os custos da participação política e pode proporcionar um meio de interação através do qual o público e os políticos podem trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, contextualizada, rápida e sem obstáculos burocráticos.

No entanto, Maia (2002) afirma que para fortalecer a democracia, são necessários não apenas estruturas comunicacionais eficientes e instituições propícias a participação, mas também, devem estar presentes a motivação correta, o interesse e a disponibilidade dos próprios cidadãos para se engajar em debates.

Assim, conforme foi observada no decorrer do capítulo, a ciberdemocracia se mostra como um caminho viável para a construção de uma democracia participativa, em que os cidadãos possam estar incluídos na atividade política e nas principais decisões que envolvem o interesse e o bem comum.

Ainda existe um grande número de pessoas excluídas digitalmente, por isso se fazem necessários programas para a inclusão digital, mas não apenas com computador e linha de acesso, e sim com o repasse de informações e com a educação digital, na qual as pessoas possam estar aptas a utilizarem os mecanismos tecnológicos, para o lazer, para a cultura e principalmente para a participação política.

Percebe-se grande receio por parte dos representantes na utilização das redes sociais como forma de comunicação com o cidadão, talvez pela falta de costume com o contato direto que a tecnologia possibilita, mas com o tempo esse fator poderá ser superado e, através do uso das redes sociais virtuais e da efetivação da ciberdemocracia o cidadão poderá estar inserido definitivamente na agenda política democrática, com participação efetiva na construção de uma verdadeira democracia.

## CONCLUSÃO

As reflexões apresentadas neste trabalho objetivaram investigar se as redes sociais virtuais, desencadeadas através da revolução informacional, poderiam servir de instrumento para a inclusão política, sob a perspectiva da participação e inserção democrática.

Diante de tal objetivo a pesquisa iniciou, em seu primeiro capítulo, pela abordagem do entendimento de que o homem é um ser social e político, ou seja, é incapaz de viver ou existir dentro de um contexto alheio ou isolado da sociedade à qual pertença. Contudo, essa vivência em comum exige de cada um, o cumprimento de deveres e obrigações, numa justa proporção ao usufruto de direitos.

Neste sentido, o homem faz parte da sociedade, que existe pela convivência pacífica de seus membros, sendo possível mediante a implementação de normas sociais e do estabelecimento de deveres e limites de atuação de cada cidadão. Com isso busca-se a melhor forma de organização da sociedade para a vivência harmônica e pacífica, o que resultou no estudo da democracia, como modelo que melhor atende os anseios da sociedade.

Isto posto, delineou-se uma visão panorâmica sobre o surgimento da democracia desde os tempos da Grécia Antiga. Desse breve esboço histórico e político, extraiu-se que o termo democracia é uma palavra de origem grega, formada por dois termos: “*demos*”, que significa povo e “*cratos*”, que significa poder. Assim, na origem da palavra, democracia significa poder do povo.

Logo, democracia implica participação igualitária do povo nas decisões. A rigor, implica uma forma de sociabilidade, uma forma de organização da vida social, ou seja, a democracia implica valores fundantes que lhe dão legitimidade. E dois são os valores fundantes da democracia: liberdade e igualdade que garantem a possibilidade efetiva de participação.

A Grécia é tida como o berço da democracia. Em Atenas e nas outras cidades democráticas o povo exercia o poder, diretamente, na praça pública. No entanto, na cidade-estado grega de Atenas, o povo correspondia aos adultos masculinos e nativos do Estado; na antiga Atenas as mulheres, escravos e estrangeiros ficavam de fora das votações.

Em Atenas o povo se reunia em assembleia em praça pública, ou como era mais conhecida na Ágora, para exercer o seu poder e direito político de forma direta, ou seja, decidia-se pessoalmente sobre todas as

questões públicas importantes para a nação. Claro que para isso era necessária toda uma estrutura, na qual os escravos realizavam os trabalhos comuns, enquanto os cidadãos ficavam na Ágora, para decidir as questões políticas.

Com a evolução da sociedade àquela democracia direta praticada na Grécia Antiga já não atendia mais às necessidades de uma sociedade mutável e complexa. Assim, foi necessário adaptar-se o modelo democrático, surgindo a ideia de representatividade, na qual haveria a delegação de poderes pelo povo a um grupo de homens chamados políticos, por meio de eleições diretas, os quais seriam escolhidos para representarem os interesses do povo e realizarem o bem comum.

Assim, a grande diferença entre a democracia antiga e a democracia moderna é a forma pelo qual os cidadãos participam da vida política. Na democracia antiga o modelo era o de participação direta, geralmente nas Assembleias, nas quais o povo decidia sobre os assuntos de interesse geral. Já na democracia moderna adota-se o modelo de representação, na qual o povo escolhe seus representantes para as decisões políticas.

A democracia é a marcha do mundo para a liberdade e a tolerância. A democracia não é uma classe, nem uma facção, nem um privilégio; é a nação proprietária do governo, o direito de escolha dos representantes populares, o poder organizado da opinião pública.

Ocorre que, atualmente a democracia representativa vem apresentando certa insuficiência, decorrente de diversos fatores ligados a desterritorialização da nação frente aos eventos trazidos pela globalização e às diversas mudanças trazidas pelo avanço das novas tecnologias, além do descompasso entre as ações dos representantes com a vontade dos representados, marca das sociedades complexas e plurais.

Com isso, torna-se necessária a criação de novos espaços participativos, nos quais o cidadão possa desenvolver a cultura política de um comportamento ativo nas decisões que envolvem interesses coletivos. Nesse cenário, as novas tecnologias de comunicação e informação surgem como importante mecanismo para o afloramento da cidadania participativa.

Assim, no segundo capítulo parte-se para uma análise do surgimento nas novas Tecnologias de Informação e Comunicação e como elas estão interferindo na forma das pessoas se comunicarem e realizarem trocas de informação.

Os primeiros computadores, que na verdade eram calculadoras programáveis, surgiram em 1945, mas obtiveram expansão a partir de 1980 com o desenvolvimento dos computadores pessoais. Da mesma

forma a internet surgiu por volta de 1962, tomando grandes proporções a partir de meados dos anos 80. Essa estrutura da internet veio permitir que as pessoas pudessem se comunicar, compartilhar informação de forma rápida, obter atualizações constantes sobre tópicos de interesse e ter acesso a um vasto repertório de informações.

Com o surgimento dos computadores e a disseminação do acesso pela internet uma nova forma de fazer comunicação passou a fazer parte do cotidiano de milhares de pessoas. A partir da evolução na forma de compartilhamento de informações, com o aperfeiçoamento da usabilidade e o aumento dos recursos de interconexão surge o que se passou a denominar de Web 2.0, que é a nova fase da internet, baseada na inteligência coletiva, isto é, na construção coletiva do conhecimento.

A Web 2.0 é a evolução de toda a rede para uma enorme plataforma que opera, comunica e partilha conteúdos e serviços, além de conter um forte componente social, por facilitar a interação dos usuários, através do novo espaço virtual que se desenha a partir das novas tecnologias de comunicação e informação, o qual se denomina ciberespaço.

O ciberespaço e a internet acabam surgindo como poderosos instrumentos de sociabilidade, potencializando relações que já existiam no ambiente presencial e possibilitando o surgimento de novas relações no ambiente virtual. Isto porque é peculiar ao ser humano a configuração em rede, o agrupamento com seus semelhantes em busca de interesses comuns.

Desta forma, as redes sociais existentes antes do computador, na qual as pessoas se reuniam com objetivos comuns, passaram a ser realizadas através do ciberespaço, com as denominadas redes sociais virtuais. A internet possibilitou a difusão de informações de forma mais rápida e mais interativa e nas redes sociais virtuais a comunicação ocorre de forma igualitária, sendo que qualquer membro da rede está apto a colocar uma informação em circulação.

No trabalho, foram escolhidas duas redes sociais virtuais, a saber, *twitter* e *facebook*, para serem analisados. O *twitter*, como um tipo de *microblogging* em que são escritos pequenos textos e o *facebook*, como uma rede de contatos em que cada pessoa pode ter um perfil e interagir com outras.

A comunicação através das redes gerou assim, a possibilidade de criação e desenvolvimento de um novo espaço de troca de informações. Um espaço em que as pessoas podem travar discussões sobre temas diversos, podem compartilhar informações, podem construir o próprio mundo de referência.

No entanto, na pesquisa, importa descobrir se estas redes sociais virtuais podem se tornar instrumentos para a inclusão política e para o desenvolvimento de uma democracia participativa. Por isso no terceiro e último capítulo, retomando a discussão da necessidade de revitalização da democracia, apontou-se como um dos possíveis caminhos, a construção da ciberdemocracia, ou seja, aquela democracia que utiliza as novas tecnologias de informação e comunicação para a inserção e a participação política.

A ciberdemocracia deve ser observada a partir da emergência da internet e da participação do cidadão na política mediante o uso das novas tecnologias, ou seja, ela se encontra, no maior acesso à informação governamental e na interação entre o Estado e sociedade civil, através dos meios eletrônicos.

A participação através de meios eletrônicos não pressupõe, necessariamente, uma democracia ideal, mas se propõe a auxiliar sua construção. E isso se daria através das redes sociais virtuais, nas quais o cidadão teria uma maior proximidade com os seus representantes, podendo participar ativamente das decisões políticas.

A passagem para uma democracia mais participativa por parte do cidadão a partir dos meios virtuais não significa o fim do Estado, nem o surgimento de uma nova democracia ou o retorno à democracia direta, ao contrário, com o surgimento da ciberdemocracia, o Estado torna administração pública mais democrática e transparente.

Não se busca em si a passagem da democracia representativa para a democracia direta, mas na passagem da democracia política em sentido estrito para a democracia social. E essa passagem se realiza mediante a ampliação do poder ascendente, que até então se situava quase exclusivamente no campo da grande sociedade política e de associações voluntárias para o campo da sociedade civil nas suas várias organizações, da escola a fábrica, em que se processa a maior parte da vida dos membros de uma sociedade moderna.

Com isto, volta-se para a utilização das redes sociais virtuais como instrumento para a inclusão política e a construção de uma democracia participativa. Como exemplo da utilização destas ferramentas, estão os ocorridos no Egito e na Tunísia, quando as redes sociais virtuais foram utilizadas para a organização de manifestações pró democracia.

Em campanhas eleitorais foi Obama, nas eleições para a presidência dos Estados Unidos da América, quem popularizou a utilização de redes sociais virtuais, com enorme aceitação por parte da população. E, no Brasil, nas eleições de 2010 a utilização foi tímida,



mas a tendência é que se tornem ferramentas de grande relevância em pleitos eleitorais. Isto porque as redes sociais já fazem parte do cotidiano para 90% dos internautas brasileiros.

A era virtual se apresenta como realidade concreta e, na medida em que as novas tecnologias de informação e comunicação vão se firmando, o processo comunicativo na esfera da política passa a exigir a interação entre agentes e receptores, ou seja, deverá haver maior interação entre os governantes e os eleitores e, a ciberdemocracia, poderá proporcionar esse canal aberto de comunicação.

A união entre a ciberdemocracia e o governo eletrônico poderá propiciar que cada cidadão participe ativamente na tomada de decisões e possa fazer o controle imediato das decisões políticas. Através das redes sociais virtuais, que desfazem tempo e espaço, o cidadão poderá estar inserido nas questões públicas.

Como se viu, no discorrer do capítulo, algumas pesquisas foram relacionadas, demonstrando que o uso das novas tecnologias de informação e comunicação pelos denominados representantes do povo ainda está abaixo do que é esperado daqueles que devem manter o cidadão eleitor informado de todas as questões coletivas e de ordem pública. Tanto no mercosul, quanto no Brasil, mais especificamente em Santa Catarina, são poucos os deputados e senadores que respondem e-mails enviados pelos cidadãos, conforme se verificou pela pesquisa mencionada no último capítulo, bem como, pela realizada especificamente para este trabalho, sobre os deputados estaduais do Estado de Santa Catarina.

Não se pode afirmar com certeza o motivo da falta de respostas, eis que a pesquisa é exemplificativa e o motivo subjetivo não é passível de verificação, mas uma das hipóteses é que a preferência pela verificação ocorra no e-mail pessoal e como a pesquisa foi feita pelo e-mail institucional, não tenha sido visto.

No entanto, percebe-se que a grande maioria dos políticos faz uso de pelos uma das redes sociais virtuais e isso permite que o eleitor acompanhe de perto o que está sendo feito. Nota-se que o *twitter* e o *facebook* são os preferidos, além da manutenção de sites pessoais, no entanto, deve ser salientado que o caráter destas páginas ainda é meramente informativo, sem grandes possibilidades de participação por parte do eleitor. Porém já se percebe, pela leitura destas páginas que existe uma tendência em abrir espaços ao cidadão para que este participe de forma efetiva na construção das plataformas políticas.

Esse tipo de resultado pode ser consequência da cultura dos políticos, desacostumados com o contato direto com o cidadão fora do

período eleitoral. No entanto, a nova geração de políticos está descobrindo como interagir efetivamente com seus eleitores usando a internet e as redes sociais virtuais.

Na pesquisa realizada dos sites do poder legislativo, Câmara de Deputados, Senado e Assembleias Legislativas, percebe-se que a grande maioria já utiliza a internet e alguma das redes sociais para a comunicação com os cidadãos. Apesar de a grande maioria utilizar estas ferramentas com caráter meramente informativo, é possível observar certa probabilidade de que, em breve, as casas legislativas terão seus perfis nas principais redes sociais virtuais, possibilitando maior interação por parte do cidadão.

É claro que as facilidades de comunicação trazidas pelas redes sociais virtuais fez com que os representantes e os cidadãos percebessem uma ferramenta útil e necessária para a aproximação do povo às decisões políticas. No entanto, ainda há o fator exclusão, que preocupa e exige maiores discussões em busca de soluções.

A exclusão digital, ou seja, aqueles que estão fora do campo de utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, inserida na exclusão social, são ainda graves empecilhos para a formação de uma sociedade verdadeiramente democrática. Por isso, a utilização das tecnologias de informação e comunicação por populações menos favorecidas não deve ter por objetivo a superação da exclusão digital, mas o estímulo de um processo de inclusão social. A tecnologia como meio para incluir socialmente o cidadão. Daí que a inclusão digital passa a fazer parte da agenda de políticas públicas dos governos de diversas nações. A inclusão digital passa a ser um meio para promover a melhoria da qualidade de vida, garantir maior liberdade social, gerar conhecimento e troca de informações.

A igualdade de acesso e representatividade na internet só será possível quando todo cidadão tiver acesso, neste caso, a participação através das redes sociais virtuais estaria efetivada e as pessoas estariam efetivamente inseridas no processo democrático.

A aposta da ciberdemocracia torna-se interessante em função das fecundas possibilidades de harmonização da cultura tecnológica ao cidadão contemporâneo. Apesar dos entraves que ainda persistem como a exclusão e a falta de interesse pela participação política, as redes sociais virtuais podem ser propulsores de uma nova forma de se fazer democracia.

Se, quando assim o desejar, o cidadão puder encontrar canais adequados para sua participação, no ciberespaço, principalmente com as redes sociais virtuais, eis que já incorporadas ao cotidiano de milhares

de pessoas, estará assegurado o princípio segundo o qual numa sociedade efetivamente democrática, todo concernido deve poder participar, embora nem todos os concernidos sejam sempre e efetivamente participantes.

Finalizando o presente estudo, salienta-se que a análise do tema não se esgota aqui, porém percebem-se nítidas tendências, direções possíveis para resolução de problemas acerca dos direitos políticos e da participação do cidadão em um estado verdadeiramente democrático e inclusivo.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia. *Redes sociais na internet: desafios à pesquisa*. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007, Santos.

AGUIAR, Sonia. Formas de organização e enredamento para ações sociopolíticas. *Informação & Informação*, Universidade Estadual de Londrina, vol. 12, 2007. Disponível em: <<http://www2.uel.br/revistas/informacao/viewissue.php?id=39>>. Acesso em: 24 jan.2011.

\_\_\_\_\_. *Redes sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação no Brasil (1996-2006)*. Rio de Janeiro: Nupef, 2006. Disponível em: <[http://www.nupef.org.br/pub\\_redessociais.htm](http://www.nupef.org.br/pub_redessociais.htm)>. Acesso em: 18 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. *Produção compartilhada e socialização do conhecimento em rede: uma abordagem exploratória*. In: II Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF – Produção do Conhecimento e Educação: História, Utopias. Niterói: UFF, 2002. Disponível em: [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_tmes\\_mar2006.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_mar2006.cfm). Acesso em 31 jul. 2011.

ÁGUILA, Rafael Del. La Participación Política como generadora de educación cívica y gobernabilidad. In: *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 12. Disponível em: <<http://www.campus.oie.org>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

ALECRIM, Emerson. *Cluster: principais conceitos*. 2004. Disponível em: <<http://www.infowester.com/cluster.php>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ALVES, Adamo Dias. *A crise da democracia representativa*. Disponível em: <[http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/adamo\\_dias\\_alves2.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/adamo_dias_alves2.pdf)>. Acesso em 20 mai 2011.

AMARAL, Roberto. A democracia representativa está morta; viva a democracia participativa. In: GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago (Org.). *Direito constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides*. São Paulo: Malheiros, 2001.

AMARAL, Vivianne. *Redes: uma nova forma de atuar*. [2006]. Disponível em: <<http://www.zonadigital.com.br/redes/newsredes.asp?select=512>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

ANTOUN, Henrique. (org.). *Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

ARAGÃO, Murilo de. Redes Sociais e eleições em 2010. In: SANTOS, Nina. CARLOS, Ruan (org.). E-book. *Mídias Sociais e Eleições 2010*. Disponível em: <<http://midiassociais.blog.br/2011/05/04/ebook-midias-sociais-e-eleicoes-2010-leia-online-e-faca-o-download/>>. Acesso em: 12 mai 2011.

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Edipro, 2006.

BADDINI, Francisco. *Gerenciamento de Redes com o Microsoft Windows XP Professional*. São Paulo: Érica, 2003.

BAQUERO, Marcelo. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BARABÁSI, A. L. *Linked. How Everything is Connected to Everything else and what it means for Business, Science and Everyday Life*. Cambridge: Plume, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BENEVIDES, Maria Vitória. Democracia e Cidadania. In: VILLAS-BÔAS, Renata (Org.). *Participação popular nos governos locais*. São Paulo: Pólis, 1994

BERNARDES, W. L. M. *Da nacionalidade: Brasileiros natos e naturalizados*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

BERRO, Regis. *Mídias Sociais x Redes Sociais*. Disponível em: <<http://marketandoporaih.tumblr.com/post/7520098148/midias-sociais-x-redes-sociais>>. Acesso em 04 abr. 2012.

BIGLIAZZI GARCIA, Thais Helena. *A Democracia na Era do Governo Eletrônico*. Disponível em: <<http://www.ciberetica.org.br/trabalhos/anais/27-64-c1-8.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. 9. ed., Marco Aurélio Nogueira (Trad). São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. *O futuro da democracia*. 7. ed. rev. e amp. Marco Aurélio Nogueira (Trad). São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BONAT, Debora. *Representação e participação políticas: a crise do modelo liberal e sua reestruturação através da democracia participativa*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 10. ed. rev. e atual., São Paulo: Malheiros, 2001.

\_\_\_\_\_. *Teoria da Democracia Participativa: Por um Direito Constitucional de luta e resistência. Por uma Nova Hermenêutica. Por uma repolitização da legitimidade*. 2 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

BORBA, Julian. *Democracia direta na era digital*. Disponível em: <<http://www.tre-sc.gov.br/site/legislacao-e-jurisprudencia/resenhas/v-14-2007/doutrina/a-democracia-direta-na-era-digital/index.html>>. Acesso em: 05 Jul. 2010.

BOYD, Danah. None of this is real: identity and participation in Friendster. In: KARAGANIS, Joe (ed.). *Structures of Participation in Digital Culture*. New York: Social Science Research Council, 2007. p. 132-157. Disponível em: <<http://www.ssrc.org/blogs/books/2007/12/31/structures-of-participation-in-digital-culture/>>. Acesso em: 24 jul. 2011.

BOYD, Danah; ELLISON, N. B.. Social network sites: definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13, article 11, 2007. Disponível em: <<http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

BRESSAN, Renato T. *YouTube: intervenções e ativismos*. In: Anais do XII Congresso da Comunicação na Região Sudeste/ V Encontro Regional de Comunicação. Juiz de Fora. 2007.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Representação política*. Ática, 1988.

CAMPOS, Sávio L. de Barros. *O homem: um animal político ou social?* Cuiabá, 2010. Disponível em: <[http://filosofante.org/filosofante/not\\_arquivos/pdf/homem\\_animal\\_social\\_politico\\_hannah\\_arendt.pdf](http://filosofante.org/filosofante/not_arquivos/pdf/homem_animal_social_politico_hannah_arendt.pdf)>. Acesso em 24 fev. 2012.

CAMPOS, Fernanda C. A.; SANTORO, Flávia Maria; BORGES, Marcos R. S.; SANTOS, Neide. *Cooperação e Aprendizagem On-Line*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7. ed. Coimbra: Edições Almeida. 2000.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO, Cassiana Alvina. Cidadania, Democracia participativa e espaço local: revisar para avançar. In: *Revista Intertemas*. 2008. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/INTERTEMAS/article/viewFile/728/741>>. Acesso em 15 out 2011.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional didático*. 8. ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 5. ed, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAZELOTO, Edilson. *Inclusão digital: uma visão crítica*. São Paulo: Senac, 2008.

CHAHIN, A.; CUNHA, M. A.; KNIGHT, P. T.; PINTO, S. *e-gov.br A Próxima Revolução Brasileira*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CIDRAL, Emerson Rivelino. *Criando novos espaços para o ensino no colégio agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira usando o moodle com estudantes de informática*. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2008, 62p.

COELHO, Camila; NORONHA, Flaviana; ASSEN, Leandro. *O Direito e as novas tecnologias da informação e comunicação*. [2010]. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-direito-e-as-novas-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao/49018/>>. Acesso em: 13 mar 2011.

COELHO, Fernando. *Afinal de contas, o que é um meme?* Disponível em: <<http://blogdofernandocoelho.blogspot.com.br/2012/02/afina-de-contas-o-que-e-um-meme.html>>. Acesso em 10 abr. 2012.

COGO, Denise. BRIGNOL, Liliane Dutra. *Redes sociais e os estudos de recepção na internet*. In: XIX Encontro da Compós, Rio de Janeiro, jun. 2010. Disponível em: <[http://compos.com.puc-rio.br/media/gt12\\_denise\\_cogo.pdf](http://compos.com.puc-rio.br/media/gt12_denise_cogo.pdf)>. Acesso em:

COMPARATO, Fábio Konder. Variações sobre o conceito de povo no regime democrático. *Revista trimestral de direito público*. n. 16. São Paulo: Malheiros, 1996.

\_\_\_\_\_. Nova Cidadania. *Revista de Cultura e Política*. Cidade. n. 28/29. 1993.



CONSTANT, Benjamim. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Laura Silveira (Trad.). Filosofia Política. n. 2. Porto Alegre, 1985.

CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos Jurídicos da Internet*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. *Questões Jurídicas relacionadas à Internet*. (Monografia Graduação). Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

CORRÊA, Cynthia Harumy Watanabe. *Comunidades virtuais gerando identidades na sociedade em rede*. (2004) n. 13. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/cyntia1.htm>>. Acesso em 16 jan. 2012.

COSAS, Leandro. *O que são redes sociais e mídias sociais*. [2011] Disponível em: <<http://www.webcortex.com.br/blog/redes-sociais/o-que-sao-redes-sociais-e-midias-sociais/>>. Acesso em 04 abr. 2012.

COSTA, Rogério da. *A cultura digital*. São Paulo: Publifolha, 2008.

COSTA, Larissa et al. (Coord.). *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

CRUZ, Paulo Márcio. *Ensaio sobre a necessidade de uma teoria para a superação democrática do estado constitucional moderno*. [2009] Disponível em: <[http://www.conpedi.org/manuel/arquivos-/anais/recife/politica\\_paulo\\_marcio\\_cruz.pdf](http://www.conpedi.org/manuel/arquivos-/anais/recife/politica_paulo_marcio_cruz.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O futuro do estado*. São Paulo: Saraiva, 2001.

\_\_\_\_\_. *Elementos da teoria geral do Estado*. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

\_\_\_\_\_. *Direitos humanos e cidadania*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DEMO, Pedro. *Participação comunitária e constituição: avanços e ambigüidades*. São Paulo: Planeta, 1989.

\_\_\_\_\_. *Pobreza Política*. Campinas: autores associados, 1994.

DIEGUEZ, Flávio. *Alfabetismo digital*. [2011] Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/aprendiz/n\\_revistas/revista\\_educacao/dezembro01/capa.htm](http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_revistas/revista_educacao/dezembro01/capa.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2012.

DYSON, Esther. *Release 2.0: a nova sociedade digital*. São Paulo: Campus, 1998.

DUGUIT, Leon. *Fundamentos do Direito*. Márcio Pugliesi (Trad). São Paulo: Ícone, 1996.

ERCILIA, Maria. GRAEFF, Antonio. *A Internet*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

FERREIRA, Pinto. *Curso de direito constitucional*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FINLEY, M. I. *Democracia antiga e moderna*. Waldéa Barcellos (Trad). Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *A política no mundo antigo*. Álvaro Cabral (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FISCHER, Gustavo Daudt. *As trajetórias e características do YouTube e Globo Media Center/ Globo Vídeos: Um olhar comunicacional sobre as lógicas operativas de websites de vídeos para compreender a constituição do caráter midiático da web*. (Tese Doutorado). Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2008.

FREEMAN, L. C. *The Development of Social Network Analysis*. Vancouver: Empirical Press, 2004.

FREIRE, Geovana; RIBEIRO, Fernando Feitosa. Cíbercultura, Cíberdemocracia, e Cultura Política: O uso das novas mídias em campanhas políticas e as normas eleitorais reguladoras. In: ROSARIO INTERNATIONAL CONGRESS, 2010.

FREIRE, Geovana. SALES, Tainah Simões. *O Exercício da cidadania digital no processo legislativo da câmara dos deputados*. Disponível em:

<[http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao\\_paulo/2995.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2995.pdf)>. Acesso em: 25 mai 2011

FREITAS, Juarez. TEIXEIRA, Anderson V. *Direito à Democracia: ensaios transdisciplinares*. São Paulo: Conceito editorial, 2011.

FREY, Klaus. Governança Eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. *Revista IP – Informática Pública*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 31-48, maio 2001. Disponível em: <<http://www.ip.pbh.gov.br>>. Acesso em: 05 Jun. 2010.

GALLIANO, A. G. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1981.

GANHÃO, Sérgio. *Um guião sobre Blogs*. Disponível em: <<http://www.fpce.ul.pt/pessoal/ulfpctest/te3aula2003/blog>>. Acesso em 12 mar. 2004.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

GARCIA-PELAYO, Manuel. *Las transformaciones Del Estado contemporâneo*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

GATTI, Daniel Couto. *Sociedade informacional e na/alfabetismo digital: relações entre comunicação, computação e internet*. Bauru: Edusc, 2005.

GIBSON, William. *Neuromancer*. New York: Ace Books, 1984.

GUIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Plínio Dentzien (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002

\_\_\_\_\_. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Políticas Públicas e Processos de Emancipação. Impactos da globalização econômica na realidade brasileira. *Cadernos do CRH (UFBA)*, v. 19, p. 537-549, 2006.

GOMES, Wilson. *Ciberdemocracia: possibilidades e limites*. In: Conferência Inaugural do II Congresso Ibérico de Comunicação. Covilhã. Portugal, 2004.

\_\_\_\_\_. Internet e Participação Política em Sociedades Democráticas. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 1, n.17, 2005a. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/WilsonGomes.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista Famecos*. Porto Alegre, v. 2, n. 27, p. 58-78, ago. 2005.

\_\_\_\_\_. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida (Orgs.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Breno; REIS, Lucas; SILVA, Tarcizio. A campanha on-line de Barack Obama em 2008. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 29-43, out. 2009.

GONÇALVES, Arnaldo Manuel Abrantes. Os partidos políticos e a crise da democracia representativa. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 707, 12 jun. 2005. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/6818>>. Acesso em: 1 jun. 2011.

GOUVEIA, Luis Manoel Borges. *Sociedade da Informação: Notas de contribuição para uma definição operacional*. (2004). Disponível em: <[http://www2.ufp.pt/~lmbg/reserva/lbg\\_socinformacao04.pdf](http://www2.ufp.pt/~lmbg/reserva/lbg_socinformacao04.pdf)>. Acesso em: 25 nov 2011.

GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia?: A genealogia filosófica de uma grande aventura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, n. 78, Maio de 1973. p. 1360-1380.

GUIMARÃES Jr., Mário J. L. O ciberespaço como cenário para as ciências sociais. *Ilha: Revista de Antropologia*. Florianópolis, v. 2, n. 1, 2000, p. 139-153. Disponível em: <[http://www.cfh.ufsc.br/~guima/papers/ciber\\_cenario.html](http://www.cfh.ufsc.br/~guima/papers/ciber_cenario.html)>. Acesso em: 20 ago. 2011.

GUSMÃO, Luis Augusto Sarmiento Cavalcante. Constante Berlin: a liberdade negativa como a liberdade dos modernos. In: SOUSA, Jessé (org). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UNB, 2001.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARBEMAS, Jurgem. *Direito de democracia: entre a faticidade e validade*. Vol.II, 2. ed, Flávio Beno Siebeneichler (Trad.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARDT, M.; A. NEGRI. *Labor of Dionysus: A Critique of the State-Form*. University of Minnesota Press. 1994.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HINTCHCLIFFE, Dion. *Review of the year's best Web 2.0 explanations*. [2005] Disponível em: <[http://web2.wsj2.com/review\\_of\\_the\\_years\\_best\\_web\\_20\\_explanations.htm](http://web2.wsj2.com/review_of_the_years_best_web_20_explanations.htm)>. Acesso em: 26 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. *The state of Web 2.0*. [04/2006]. Disponível em: <[http://web2.wsj2.com/the\\_state\\_of\\_web\\_20.htm](http://web2.wsj2.com/the_state_of_web_20.htm)> Acesso em: 26 mar. 2012.

HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*. Maria Luiz X. de A. Borges (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

HOPENHAYN, Martin. Viejas y nuevas formas de ciudadanía. *Revista de La CEPAL*, n.º 73, abril 2001, pp. 117-128.

HUNTINGTON, S. H. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. São Paulo: Globo, 2000.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. *Tempo Social*. Rev. Sociol. USP. São Paulo, **12**(2): 55-74, nov. 2000.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação, ampliação da cidadania e participação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo: USP, v. 26, n. 2, jul./dez. 2000.

JAGUARIBE, Helio. *A democracia grega*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

JUNGBLUT, Airton Luiz. A heterogenia do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre. Ano 10. nº 21. jan/jun. 2004. p. 97-121.

KENISTON, Kenneth. *The four digital divides*. New Delhi: Sage Publishers, [2003]. Disponível em: <[http://www.mit.edu/people/kken/PAPERS/Intro\\_Sage.html](http://www.mit.edu/people/kken/PAPERS/Intro_Sage.html)>. Acesso em: 12 jan. 2011.

KRISHNA, A. Enhancing Political Participation in Democracies : What is The role of Social Capital. *Comparative Political Studies*, v. 35, n. 4, p. 437-460, May. 2002.

KRUEGER, Brian S. A comparison of conventional and Internet political mobilization. *American Politics Research*, v. 34, n. 6, p. 759-776, 2006.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico*. 4. ed, São Paulo: Atlas, 1992.

LEAL, Sayonara de Amorim Gonçalves. *Rádios comunitárias no Brasil e na França: democracia e esfera pública*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

LEAL, Sheila do Rocio Cercal Santos. *Contratos eletrônicos: validade jurídica dos contratos via internet*. São Paulo: Atlas, 2007.

LEMOS, André. *Agregações Eletrônicas ou Comunidades Virtuais? Análise das listas Facom e Ciberultura*. [2002]. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/agregacao.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. *Ciberultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LEVY, Pierre. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

LIMA, Nádia Laguárdia de. *Fascínio e alienação no ciberespaço: uma contribuição para o campo da educação*. (Dissertação Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2003.

LINTON, Ralph. O Homem: *Uma Introdução à Antropologia*. Lavínia Vilela (Trad.). 8. ed. São Paulo: Martins. 1971.

LOJKINE, J. *A revolução informacional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, Francisco Cristiano. FREIRE, Geovana Maria Cartaxo de Arruda. *Ciberdemocracia: os novos rumos de uma democracia planetária*. Disponível em: <[http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/v\\_encontro/ciberdemocraciasnossosrumos.pdf](http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/v_encontro/ciberdemocraciasnossosrumos.pdf)>. Acesso em 25 mai 2011.

LOZARES, Carlos. La teoría de redes sociales. *Papers*. n. 48. 1996. Disponível em: <<http://seneca.uab.es/antropologia/jlm/ars/paperscarlos.rtf>>. Acesso em: 02 maio 2011.

MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. *Democracia Representativa e Consulta Popular*. 1998. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/senado/conleg/artigos/direito/DemocraciaRepresentativa.pdf>>. Acesso em 28 mai 2011.

MADEC, Annick; MURARD, Numa. *Cidadania e Políticas Sociais*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. A crise da democracia representativa. O paradoxo do fim da modernidade. *Jus Navigand*. Teresina, n. 223, 16 fev. 2004.

Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4828>>.

Acesso em: 17

ago. 2006 .

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida (Orgs.). *Internet e Participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_. Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Org.) *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. Representação política de atores cívicos entre a imediatividade da experiência e discursos de justificação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 27. n. 78. São Paulo. Feb. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092012000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092012000100007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 23 mar. 2012.

MANHANELLI, Carlos. Mídias Sociais e as Eleições Brasileiras de 2010. In: SANTOS, Nina. CARLOS, Ruan (org.). E-book. *Mídias Sociais e Eleições 2010*. Disponível em: <<http://midiassociais.blog.br/2011/05/04/ebook-midias-sociais-e-eleicoes-2010-leia-online-e-faca-o-download/>>. Acesso em: 12 mai 2011.

MANIN, B. *As metamorfoses do governo representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais , ano 10, n. 29, 1995.



MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. *Participação Política e Internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do Estado Brasileiro*. Salvador, 2008. Disponível em:

<[http://www.poscom.ufba.br/arquivos/Poscom-Producao\\_Cientifica-Francisco\\_Paulo\\_Jamil\\_Almeida\\_.pdf](http://www.poscom.ufba.br/arquivos/Poscom-Producao_Cientifica-Francisco_Paulo_Jamil_Almeida_.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2010.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

\_\_\_\_\_. Redes e configurações de comunicação e informação: construindo um modelo interpretativo de análise para o estudo da questão do conhecimento na sociedade. *Investigación Bibliotecológica*, México, v. 14, n. 29, p. 69-94, jul./dic. 2000.

MARTINS, Norma Sueli. Inclusão digital: desafios e reflexões teóricas na formação de professores no mundo contemporâneo. [2011]

Disponível em:

<[seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/4886/4112](http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/4886/4112)>.

Acesso em 22 fev. 2012.

MATA, Maria Cristina. De la cultura masiva a la cultura mediática. *Diálogos de la comunicación*. n. 56. Lima: Felafacs, 1999.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A Árvore do Conhecimento*. São

Paulo: Palas Athena, 2001.

MAZZINI, Leandro. De candidato para eleitor. Enter! In: SANTOS, Nina. CARLOS, Ruan (org.). E-book. *Mídias Sociais e Eleições 2010*.

Disponível em: <<http://midiassociais.blog.br/2011/05/04/ebook-midias-sociais-e-eleicoes-2010-leia-online-e-faca-o-download/>>. Acesso em: 12 mai 2011.

MEDIALOGUE. Político 2.0: Deputados Federais e Senadores.

Disponível em: <<http://www.medialogue.com.br/produtos/pesquisa-politico-2-0-deputados-federais-e-senadores/>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

MENDONÇA, Valda de Souza. *Voto livre e espontâneo: exercício de cidadania política consciente*. Florianópolis: OAB/SC, 2004.

MEZZAROBBA, O. *Introdução do Direito Partidário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

\_\_\_\_\_. Governo Eletrônico: o desafio da democracia contemporânea. In: ROVER, Aires José (org.). *Direito, Sociedade e Informática: limites e perspectivas da vida digital*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

\_\_\_\_\_. (RE)pensar o direito na era do ciberespaço: breves considerações teóricas. [2010]. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/22518369/Ciberdemocracia>>. Acesso em 20 mai 2011.

MIRANDA, Jorge. O homem e o Estado, direitos do homem e democracia. *Interesse Público*, Porto Alegre: Notadez Informação, 1999.

MOLINA, José Luis. La ciencia de las redes. *Apuntes de Ciencia y Tecnología*. n. 11, jun. 2004. Disponível em: <[http://seneca.uab.es/antropologia/jlm/public\\_archivos/ciencia.pdf](http://seneca.uab.es/antropologia/jlm/public_archivos/ciencia.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2011.

MORELLI, Daniel Nobre. *Notas sobre Pluralismo Político e Estado Democrático de Direito*. Universo Jurídico, Juiz de Fora, ano XI, 06 de dez. de 2007. Disponível em: <[http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/4629/notas\\_sobre\\_pluralismo\\_politico\\_e\\_estado\\_democratico\\_de\\_direito](http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/4629/notas_sobre_pluralismo_politico_e_estado_democratico_de_direito)>. Acesso em: 07 de mar. de 2012.

MORENO, J. *Who shall survive?* New York: Beacon House Beacon, 1978.

MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.

MÜLLER, Friedrich. *Quem é o povo?* A questão fundamental da democracia. 2. ed. Peter Naumann (Trad.). São Paulo: Max Limonad, 2000.

NOGUEIRA, Thiago. **Mídias Sociais**: diferenças entre interação e participação. Disponível em:  
<<http://www.webdialogos.com/2010/midias-sociais/midias-sociais-diferencas-entre-interacao-e-participacao/>>. Acesso em 22 jul. 2011.

NUNES, Paulo. *Conceito de Empowerment*. [2007] Disponível em:  
<<http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/empowerment.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

OLIVERIO, Marcio Araujo. Governo aberto como ferramenta de comunicação entre o governo e o cidadão. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, PE. 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2725-1.pdf>>. Acesso em 22 nov. 2011.

OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. Aspectos jurídicos do comércio eletrônico. In: ROVER, Aires José (org.). *Direito, Sociedade e Informática*: limites e perspectivas da vida digital. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

O'REILLY, Tim. *Web 2.0: compact definition?* [2005]. Disponível em:  
<[http://radar.oreilly.com/archives/2005/10/web\\_20\\_compact\\_definition.html](http://radar.oreilly.com/archives/2005/10/web_20_compact_definition.html)>. Acesso em: 28 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. *Web 2.0 compact definition: trying again*. [2006]. Disponível em:  
<[http://radar.oreilly.com/archives/2006/12/web\\_20\\_compact.html](http://radar.oreilly.com/archives/2006/12/web_20_compact.html)> Acesso em: 28 mar. 2011.

PALAST, Gregory. *A melhor democracia que o dinheiro pode comprar*. 2. ed. Patrícia de Cía (Trad.). São Paulo: Francis, 2004.

PALHARES, Márcia Maria. SILVA, Rachel Inês da. ROSA, Rosemar. *As novas tecnologias da informação numa sociedade em transição*. [2011]. Disponível em:  
<[http://www.cinform.ufba.br/vi\\_anais/docs/MarciaPalhares.pdf](http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/MarciaPalhares.pdf)>. Acesso em 15 out. 2011.

PAPIC, Marko. NOONAN, Sean. *Social Media as a Tool for Protest*. [2011]. Fabiano Fleury de Souza Campos (Trad). Disponível em: <[http://circuitointegrado.folha.blog.uol.com.br/arch2011-02-06\\_2011-02-12.html](http://circuitointegrado.folha.blog.uol.com.br/arch2011-02-06_2011-02-12.html)>. Acesso em 09 mar. 2011.

PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEDRA, Anderson Sant'Ana. Na defesa de uma democracia participativa. *Jus Navigandi*. Teresina, ano 8, n. 63, 1 mar. 2003. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3795>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

PEREIRA, Aisa. *Aprenda a Internet Sozinho Agora*. Disponível em: <<http://www.aisa.com.br/oquee.html>>. Acesso em 09 mar. 2011.

PIANA, Ricardo Sebastián. Parlamento y rendición de cuentas: cambiam las tecnologías La calidad de nuestra democracia? In: ROVER, Aires José (org.). *Direito, Sociedade e Informática: limites e perspectivas da vida digital*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

PILATTI, Adriano. O processo legislativo na constituição de 1988. In: CAMARGO, Margarida Maria Lacombe (Org.). *1988-1998: uma década de constituição*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

PINTO, Renata de Sousa. *A democracia antiga e a moderna. Prim@facie*, João Pessoa, ano 2, n. 3, p. 57-67, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.ccj.ufpb.br/primafacie>>. Acesso em: 19 mai 2011.

PITKIN, H. *The Concept of Representation*. Berkeley, University of California Press. 1978.

POMPEU, Ângela Vânia: *Governo mundial: é possível um contrato social tão amplo?*  
Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6244>>. Extraído em: 13 mar. 2009.

PRIMO, Alex . O aspecto relacional das interações na Web 2.0. E-Compós (Brasília), v. 9, p. 1-21, 2007.

\_\_\_\_\_. Interação Mútua e Interação Reativa: Uma proposta de Estudo. In: XXI Congresso da Intercom. 1998. Recife, PE. Disponível em <<http://usr.psico.ufrgs.br/~aprimo/pb/intera.htm>>. Acesso em: 6 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. *Interação Mediada por Computador: a comunicação e a educação a distância segundo uma perspectiva sistêmico-relacional*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2003.

QUINTÃO, S. M. L. *Teoria do Estado*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

RECUERO, Raquel. *Comunidades Virtuais no IRC: o caso do #Pelotas*. Um estudo sobre a Comunicação Mediada por Computador e a estruturação de comunidades virtuais. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2002.

\_\_\_\_\_. Weblogs, Webrings e Comunidades Virtuais. In: *VII Seminário Internacional de Comunicação*. n. 31, 2003. Disponível em: <<http://pontomidia.com.br/raquel/webrings.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Comunidades Virtuais em Redes Sociais na Internet: Uma proposta de estudo. *Ecompos*. v. 4, 2005. Disponível em: <<http://pontomidia.com.br/raquel/seminario2005.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas de Redes Sociais no Orkut e Capital Social. In: ALAIC. São Leopoldo/RS, 2006.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a Difusão de Informações em Redes Sociais na Internet. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUL, *Anais...* Passo Fundo, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0464-1.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. O suporte da internet mudou o processo social. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, ano 9, abr. 2009.

Disponível em:

<[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2500&secao=290](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2500&secao=290)>. Acesso em: 29 nov. 2010.

REIS, Cláudia O'Connor dos. *Fotologs artísticos: análise do papel do artista em um meio comunicacional*. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007. 80p. Disponível em: <[http://www.bdtu.uerj.br/tde\\_arquivos/19/TDE-2007-07-18T093426Z-141/Publico/Claudia\\_OConor\\_DC.pdf](http://www.bdtu.uerj.br/tde_arquivos/19/TDE-2007-07-18T093426Z-141/Publico/Claudia_OConor_DC.pdf)>. Acesso em 25 mai. 2011.

RHEINGOLD, Howard. *La Comunidad Virtual: Una Sociedad sin Fronteras*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. Um adeus à democracia. *Caderno Mais! Folha de São Paulo*. São Paulo, 1995.

RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *República e Federação no Brasil: traços constitucionais da organização política brasileira*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

ROMAGNOLI, Alexandre J. MELO, Martiniano Borges de. Os problemas da democracia representativa: a crise do representado. *Revista Húmus*. n. 3. 2011. Disponível em: <<http://humus.pro.br/20113113125.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2011.

ROSEN, Christine. Virtual friendship and the new narcissism. Washington, D.C.: *New Atlantis*, Summer, 2007. Disponível em: <<http://www.thenewatlantis.com/archive/17/TNA17-Rosenn.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

ROSENFELD, Denis L. *O que é democracia*. 5. ed. São Paulo: Ateniense, 1994.

ROUSSEAU, J.J. *Do contrato social*. Antônio de Pádua Danesi (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROVER, Aires José. *Informática no direito: inteligência artificial, introdução aos sistemas especialistas legais*. Curitiba: Juruá, 2001.

\_\_\_\_\_. *Direito e Informática*. Barueri: Manole, 2004.

\_\_\_\_\_. O governo eletrônico e a inclusão digital: duas faces da mesma moeda chamada democracia. In: ROVER, Aires José (ed). *Inclusão digital e governo eletrônico*. Zaragoza: Prensas Universitárias de Zaragoza, Lefis series 3, 2008.

\_\_\_\_\_. Introdução ao Governo Eletrônico. In: ROVER, Aires José. (org). *Governo Eletrônico e inclusão digital*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governo Eletrônico e Democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. In: *XXVI ENANPAD*. v. 9 - n. 25. Salvador, 2002.

ROZICKI, Cristiane. Cidadania: reflexo da participação política. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano 1, n. 3, agosto/2001. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/003/03col\\_cris.htm](http://www.espacoacademico.com.br/003/03col_cris.htm)>. Acesso em: 26 mar. 2011.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. Participação Política e os potenciais democráticos da internet. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 29-53, 2010.

SANTANA, Marcos Silvio de Santana. *O que é cidadania*. [2010]. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcossilviodesantana/cidadania.htm>> Acesso em: 15 out 2011.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. vol. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Felício Carneiro dos. *Ágora virtual e democracia: novas demandas sociais*. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R2353-1.pdf>>. Acesso em 28 mar. 2012.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada: debate contemporâneo*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SARTÓRIO, Kelly Cristiane. *Exclusão social e tecnologia: os desafios da política pública de inclusão digital no Brasil*. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília. Brasília. 128p. 2008. Disponível em: <[http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-digital/biblioteca-digital/Dissertacao\\_Kelly\\_Cristiane\\_Sartorio.pdf](http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-digital/biblioteca-digital/Dissertacao_Kelly_Cristiane_Sartorio.pdf)>. Acesso em 20 mar. 2012.

SCHNAPPER, Dominique. Os limites da expressão ‘empresa cidadã’. In: MORIN, Edgar.PRIGOGINE, Ilya. (orgs.). *A Sociedade em Busca de Valores: Para Fugir à Alternativaentre o Cepticismo e o Dogmatismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

SCHWARTZ, Gilson. Exclusão digital entra na agenda econômica mundial. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 2000. Disponível em: <[http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto\\_link.asp?cod\\_link=231&cod\\_chave=3&letra=c](http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp?cod_link=231&cod_chave=3&letra=c)> Acesso em: 3 mar. 2012.

SFEZ, Lucien. *Crítica da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1994.

SILVA, Lídia J. Oliveira Loureiro da. Globalização das redes de comunicação: uma reflexão sobre as implicações cognitivas e sociais. In: ALVES, José Augusto, CAMPOS, Pedro e BRITO, Pedro Quelhas, *O Futuro da Internet: Estado da Arte e Tendências de Evolução*, 53-63, Lisboa: Centro Atlântico, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-lidia-oliveira-globalizacao-Internet.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Comunicação: A internet – a geração de um novo espaço antropológico [2011]. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-lidia-oliveira-globalizacao-Internet.pdf>>. Acesso em:

SILVA, Cláudia Marin. As novas tecnologias de informação e comunicação e a emergência da sociedade informacional. [2006]. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/claudia.html>>. Acesso em: 23 nov. 2011.



SILVA, Sivaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*. Campinas. Vol. XI, n. 2. 2005.

\_\_\_\_\_. Participação política e Internet: propondo uma análise teórico-metodológica a partir de quatro conglomerados de fatores. In: CONGRESSO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, GT INTERNET E POLÍTICA, 2006, Salvador-BA. Disponível em: <[http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2006/Silva\\_2006.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2006/Silva_2006.pdf)>. Acesso em: 15 Jul.2010.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 20. ed., São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SIQUEIRA, Ethevaldo. *Para compreender o mundo digital*. São Paulo: Globo, 2008.

SOARES, Orlando. *Comentários à Constituição da República Federativa do Brasil* (promulgada em 5.10.1988). Rio de Janeiro: Forense, 1999.

SOARES, Luís. Contra a Corrente: Sete premissas para construir uma comunidade virtual, in: ALVES, José Augusto; CAMPOS, Pedro; BRITO, Pedro Quelhas (coord.). *O Futuro da Internet – Estado da arte e tendências de evolução*. Lisboa: Centro Atlântico, 1999.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SORTO, Fredys Orlando. O Federalista e a Constituição dos Estados Unidos. Separata da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. n. 86, p 133-158. 1996.

STUART MILL. John. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: UnB, 1981.

- SUNDFELD, Carlos Ari. *Fundamentos de direito público*. 4. ed. rev. aum. e atual. São Paulo: Malheiros, 2000.
- TAKAHASHI, Tadao (Org.). *Sociedade da informação no Brasil*. Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.
- TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. 8 ed. Record: Rio de Janeiro, 1992.
- TONCHIS, Luiz Claudio. *O papel das redes sociais na Revolução pró-democracia no Egito*. Disponível em:  
<[http://www.filosofianarede.org/2011/02/o-papel-das-redes-sociais-na-revolucao\\_13.html](http://www.filosofianarede.org/2011/02/o-papel-das-redes-sociais-na-revolucao_13.html)>. Acesso em 18 jul. 2011.
- TORRES, Ricardo Lobo. A cidadania multidimensional na era dos direitos. In: TORRES, Ricardo Lobo (org.). *Teoria dos direitos fundamentais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- VELLOSO, Ricardo Viana. O ciberespaço como ágora eletrônica na sociedade contemporânea. *Ciência e Informação*. v. 37, n. 2, p. 103-109. Brasília, 2008. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a08v37n2.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2012.
- VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. *Diálogos de la Comunicación*. Lima: Felafacs, 1997.
- VIGGIANO, Adalci Righi. O Ciberespaço enquanto ambiente informal de aquisição de competências. 129f. (Dissertação Mestrado). Programa de Mestrado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007.
- WARSCHAUER, Mark. Reconceptualizing the digital divide. *First Monday*. v.7. n.7. jul-2002. Disponível em:  
<<http://www.firstmonday.dk>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Tecnologia e Inclusão social: a exclusão digital em debate*. São Paulo: Ed. SENAC, 2006.

WATTS, D. J. *Six Degrees*. The Science of a Connected Age. New York: W. W. Norton & Company, 2003.

\_\_\_\_\_. *Small Worlds*. The dynamics of Networks between Order and Randomness. New Jersey: Princetown University Press, 1999.

WEBER, Max. *Ciência e política*: duas vocações. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

\_\_\_\_\_. A dominação. In: CARDOSO, F. H. & MARTINS, C. E. *Política & sociedade*: São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

WILLIG, David S. *A internet e a Constituição dos Estados Unidos*. Consulex, São Paulo, ano I, n. 4, abr. 1997.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, estado e direito*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

\_\_\_\_\_. *Pluralismo jurídico*: fundamentos de uma nova cultura no direito. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.

ZANCANER, Weida. Razoabilidade e moralidade: Princípios concretizadores do perfil constitucional do estado social e democrático de direito. In: BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio (Org.). *Direito administrativo e constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1997.